

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2010

2ª edição, revista

ipea
For an Brazil development

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

2010



ipea

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)

2ª edição, revista

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional 2010



Brasília, 2013

ipea

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)**

2ª edição, revista

Editor

Renato Baumann

**Diretoria de Estudos e Relações Econômicas
e Políticas Internacionais (Dinte)
do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada (Ipea)**

Equipe de Pesquisa

João Brígido Bezerra Lima (coordenador)

Marcos Antonio Macedo Cintra

Manuel José Forero Gonzalez

Rodrigo Pires de Campos

Gustavo da Frota Simões

Leana Silva Luz

Ricardo Mendes Pereira

Gabriela Barreto

João Carlos Nicolini de Moraes

Juliana Neves Santos

Fernanda Patricia Fuentes Muñoz

**Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do
Ministério das Relações Exteriores (MRE)**

Equipe Técnica

Fernando José Marroni de Abreu

Marco Farani

Otávio Gabriel de Carvalho Santos Briones

Márcio Lopes Corrêa

Laura Segall Corrêa

Camila Guedes Ariza

Fernanda Campello Torres Lopes Asfora

Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional :
2010 / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência
Brasileira de Cooperação. – 2ª ed. rev. – Brasília : Ipea :
ABC, 2013.

126 p. : gráfs., mapas, tabs.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-190-8

1. Relações Internacionais. 2. Cooperação Internacional. 3.
Cooperação Econômica. 4. Brasil. I. Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada. II. Agência Brasileira de Cooperação.

CDD 327.81

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

RESUMO EXECUTIVO

Esta publicação apresenta os dispêndios dos órgãos da administração pública federal em 2010 com a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi) e caracteriza os arranjos institucionais para sua execução.

As despesas públicas consideradas neste relatório correspondem aos desembolsos realizados por agentes públicos na consecução de responsabilidades assumidas em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais ou compromissos internacionais.

Esses gastos correspondem à disponibilização de pessoal, infraestrutura e recursos financeiros mediante a capacitação de indivíduos e fortalecimento de organizações e instituições no exterior; organização ou participação em missões ou operações de manutenção da paz; gestão de programas e projetos científico-tecnológicos conjuntos com outros países e institutos de pesquisa; cooperação humanitária; apoio à integração de refugiados em território nacional; pagamento de contribuições e integralizações de participação em organismos internacionais e doações oficiais, organizados por modalidades em conformidade com a nomenclatura internacional vigente.

Duas abordagens nortearam os trabalhos de pesquisa para este estudo: o levantamento de gastos efetivamente realizados e a descrição dos arranjos institucionais correspondentes. O levantamento dos gastos da União com a Cobradi realizou-se mediante o envolvimento e o comprometimento de cerca de 91 instituições federais. Estas instituições disponibilizaram seus registros e os referendaram em formulário eletrônico em ambiente web com a mobilização de aproximadamente 250 servidores e colaboradores.

Ao levantamento dos gastos e às descrições de arranjos institucionais acrescentaram-se informações relativas às diretrizes de políticas de cooperação internacional obtidas mediante entrevistas com autoridades, e consultas a publicações e documentos oficiais.

Os gastos com a cooperação brasileira em 2010 totalizaram R\$ 1,6 bilhão equivalentes a US\$ 923 milhões em moeda corrente, representando um aumento nominal de 91,2% em relação a 2009. Deste total, R\$ 1,3 bilhão (81,4%) correspondem a gastos com a cooperação multilateral e R\$ 302 milhões (18,6%) com a cooperação bilateral.

No que se refere aos gastos com a Cobradi, por região, R\$ 195 milhões foram vinculados às ações na América Latina e Caribe, correspondendo a 68,06%

do total de dispêndios; R\$ 65 milhões (22,58%) destinaram-se a ações em países da África; R\$ 12 milhões (4,28%) asseguraram a cooperação com países da Ásia e Oriente Médio; R\$ 11 milhões (4,02%) com países da Europa; R\$ 3 milhões (1,05%) com países da América do Norte; e R\$ 26 mil com a Oceania (incluindo-se o Timor-Leste), que correspondem a 0,01% do total (tabela 3).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	17
CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM A COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2010	
CAPÍTULO 2	25
ARRANJOS INSTITUCIONAIS E GASTOS POR MODALIDADES DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2010	
1 COOPERAÇÃO TÉCNICA	25
2 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL	41
3 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	58
4 COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA	69
5 APOIO E PROTEÇÃO A REFUGIADOS	78
6 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ	84
7 GASTOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	99
ILUSTRAÇÕES	110
APÊNDICE	113

PREFÁCIO

O Brasil é uma nação comprometida com a solidariedade internacional e com a promoção do progresso socioeconômico dos povos. Explorando formas criativas e inovadoras, temos algo a oferecer e queremos contribuir para o desenvolvimento sustentável de outros países. Parte desse esforço, porém, permanece pouco conhecido.

Um dos principais objetivos do volume que o leitor tem agora em suas mãos – *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010* – é dar maior divulgação e transparência para a cooperação internacional brasileira. Elaborado pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e pelo Ipea da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), em parceria com diversos órgãos da administração pública federal, o documento compila dados e informações sobre as principais iniciativas desenvolvidas pelo Brasil, de forma bilateral ou multilateral, com outros países em desenvolvimento. São atividades que se estendem por diversas áreas, que vão da cooperação técnica, educacional e científico-tecnológica à ajuda humanitária, assistência a refugiados, manutenção de forças de paz e contribuições a organismos internacionais.

A primeira edição da Cobradi foi publicada em 2010, a partir das ações realizadas entre 2005 e 2009. O texto teve ampla repercussão, entre outros motivos, por ser a primeira vez que um país em desenvolvimento expunha seus dados com metodologia que refletia as características da sua cooperação Sul-Sul, uma das prioridades da política externa brasileira. O novo relatório, que passará a ser publicado anualmente, continua a inovar ao traduzir esforço significativo de aprimoramento do processo de captação, processamento e interpretação dos dados.

Trata-se, em suma, de importante exercício de transparência, de utilidade tanto para o público brasileiro, que terá aí um instrumento para mensuração dos esforços mobilizados por esta vertente da nossa política externa, como para os demais governos de países em desenvolvimento em seus esforços para melhor avaliar oportunidades de cooperação com o exterior.

A cooperação internacional não é um fim em si mesmo. Por trás dos números e das metodologias aqui apresentados, estão nações e vidas humanas em busca de desenvolvimento econômico e social, com reflexos positivos sobre as sociedades e sua inserção na comunidade internacional. É este um compromisso permanente do Governo brasileiro: a política externa como vetor de solidariedade.

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro de Estado das Relações Exteriores

APRESENTAÇÃO

A cooperação para o desenvolvimento internacional vivencia um momento singular desde sua concepção ao final da Segunda Guerra Mundial. Se, por um lado, é evidente o esgotamento das estruturas e das políticas que compõem a tradicional arquitetura da cooperação para o desenvolvimento internacional, por outro, vislumbram-se, no horizonte, oportunidades de reconfiguração dessa arquitetura.

A exemplo do que ocorre com o comércio e as finanças, a cooperação para o desenvolvimento internacional ajusta-se gradativamente às questões relevantes da agenda internacional, quais sejam: a crise financeira global; o crescente protagonismo dos países de economia emergente; os compromissos assumidos com as questões climáticas; os objetivos de desenvolvimento do milênio; e os desafios estabelecidos para a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito às negociações globais em pauta, cabe mencionar os compromissos assumidos para o aperfeiçoamento dos processos de cooperação para o desenvolvimento; a transparência de práticas e a disponibilização de dados e registros da cooperação para o livre acesso e consulta pelos cidadãos; o lugar da cooperação Sul-Sul e triangular; e a adoção de mecanismos de parceria no compartilhamento de conhecimentos acumulados pelas instituições nacionais com países que buscam superar restrições para alcançar padrões aceitáveis de desenvolvimento.

Nesse movimento de reconfiguração da agenda internacional, o Brasil tem ampliado sua atuação e promovido uma política de diversificação de sua inserção global por meio da cooperação para o desenvolvimento internacional.

A pesquisa coordenada pelo Ipea no período de 2010 a 2012 junto aos órgãos federais responsáveis pela execução de políticas públicas possibilitou maior conhecimento de como se organizam e se articulam para disponibilizar seu acervo de conhecimento em parcerias internacionais. Tal conhecimento torna-se instrumental para o governo brasileiro melhor posicionar-se em negociações correntes e futuras para o rearranjo da arquitetura de cooperação para o desenvolvimento internacional.

Esta publicação apresenta os gastos com a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional em 2010 e caracteriza o arranjo de órgãos públicos responsáveis pela execução de acordos e compromissos assumidos pelo Brasil. Dá continuidade à publicação pioneira sobre o tema referente ao período 2005-2009 e agrupa elementos para o início de um novo ciclo de pesquisas que reúnam mais insumos para o planejamento e a formulação de políticas de cooperação para o desenvolvimento internacional.

Marcelo Côrtes Neri

**Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República (SAE/PR)
Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

INTRODUÇÃO

Ao final da Segunda Guerra Mundial, o tema da cooperação assumiu posição central nas discussões sobre uma nova arquitetura do sistema internacional, figurando entre os propósitos maiores estabelecidos no item 3 do Artigo 1º do capítulo I do texto da Carta de São Francisco, ou Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1945:

Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.¹

É pela via das negociações contínuas em prol da cooperação internacional que se configuram e se reconfiguram agendas e políticas internacionais em diversos setores, expressas em instrumentos jurídicos tais como tratados, acordos, cartas e convenções. O que genericamente se denomina cooperação internacional compõe-se, entre outros: da cooperação para o desenvolvimento internacional; de regimes internacionais em setores diversos; e de compromissos e obrigações internacionais de um Estado junto a outros Estados, organismos internacionais e entidades da sociedade civil.

O conhecimento da natureza e do alcance da cooperação internacional, em suas inúmeras expressões, é, entre outros, elemento estratégico para a reflexão e planejamento da inserção internacional do Estado. Sem tal conhecimento, corre-se o risco de não ser possível dimensionar o potencial de inserção internacional e de se desperdiçarem recursos e esforços em processos pouco relevantes para metas nacionais, regionais ou internacionais.

Nesse contexto, considera-se uma evolução em prol do aperfeiçoamento da política de cooperação internacional do Brasil a decisão do governo federal de assumir o desafio de mapear as diversas expressões de sua cooperação internacional na atualidade. A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade figura no Artigo 4º da Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 como um dos princípios regentes das relações internacionais do Brasil.

O trabalho liderado pelo Ipea e pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), em parceria com toda a administração pública federal, explícita e caracteriza os gastos do governo federal com a cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional (Cobradi).

1. ONU – Organização das Nações Unidas. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/documentos/carta-da-onu/>>.

Os levantamentos realizados com a participação de representantes de diferentes órgãos da administração pública federal para a elaboração do relatório *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010* possibilitaram que o Ipea e a ABC acumulassem aprendizados e evidenciassem a necessidade de revisão da definição instrumental da Cobradi e do aperfeiçoamento da metodologia adotada.

As ações da Cobradi executadas pelo governo federal são, no período dos estudos elaborados até o momento, mantidas com recursos do Tesouro Nacional na consecução de responsabilidades assumidas em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais ou compromissos internacionais. Distinguem-se por serem implementadas pela administração pública federal, por meio dos quadros técnicos que disponibilizam tempo e conhecimento para se engajarem na compreensão, reflexão e busca conjunta de soluções para desafios comuns de desenvolvimento.

Os gastos com a Cobradi são oriundos de fontes orçamentárias inscritas na Lei de Orçamento Anual no âmbito das despesas de custeio da administração pública, não configurando investimento ou subvenção a fundo perdido – com exceção às doações oficiais. Cumpre ponderar que financiamentos (investimentos com variadas taxas de retorno) e perdões de dívida não constituem gastos/despesas correntes e, portanto, não compõem esta publicação.

Há, de fato, dois grandes tipos de gastos realizados pelo governo federal com a cooperação para o desenvolvimento internacional: *i)* com servidores e colaboradores da administração pública federal, incluindo passagens, diárias, salários, horas técnicas, com bolsas de pesquisa, e com doações; e *ii)* aqueles decorrentes de compromissos e obrigações do governo federal brasileiro junto a organismos internacionais.

Esta publicação encerra um primeiro ciclo de aproximação dessa cooperação internacional, ao mesmo tempo em que vislumbra as oportunidades e possibilidades de seu aprofundamento nos próximos trabalhos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de envidar esforços rumo à continuidade da captura e registro de dados oficiais que possibilitem contabilizar dispêndios e descrever sua natureza de modo a gerar maior conhecimento sobre a Cobradi.

Um dos maiores desafios enfrentados na elaboração da publicação *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010* consistiu em levantar os gastos anuais efetivamente realizados pelo governo federal com a cooperação internacional mediante a sensibilização e mobilização de servidores e colaboradores de 91 órgãos públicos que atuam em diferentes políticas de governo.

Nesse sentido, o Ipea desenvolveu formulário eletrônico disponibilizado em ambiente virtual possibilitando o lançamento e o correspondente referendo por órgãos da administração pública federal de registros com diferentes graus de organização e sistematização. Os lançamentos destas informações foram feitos pelos representantes das instituições participantes, assegurando-se assim sua legitimidade.

As dificuldades enfrentadas a partir de 2010 com a realização da primeira experiência do governo federal em sistematizar as informações referentes ao período 2005-2009 ampliaram a consciência de que isoladamente se tem um potencial limitado de ação. É imprescindível atuar em parceria e em rede, o que tem sido feito no âmbito desta obra.

Esta publicação resulta, portanto, da mobilização e da participação efetiva de todos os órgãos públicos federais que executaram ações de cooperação internacional para o desenvolvimento com fundamento em compromissos, acordos e entendimentos com países parceiros vizinhos e com organismos internacionais.

CAPÍTULO 1

CONSOLIDAÇÃO DOS GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM A COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2010

A consolidação dos gastos do governo federal com a Cobradi apresentada neste capítulo corresponde à disponibilização de pessoal, infraestrutura e recursos financeiros para a capacitação de indivíduos e o fortalecimento de organizações e instituições no exterior; organização ou participação em missões ou operações de manutenção da paz; gestão de programas e projetos científico-tecnológicos conjuntos com outros países e institutos de pesquisa; cooperação humanitária; apoio à integração de refugiados em território nacional; pagamento de contribuições e integralizações de participação em organismos internacionais e doações oficiais, organizados, nesta publicação, por modalidades em conformidade com nomenclatura internacional vigente.

Cumprir registrar que, para fins de simplificação dos registros numéricos referentes aos gastos, os valores constantes deste relatório foram arredondados em duas casas decimais, excluindo-se, por conseguinte, o registro de centavos. Assim, os totais inscritos nas tabelas podem apresentar uma margem de diferença para mais ou para menos, sem comprometer a ordem de grandeza do dispêndio.

A tabela 1 apresenta a consolidação desses gastos segundo modalidades.

TABELA 1
Gastos com a Cobradi, por modalidade (2010)

Modalidade	Total (R\$)	Total (US\$) ¹	Proporção (%)
Cooperação técnica	101.676.174	57.770.554	6,3
Cooperação científica e tecnológica	42.255.987	24.009.084	2,6
Cooperação educacional	62.557.615	35.544.099	3,8
Cooperação humanitária	284.186.759	161.469.749	17,5
Apoio e proteção a refugiados	1.039.225	590.469	0,1
Operações de manutenção da paz	585.063.470	332.422.426	36,0
Gastos com organismos internacionais	548.361.950	311.569.290	33,7
Total (Cobradi)	1.625.141.181	923.375.671	100,0

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, CONAB, Conare/MJ, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, ICMBio, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, SAIN/MF, MinC, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MTur, MCidades, SAE/PR, SEAIN/MP, SPOA/MP, SDH/PR, SENAD/MJ, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Taxa média de câmbio PTAX, calculada pelo Banco Central (BCB).

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

A tabela 2 apresenta o total dos gastos com a Cobradi de 2010 em comparação com os gastos de 2009 e a variação destes gastos no período. Chama atenção o expressivo aumento observado no total dos gastos, sobretudo com cooperação humanitária.

TABELA 2
Comparação dos gastos com a Cobradi (2009-2010)

	2009		2010		Variação no período 2009-2010 (%)
	Valor (R\$)	Proporção do total (%)	Valor (R\$)	Proporção do total (%)	
Cooperação técnica	97.744.760	11,5	101.676.174	6,3	4,0
Cooperação educacional	44.473.907	5,2	62.557.615	3,8	40,7
Cooperação científica e tecnológica ¹	-	-	42.255.987	2,6	-
Cooperação humanitária ²	87.042.331	10,2	285.225.985	17,6	227,7
Operações de manutenção da paz	125.409.000	14,8	585.063.470	36,0	366,5
Gastos com organismos internacionais	495.159.128	58,3	548.361.950	33,7	10,7
Total	849.829.123	100,0	1.625.141.180	100,0	91,2

Fonte: ABC/MRE, ABIN, ANAC, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, CONAB, Conare/MJ, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, ICMBio, INMET, Ipea, IPHAN, MCTI, Mapa, MiniCom, MinC, MI, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MCidades, MTur, SAE/PR, SEAIN/MP, SPOA/MP, SAIN/MF, SDH/PR, SENAD/MJ, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Em 2009, não foram levantados dados referentes à cooperação científica e tecnológica.

² Inclui refugiados.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

Entre os gastos do governo federal brasileiro em 2010 (tabela 3 e gráfico 1) com cooperação técnica, cooperação científica e tecnológica, cooperação educacional e cooperação humanitária diretamente com países, 68,1% corresponderam aos processos de cooperação com a América Latina e Caribe: R\$ 195 milhões. Os gastos com a cooperação na África totalizaram R\$ 65 milhões, equivalentes a 22,58% do total. Na Ásia e no Oriente Médio foram gastos R\$ 12 milhões (4,28% do total), na Europa os gastos em 2010 chegaram a R\$ 11 milhões (4,02%), na América do Norte o valor foi de R\$ 3 milhões (1,05%), e na Oceania foram registrados gastos no valor de R\$ 26 mil, que correspondem a 0,01% do total.

TABELA 3
Gastos com a Cobradi, por região (2010)
(Em R\$)

Região	Valor
América Latina e Caribe	194.990.431
África	64.680.495
Ásia e Oriente Médio	12.263.908

(Continua)

(Continuação)

Região	Valor
Europa	11.524.543
América do Norte	3.010.410
Oceania ¹	25.938
Total²	286.495.725

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, ICMBio, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MTur, MCidades, SDH/PR, SENAD/MJ, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

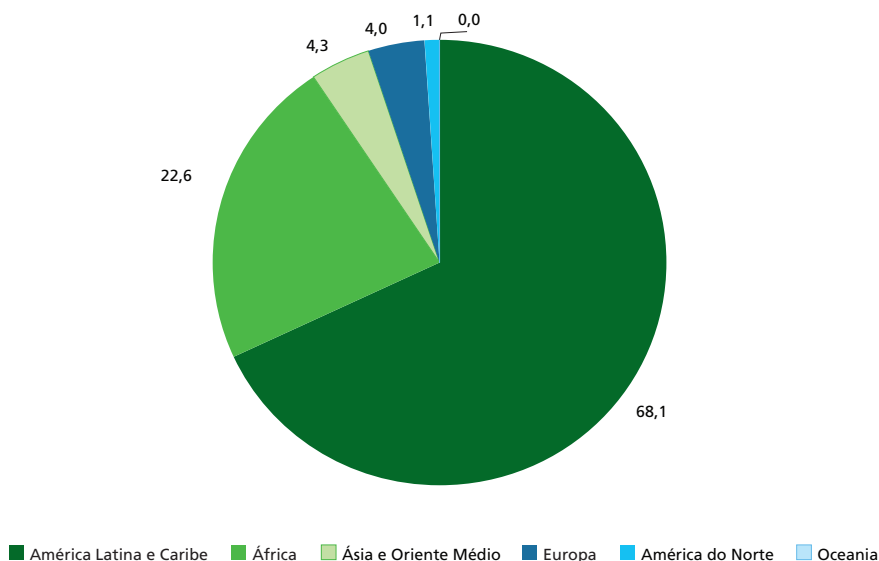
Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ A proporção exata dos gastos com a Cobradi na Oceania corresponde a 0,01%.

² No total, não foram computados R\$ 15.262.302, devido à impossibilidade de identificação de gastos com países ou regiões.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

GRÁFICO 1
Gastos com a Cobradi, por região (2010)
 (Em %)



Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, ICMBio, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MTur, MCidades, SDH/PR, SENAD/MJ, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

A título de informação complementar, a tabela 4 apresenta a disposição dos gastos com a Cobradi segundo regiões e pelos países que as integram. Note-se que estes gastos compreendem atividades com países de diversos graus de desenvolvimento.

TABELA 4
Gastos com a Cobradi, por região e país (2010)

Região/país	Valor (R\$)	Proporção (%)
América Latina e Caribe	194.990.431	100,0
1 – Haiti	92.460.069	47,4
2 – Chile	31.833.211	16,3
3 – Argentina	16.686.642	8,6
4 – Peru	8.726.283	4,5
5 – Paraguai	6.973.581	3,6
6 – Colômbia	6.557.855	3,4
7 – Uruguai	5.011.925	2,6
8 – Cuba	4.687.923	2,4
9 – Bolívia	4.407.482	2,3
10 – Jamaica	3.505.995	1,8
11 – Guatemala	3.065.721	1,6
12 – Equador	1.758.184	0,9
13 – El Salvador	1.618.837	0,8
14 – Venezuela	1.567.202	0,8
15 – México	1.562.519	0,8
16 – Suriname	1.013.901	0,5
17 – Costa Rica	793.923	0,4
18 – República Dominicana	727.320	0,4
19 – Panamá	607.371	0,3
20 – Nicarágua	353.459	0,2
21 – Santa Lúcia	286.722	0,2
22 – Guiana	184.388	0,1
23 – Honduras	152.098	0,1
24 – Trinidad e Tobago	109.514	0,1
25 – Belize	103.331	0,1
26 – Granada	97.560	0,1
27 – Barbados	93.492	0,1
28 – São Vicente e Granadinas	22.088	0,01
29 – Bahamas	21.834	0,01

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor (R\$)	Proporção (%)
Ásia e Oriente Médio	12.263.908	100,0
1 – Timor-Leste	6.409.410	52,3
2 – Índia	1.682.706	13,7
3 – Paquistão	1.529.039	12,5
4 – Território Palestino	827.591	6,7
5 – Armênia	536.609	4,4
6 – Japão	219.446	1,8
7 – Afeganistão	199.507	1,6
8 – China	191.956	1,6
9 – Arábia Saudita	104.784	0,9
10 – Cazaquistão	102.553	0,8
11 – Irã	85.892	0,7
12 – Israel	72.188	0,6
13 – Nepal	64.871	0,5
14 – Coreia do Norte	62.909	0,5
15 – Rússia	51.957	0,4
16 – Vietnã	49.877	0,4
17 – Ucrânia	33.305	0,3
18 – Coreia do Sul	9.687	0,1
19 – Jordânia	7.204	0,1
20 – Cingapura	5.740	0,1
21 – Turquia	5.000	0,04
22 – Emirados Árabes Unidos	4.530	0,04
23 – Tailândia	3.156	0,03
24 – Indonésia	2.418	0,02
25 – Líbano	1.572	0,01
América do Norte	3.010.410	100,0
1 – Estados Unidos	2.948.172	97,9
2 – Canadá	62.239	2,1
África	64.680.495	100,0
1 – Cabo Verde	15.758.050	24,4
2 – Guiné-Bissau	13.736.411	21,2

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor (R\$)	Proporção (%)
3 – Moçambique	8.625.830	13,3
4 – São Tomé e Príncipe	6.709.641	10,4
5 – Angola	4.652.166	7,2
6 – Senegal	2.178.251	3,4
7 – República Democrática do Congo	1.232.762	1,9
8 – Libéria	1.212.836	1,9
9 – Mali	992.558	1,5
10 – Benin	897.430	1,4
11 – Burkina Faso	792.312	1,2
12 – Quênia	775.015	1,2
13 – Gana	707.120	1,1
14 – Camarões	667.107	1,0
15 – Argélia	659.371	1,0
16 – Chade	555.980	0,9
17 – Nigéria	512.719	0,8
18 – Serra Leoa	462.171	0,7
19 – Gabão	438.526	0,7
20 – África do Sul	363.862	0,6
21 – Egito	343.342	0,5
22 – Tanzânia	293.943	0,5
23 – República do Congo	214.321	0,3
24 – Guiné Equatorial	182.758	0,3
25 – Marrocos	177.140	0,3
26 – Sudão	174.449	0,3
27 – Costa do Marfim	168.788	0,3
28 – Zâmbia	162.755	0,3
29 – Botsuana	160.966	0,2
30 – Namíbia	157.851	0,2
31 – Mauritània	153.983	0,2
32 – Zimbábue	116.047	0,2
33 – Guiné	62.198	0,1
34 – Eritreia	53.538	0,1

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor (R\$)	Proporção (%)
35 – Togo	49.936	0,1
36 – Uganda	45.203	0,1
37 – Tunísia	42.785	0,1
38 – Gâmbia	30.109	0,1
39 – Malawi	28.200	0,04
40 – Comores	28.018	0,04
41 – Lesoto	20.439	0,03
42 – Madagascar	20.439	0,03
43 – Burundi	20.125	0,03
44 – Ruanda	18.554	0,03
45 – Etiópia	9.641	0,01
46 – Ilhas Maurício	5.671	0,01
47 – Suazilândia	5.671	0,01
48 – República Centro-Africana	3.510	0,01
Europa	11.524.543	100,0
1 – Espanha	3.294.227	28,6
2 – Suíça	2.896.985	25,1
3 – Finlândia	1.309.027	11,4
4 – Comissão Europeia	1.011.047	8,8
5 – França	804.551	7,0
6 – Alemanha	573.032	5,0
7 – Itália	352.170	3,1
8 – Portugal	284.648	2,5
9 – Eslovênia	211.000	1,8
10 – Reino Unido	225.251	2,0
11 – Bélgica	203.025	1,8
12 – Noruega	164.000	1,4
13 – Bulgária	80.000	0,7
14 – Países Baixos	50.308	0,4
15 – República Tcheca	25.622	0,2
16 – Polónia	12.644	0,1
17 – Irlanda	10.726	0,1

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor (R\$)	Proporção (%)
18 – Dinamarca	10.225	0,1
19 – Áustria	6.054	0,1
Oceania	25.938	100,0
1 – Austrália	25.938	100,0

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, ICMBio, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MTur, MCidades, SDH/PR, SENAD/MJ, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

ARRANJOS INSTITUCIONAIS E GASTOS POR MODALIDADES DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL EM 2010

1 COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação técnica internacional do governo brasileiro visa à capacitação de indivíduos e ao fortalecimento de organizações e instituições no exterior. A essência de seu processo é a transferência e o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais com potencial de adaptação, absorção e geração de impactos positivos no desenvolvimento autônomo de outros países.

Fundamenta-se na experiência acumulada por instituições governamentais nacionais na formulação, no planejamento, na execução e no acompanhamento de políticas públicas setoriais e intersetoriais no plano doméstico, reconhecidas como inovadoras no plano internacional. A demanda externa é condição indispensável para o envolvimento do governo brasileiro nesta modalidade.

A cooperação técnica internacional do governo federal brasileiro se efetiva em bases não comerciais, mediante canais de negociação e articulação intergovernamentais e interinstitucionais e instrumentos jurídicos próprios. Pode ser executada em atividades pontuais, ou, de forma mais estruturada e ampla, em programas e projetos de desenvolvimento setoriais ou intersetoriais.

Todo esse esforço é implementado basicamente por funcionários da administração pública federal em conjunto com suas contrapartes estrangeiras, na compreensão, reflexão e busca conjunta por soluções para desafios de desenvolvimento dos países parceiros. Além de fórmulas, métodos, instrumentos e diretrizes políticas, trazem consigo e refletem a história, a cultura e os valores intrínsecos da governança pública brasileira.

A cooperação técnica entre o governo federal e países parceiros visa produzir impactos positivos sobre populações, alterar e elevar padrões de vida, modificar realidades, promover o crescimento sustentável e contribuir para o desenvolvimento social.

A definição da agenda de cooperação técnica brasileira segue diretrizes políticas nacionais, particularmente oriundas da política exterior e da dimensão internacional de políticas públicas. A presença física de representantes do governo brasileiro no exterior assegura a transferência ou o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias nacionais para o desenvolvimento internacional, além de projetar e ampliar a presença do país no exterior. Com isto, abrem-se e se fortalecem canais de comunicação que, por sua vez, podem originar novas

frentes independentes da cooperação técnica, de relações políticas, econômicas, financeiras e comerciais do Brasil com países parceiros.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), estabelecida pelo Decreto nº 94.973, de 25 de setembro de 1987, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem a competência de coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar, em nível nacional, a cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, tanto a recebida de outros países e organismos internacionais, quanto aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento. Os projetos de cooperação técnica internacional na modalidade horizontal (ou Sul-Sul), coordenados e financiados (a elaboração) pela ABC/MRE, se dão a partir de demandas que a agência recebe de governos estrangeiros ou organismos internacionais por meio: de embaixadas e delegações do Brasil no exterior; de embaixadas e escritórios de organismos internacionais em Brasília; ou de visitas ao Brasil de missões oficiais estrangeiras.

A ABC/MRE é responsável pelo envio e supervisão de missões técnicas aos países em desenvolvimento, integradas por especialistas de instituições brasileiras, com o objetivo de coletar informações e preparar programas técnicos. Cabe-lhe, dessa forma, participar de todas as etapas de preparação de atividades pontuais, projetos ou programas, inclusive de sua avaliação, uma vez que é também o agente responsável pelo financiamento da elaboração dos projetos. Incumbe igualmente à agência representar o governo brasileiro em reuniões e eventos, no Brasil e no exterior, que tratem da cooperação técnica internacional como instrumento de promoção do desenvolvimento.

A cooperação técnica internacional entre o governo federal e países parceiros é hoje realizada por mais de 170 órgãos do governo federal, incluindo ministérios, autarquias, fundações e empresas públicas em áreas tão diversas como agricultura, educação, ensino profissionalizante, saúde, meio ambiente, administração pública, transportes, energia, saneamento, construção de casas populares, cultura e justiça.

Tais instituições compõem o atual sistema de cooperação técnica brasileira para o desenvolvimento internacional. Neste sistema, destacam-se: a Presidência da República, por meio da chamada diplomacia presidencial; o MRE, por meio da ABC e sua rede de embaixadas no exterior; e os ministérios e entidades vinculadas setoriais.

A base legal que sustenta as ações de cooperação técnica do governo brasileiro no mundo repousa sobre o Artigo 4º da Constituição Federal (CF) de 1988, que trata dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, e estabelece, em seu inciso IX, o princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. O parágrafo único desse mesmo artigo estabelece que “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988, Artigo 4º).

Sobre essa base legal repousam os acordos internacionais – conhecidos como acordos-quadro – entre o Brasil e países parceiros. Cada iniciativa de cooperação técnica internacional, realizada como atividade isolada ou como projeto de desenvolvimento, requer formalidade jurídica complementar, específica, denominada “ajuste complementar”. Este instrumento, assinado entre representantes da ABC/MRE, do ministério ou de entidade vinculada nacional, e da instituição vinculada ao governo estrangeiro, contempla o delineamento do objeto da cooperação e sua forma de execução.

Países desenvolvidos ou organismos internacionais se vêm aproximando do Brasil, com crescente intensidade, para negociar apoios complementares à execução da cooperação técnica brasileira no mundo por suas capacidades técnicas, mediante arranjos de “cooperação triangular” ou de “cooperação trilateral” em função das capacidades técnicas das instituições brasileiras, das similaridades culturais e linguísticas com outras nações e das abordagens de intercâmbio horizontal. A efetivação destes arranjos triangulares depende, para o governo brasileiro, do respeito aos princípios da cooperação técnica brasileira – ou seja, uma cooperação gerada por demanda, sem condicionalidades, a partir do uso de recursos locais e sem fins lucrativos.

O Brasil já desenvolve arranjos dessa natureza com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a Austrália, o Reino Unido, a França, o Canadá e a Espanha. Recentemente, o país assinou um memorando de entendimento para cooperação triangular com Israel, Egito e Austrália. Desenvolve também triangulação com organismos internacionais tradicionais, conforme disposto a seguir:

- Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO).
- Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).
- Fundo de População das Nações Unidas (United Nations Population Fund – UNFPA).
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Unesco).
- Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC).

O Brasil vem ampliando também seu leque de parcerias para outros organismos, tais como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em 2010, a cooperação técnica do Brasil no mundo totalizou R\$ 102 milhões (tabela 5), prevalecendo a cooperação bilateral, a qual corresponde a 82% dos gastos totais, e a cooperação multilateral, com 18% dos gastos totais.

TABELA 5

Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional, segundo a lateralidade – Cobradi (2010)

Lateralidade ¹	Total (R\$)	Proporção (%)
Bilateral ²	83.211.196	81,8
Multilateral	18.464.978	18,2
Total	101.676.174	100,0

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MCidades, MTur, SDH/PR, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Notas:¹ Os gastos administrativos da ABC (R\$ 5.328.060,00) foram distribuídos segundo a lateralidade.

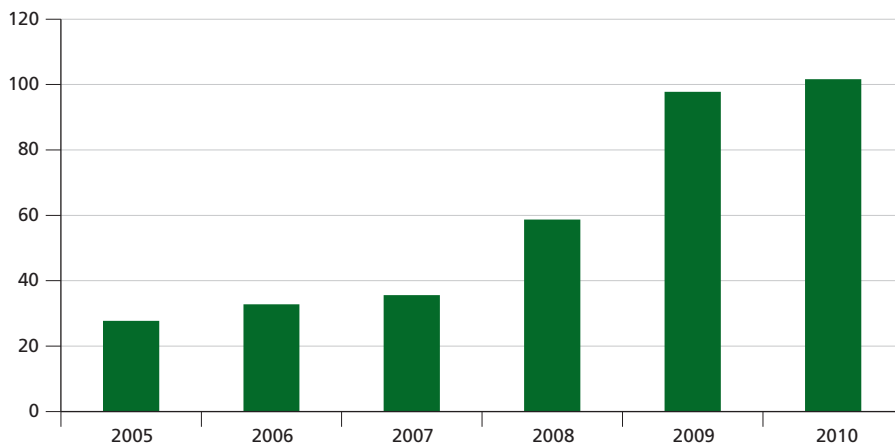
² A cooperação técnica internacional bilateral do Brasil corresponde: a R\$ 71.253.671 por país; a R\$ 5.764.473 por bloco de países; e a R\$ 1.824.043 por recursos às embaixadas brasileiras no exterior para suporte às atividades de cooperação técnica.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

O gráfico 2 apresenta a variação dos gastos com cooperação técnica pelo governo federal brasileiro no período de 2005 a 2010. Vale destacar que ocorreu um expressivo crescimento entre 2005 (R\$ 25 milhões) e 2010 (R\$ 101 milhões).

GRÁFICO 2

Gastos do governo brasileiro com a cooperação técnica internacional (2005-2010)
(Em R\$ milhões)



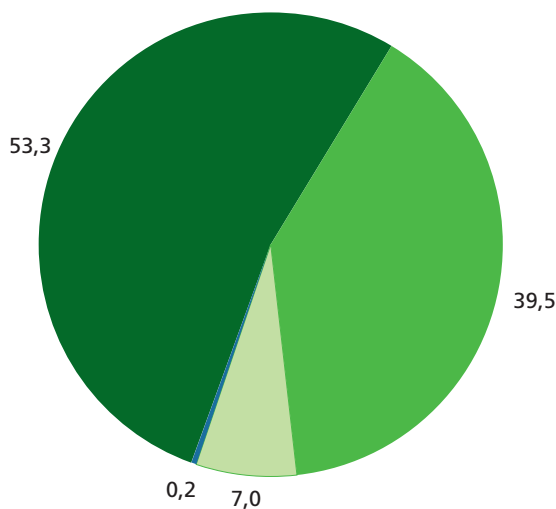
Fonte: ABC/MRE, ABIN, ANAC, Aneel, Anatel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, Capes, CEPLAC, CGU, MCidades, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, INMET, Ipea, IPHAN, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MTur, SAE/PR, SDH/PR, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

A distribuição dos gastos da cooperação técnica brasileira por regiões do mundo (gráfico 3) apresenta certo equilíbrio entre países da América Latina e Caribe (53,3% do total) e África (39,5% do total). Os países asiáticos podem ser identificados como o terceiro maior parceiro (7,0% do total) do Brasil. Dados referentes à cooperação com países desenvolvidos da Europa, da América do Norte e da Oceania não foram incluídos entre os registros constantes deste relatório – exceção feita à Espanha.

GRÁFICO 3
Cooperação técnica brasileira, por região – Cobradi (2010)
(Em %)



■ América Latina e Caribe ■ África ■ Ásia ■ Europa

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MCidades, MTur, SDH/PR, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

Em 2010, o Brasil manteve cooperação técnica com 99 países (tabela 6), sobretudo da América Latina, do Caribe e da África.

TABELA 6
Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional,
por região ou país – Cobradi (2010)
(Em R\$)

Região/país	Valor
Haiti	9.953.934
Peru	5.361.837

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor
São Tomé e Príncipe	5.160.787
Moçambique	5.093.786
Jamaica	3.311.048
Cabo Verde	2.976.507
Timor-Leste	2.911.236
Guatemala	2.855.426
Guiné-Bissau	2.762.667
Argentina	2.088.814
Paraguai	1.938.941
Bolívia	1.743.313
Cuba	1.542.666
Senegal	1.259.347
Angola	1.237.285
Libéria	1.212.836
Venezuela	1.209.782
Uruguai	1.067.144
Suriname	1.013.901
Colômbia	997.119
Mali	992.558
El Salvador	935.142
México	827.402
Burkina Faso	792.312
Território Palestino	791.207
Argélia	659.371
Benin	658.915
República Dominicana	639.065
Equador	584.301
Quênia	565.750
Chade	555.980
Gana	523.151
Serra Leoa	462.171
Panamá	440.946
Armênia	363.109
África do Sul	317.274
Costa Rica	306.322
Tanzânia	293.943

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor
Chile	284.223
República Democrática do Congo	222.896
Nicarágua	219.849
República do Congo	214.321
Afeganistão	199.507
Guiana	184.388
Sudão	174.449
Camarões	172.175
Marrocos	172.140
Gabão	168.447
Zâmbia	162.755
Botsuana	160.966
Namíbia	157.851
Mauritânia	153.983
China	143.612
Nigéria	129.303
Guiné Equatorial	127.868
Espanha	124.929
Zimbábue	116.047
Arábia Saudita	104.784
Santa Lúcia	103.814
Belize	103.331
Cazaquistão	102.553
Granada	97.560
Trinidade e Tobago	74.637
Israel	72.188
Coreia do Norte	62.909
Paquistão	55.211
Eritreia	53.538
Togo	49.936
Vietnã	49.877
Rússia	48.157
Guiné	46.616
Uganda	45.203
Egito	45.038
Tunísia	42.785

(Continua)

(Continuação)

Região/país	Valor
Costa do Marfim	41.552
Índia	36.246
Honduras	33.844
Ucrânia	33.305
Gâmbia	30.109
Malawi	28.200
Comores	28.018
São Vicente e Granadinas	22.088
Bahamas	21.834
Lesoto	20.439
Madagascar	20.439
Ruanda	18.554
Coreia do Sul	9.687
Etiópia	9.641
Jordânia	7.204
Irã	6.758
Cingapura	5.740
Ilhas Maurício	5.671
Suazilândia	5.671
Emirados Árabes Unidos	4.530
Tailândia	3.156
Indonésia	2.418
Líbano	1.572
Burundi	1.536
Polônia	318
Total	71.253.671

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MCidades, MTur, SDH/PR, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na fonte podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

Em 2010, a cooperação técnica do Brasil foi executada com recursos orçamentários de 44 instituições da administração pública federal, conforme discriminação constante na tabela 7.

TABELA 7
Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional,
por instituição – Cobradi (2010)
 (Em R\$)

Instituição	Valor
Ministério das Relações Exteriores (MRE) ¹	80.126.110
Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (DPF/MJ)	2.414.124
Ministério da Saúde (MS)	1.969.442
Serviço Geológico do Brasil (CPRM), vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME)	1.754.670
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	1.615.893
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	1.481.688
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	1.468.934
Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)	1.446.805
Ministério da Defesa (MD)	1.404.143
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde (MS)	1.130.915
Ministério da Cultura (MinC)	870.390
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)	597.928
Caixa Econômica Federal (C), vinculada ao Ministério da Fazenda (MF)	502.926
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)	453.163
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	437.401
Escola de Administração Fazendária do MF (ESAF/MF)	428.661
Ministério das Comunicações (MiniCom)	393.807
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)	363.156
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), vinculada ao MS	357.794
Ministério das Cidades (MCidades)	305.757
Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), vinculado ao MF	267.354
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)	264.694
Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC)	258.340
Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), vinculada ao MP	247.139
Ministério do Esporte (ME)	137.657
Ministério da Previdência Social (MPS)	106.219
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	105.806
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)	98.207
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	92.293
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC	76.187
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	73.161
Ministério de Minas e Energia (MME)	61.760

(continua)

(Continuação)

Instituição	Valor
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	58.493
Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Mapa	55.688
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vinculado ao MDIC	50.026
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao MEC	48.981
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	34.675
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), vinculado ao MMA	33.248
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)	25.015
Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) do Mapa	19.130
Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)	14.896
Ministério do Turismo (MTur)	10.735
Controladoria-Geral da União (CGU)	9.618
Ministério da Fazenda (MF)	3.144
Total	101.676.174

Fonte: ABC/MRE, Anatel, Aneel, ANP, Anvisa, BNDES, CAIXA, CEPLAC, CGU, CONAB, CPRM, DPF/MJ, Embrapa, ENAP, ESAF/MF, Fiocruz, FNDE, GSI/PR, Ibama, IBGE, INMET, Ipea, Mapa, MiniCom, MCTI, MD, MDA, MDIC, MDS, ME, MF, MinC, MMA, MME, MPA, MPS, MRE, MS, MTE, MCidades, MTur, SDH/PR, SPM/PR, Serpro, Sesu/MEC e SETEC/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Esse valor distribui-se entre: Agência Brasileira de Cooperação (ABC): R\$ 77.633.782; Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis (DRN): R\$ 1.513.798; Departamento da África (DEAF): R\$ 893.816; Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR): R\$ 69.594; e Instituto Rio Branco (IRBR): R\$ 15.120.

Apresentam-se, a seguir, temas e áreas de destaque da cooperação técnica brasileira, os quais indicam a necessidade premente de se avançar mais profundamente em pesquisas sobre estes conhecimentos acumulados pela administração pública federal e suas contribuições potenciais.

BOX 1

Políticas públicas e desenvolvimento urbano

A cooperação técnica internacional do governo brasileiro passou a incluir a troca de experiências e conhecimentos em desenvolvimento urbano, programas sociais, fundos de governo, rede de atendimento e inclusão financeira a partir da atuação da CAIXA como agente de políticas públicas.

Em 2010, o Brasil desenvolveu projetos com os governos de Cabo Verde, Moçambique, Venezuela e Guatemala, sendo que a ênfase da cooperação com os países africanos e a Venezuela foi dada ao tema do desenvolvimento urbano, enquanto o pagamento de benefícios sociais caracterizou a cooperação com a Guatemala.

O Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Cabo Verde fundamentou-se em conhecimentos e experiências do governo brasileiro na implantação do programa Minha Casa Minha Vida, para estruturação da área de habitação daquele país, com o Programa Casa Para Todos. O compromisso assumido pelos dois países objetivava reduzir o déficit habitacional em 20%, correspondentes à construção de 8 mil unidades habitacionais, e trabalhar na reabilitação de 15 mil unidades antigas.

A cooperação em Cabo Verde está centrada na qualificação profissional e técnica, na adoção de tecnologias de baixo custo e redução do impacto ambiental; na rentabilidade de novas formas de financiamento e de incentivos fiscais; na democratização do crédito habitacional com atenção à situação das mulheres chefes de família, além dos sistemas de garantias para famílias de baixa renda.

(Continua)

(Continuação)

Entre os resultados alcançados, pode-se destacar: o dimensionamento do déficit habitacional e a revitalização de unidades habitacionais; elaboração de manuais de programas habitacionais; construção do Plano Estratégico Nacional de Habitação; estruturação do fundo garantidor para dar suporte financeiro à política habitacional, assim como o apoio ao desenho da política habitacional; elaboração do manual do trabalho social, que descreve as metodologias de intervenção social; capacitação em análise de renda não comprovada; cadastro único de beneficiários de habitação de interesse social, que permite a identificação das famílias beneficiárias de programas habitacionais e modelo financeiro para a sustentação do Programa Casa para Todos.

A cooperação técnica do Brasil com o governo de Moçambique vinculou-se ao tema do desenvolvimento urbano e objetivou contribuir para a redução do déficit habitacional do país mediante transferência de conhecimentos de políticas públicas habitacionais, sistemas construtivos com materiais não convencionais, apoio à criação de sistema nacional de acompanhamento de custos e índices da construção civil; envolveu também a montagem de laboratório de análise de materiais de construção e incubadora de empreendimentos populares no Centro Tecnológico de Namialo e apoio à implantação de curso de pós-graduação interinstitucional.

A cooperação preconiza a capacitação de equipes em Moçambique e no Brasil, e entre os resultados alcançados incluem-se: aprovação de política habitacional; transferência de metodologias de construção não convencional e transferência de conhecimento para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares; formulação de metodologia para a implementação de acompanhamento de custos e índices da construção civil; estruturação e elaboração do projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo. O projeto é executado pela CAIXA em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Venezuela objetiva apoiar a elaboração de plano de desenvolvimento sustentável para favelas de Caracas, em específico para San Agustín del Sur, uma das primeiras favelas da região metropolitana de Caracas, escolhida como projeto-piloto. Entre os resultados iniciais alcançados, destacam-se: apresentação aos técnicos venezuelanos da experiência brasileira de intervenção em favelas; apoio à elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para San Agustín del Sur, validado pela comunidade; e apresentação da metodologia venezuelana de organização comunitária.

Ainda no âmbito da cooperação com a Venezuela, incluiu-se o acordo entre o Banco da Venezuela e a CAIXA para implementar um modelo de correspondentes e o compartilhamento de experiências e metodologias para a sua instalação, possibilitando mais bancarização da população venezuelana, democratização dos produtos e serviços financeiros, além de um programa-piloto de correspondentes.

A cooperação técnica entre os governos do Brasil e da Guatemala possibilitou compartilhar experiências e metodologias sobre o Programa Bolsa Família (PBF) com os programas sociais guatemaltecos. Apresentou-se o modelo de cadastro único de beneficiários utilizado no Brasil, a sua operacionalização e as formas de pagamento mediante pontos de atendimento, além do modelo de gestão descentralizado que permite acompanhamento e transparência em todo o processo. A partir deste intercâmbio de experiências, o governo da Guatemala criou seu processo centralizado de cadastro e base de dados e apoiou a criação de um processo para facilitar e viabilizar o pagamento de benefícios à população favorecida pelos seus programas sociais.

BOX 2

Direitos humanos

A cooperação do Brasil no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos se desenvolveu e se fortaleceu à medida que o próprio governo brasileiro pôde aperfeiçoar suas políticas públicas de direitos humanos. Não é por mera coincidência que o número de projetos de cooperação bilateral neste campo se expandiu a partir da criação de um ministério próprio para o tema, hoje sob a forma da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Políticas e ações como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a Mostra Cinema e Direitos Humanos e a atuação brasileira durante o I Ciclo do Mecanismo de Revisão Periódica Universal das Nações Unidas chamaram a atenção de outros países, que passaram a demandar ao Brasil o compartilhamento de suas experiências.

(Continua)

(Continuação)

Tecnicamente, os projetos de cooperação bilateral em direitos humanos têm a mesma natureza de outros projetos executados pelo governo brasileiro no âmbito da cooperação técnica, centrando-se na socialização das experiências brasileiras e no apoio ao fortalecimento da capacidade institucional dos países com os quais se coopera. No entanto, por constituírem projetos no campo dos direitos humanos, os mesmos se diferenciam por sua transversalidade, pela valorização de mecanismos participativos e pela convicção quanto à responsabilidade do Estado em promover e proteger os direitos de todos. A cooperação em direitos humanos tende a trabalhar com um horizonte de mais longo prazo, visando fortalecer as instituições e a sociedade civil dos países cooperantes para a defesa permanente e a promoção dos direitos humanos em seu território.

O mais antigo projeto de cooperação bilateral desenvolvido pelo Brasil é o apoio a uma política nacional de Guiné-Bissau de garantia do direito à documentação básica ou ao registro civil de nascimento. Em 2010, o projeto produziu uma publicação conjunta e bilíngue, intitulada *Brasil – Guiné-Bissau: olhares cruzados pela identidade*.

Em 2010, foram iniciadas tratativas para o desenvolvimento de inúmeros projetos de cooperação em direitos humanos que marcaram o período. Exemplos incluem a proposta de cooperação com Cabo Verde para os direitos da criança e do adolescente e para o fortalecimento da Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania. Outro exemplo foi o início do diálogo com o governo colombiano para a promoção e defesa dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Presta-se ainda cooperação na área dos direitos das pessoas com deficiência, da educação em direitos humanos e de cinema e direitos humanos. Há, obviamente, a possibilidade de que esta lista se amplie, a depender das demandas apresentadas pelos países.

Deve-se destacar que a política brasileira de cooperação em direitos humanos se apoia nos princípios jurídicos elencados na CF. Em conformidade com as Resoluções nº 46/182 e nº 58/114 da Assembleia-Geral das Nações Unidas (Agnu), esta política é embasada nos princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e soberania. Adicionalmente, o Brasil respeita o princípio da não intervenção em assuntos de jurisdição doméstica, simultaneamente à promoção da não indiferença às situações de emergência humanitária.

Fonte: SDH/PR.

BOX 3 Saúde

A cooperação do MS e das demais instituições especializadas nacionais no campo da saúde pública se efetiva com o intercâmbio de experiências, mediante o envio de técnicos brasileiros para realizar capacitações nos países que demandaram esta cooperação; com o apoio à estruturação de serviços, por meio de iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional; com visitas de profissionais de saúde de distintos países para conhecer áreas de excelência da política pública de saúde brasileira; com a doação de medicamentos e insumos de saúde; e com formação de profissionais da área de saúde. Excepcionalmente, em caráter complementar, a cooperação envolve construções e a doação de equipamentos e insumos de saúde, como é o caso da cooperação pós-terremoto com o Haiti, Gana e Moçambique.

A cooperação triangular une a oferta brasileira com a capacidade de doadores tradicionais, sobretudo com aportes técnicos e financeiros, potencializando as vantagens comparativas de todos os atores envolvidos.

Em 2010, as principais áreas de atuação da cooperação brasileira em saúde, por número de projetos foram: banco de leite humano, vírus da imunodeficiência humana (*human immunodeficiency virus* – HIV), dengue, sangue e hemoderivados, vigilância ambiental e sistemas de informação em saúde. Além disso, a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) desperta interesse crescente dos países, particularmente no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), além das políticas de descentralização, gestão hospitalar, assistência farmacêutica (Farmácia Popular) e saúde do homem.

A experiência brasileira com bancos de leite humano se sobressai como uma das principais áreas da cooperação internacional em prol do desenvolvimento dos países. Em 2010, ano em que ocorreu uma demanda constante da parte dos países parceiros, encontravam-se em funcionamento mais de trinta destas unidades. Esta cooperação prevê, além de capacitações técnicas para a coleta do leite e controle de sua qualidade, a implantação física dos equipamentos que compõem o banco de leite e a vinculação do banco em rede. A iniciativa tem um impacto direto na redução da mortalidade infantil, particularmente de recém-nascidos prematuros ou de baixo peso, bem como para aqueles cujas mães estão, por distintos motivos, impedidas de amamentar – incluindo os casos de doenças infectocontagiosas.

(Continua)

(Continuação)

A cooperação em HIV é o principal tema de demanda em regiões como a África e reflete o êxito da política brasileira, baseada no acesso universal ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados, bem como estratégias de prevenção que incluem o combate ao estigma e à discriminação de vários tipos e o reconhecimento do direito à diversidade, liberdade e igualdade, a partir de um trabalho conjunto envolvendo a sociedade civil, pessoas vivendo com HIV e o diálogo com os distintos grupos de interesse.

Fonte: MS.

BOX 4 Agropecuária

O governo federal tem desenvolvido continuado esforço de fortalecimento da Embrapa em reconhecimento à relevância de sua atuação na consolidação do modelo de agricultura brasileira em padrão moderno, científico, empresarial e internacionalmente competitivo.

Entre as medidas adotadas, ocorreu um forte estímulo ao processo de internacionalização da empresa na década de 2000. A atuação da empresa tem ocorrido por três vias: cooperação científica, cooperação técnica e negócios tecnológicos.

Somente com a edição da Medida Provisória nº 504, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de setembro de 2010, a Embrapa ajustou-se aos requisitos jurídicos e legais para o adequado atendimento das demandas de países em desenvolvimento pelas tecnologias desenvolvidas na empresa.

A atuação da empresa tem-se concentrado na cooperação bilateral, mediante projetos de cooperação técnica com ênfase na capacitação técnica para o fortalecimento das instituições e treinamento de recursos humanos.

Em 2010, devido às mudanças na estratégia adotada pela empresa, foram executados 44 projetos de cooperação técnica internacional, 32 destes distribuídos entre quinze países da América Latina e do Caribe, e os outros doze projetos entre onze países africanos. Realizaram-se, ainda, dois treinamentos com países da América Latina, e uma atividade isolada na África, além de missões prospectivas, oficinas e missões científicas.

Atenção especial deve ser dada a quatro ações estruturantes em curso na África: o Programa de Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical de Moçambique (ProSavana); o apoio ao desenvolvimento do setor algodoeiro nos países do projeto Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali); o apoio ao desenvolvimento da rizicultura do Senegal; e suporte técnico à plataforma de inovação agropecuária de Moçambique. Entre estas ações, o Cotton-4 alcançou maior projeção internacional e demandou maior esforço governamental. Estabelecido em meados de 2009, o projeto, de perfil estruturante, tem por meta promover mudanças significativas nos paradigmas tecnológicos de um setor econômico estratégico para estes países, o cultivo do algodão, produto de forte impacto econômico e social em seus mercados internos, propícios ao desenvolvimento e ao êxito no enfrentamento de desafios nacionais e internacionais. O objetivo é aumentar a produtividade, gerar diversidade genética e aprimorar a qualidade do algodão cultivado nestes países, de forma a contribuir com o desenvolvimento e com o fortalecimento econômico autônomo do Cotton-4. A base das atividades do projeto está centralizada na Estação Experimental do Centro de Pesquisa Agrícola de Sotuba, em Bamako, capital do Mali.

O ProSavana constitui-se na mais ambiciosa ação de cooperação triangular envolvendo o Brasil e o Japão. Com o ProSavana a cooperação técnica brasileira em sua vertente trilateral ganhou nova dimensão. O programa tem por base a experiência brasileira de transformação do Cerrado em nova fronteira agrícola, com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à produção de variedades e cultivares adaptados à savana moçambicana. O programa conta com componentes de cooperação técnica do Brasil e financeira do Japão de forma integrada.

No âmbito da cooperação internacional em agropecuária, as principais áreas de atuação da Embrapa são: a segurança alimentar, a capacitação de recursos humanos, a validação de variedades e o aperfeiçoamento de sistemas de produção e desenvolvimento regionais. Em 2010, a Embrapa alocou recursos orçamentários no montante de R\$ 1,5 milhão em cooperação técnica, destinados principalmente ao pagamento de horas técnicas de seus funcionários.

Fonte: Embrapa.

BOX 5

Educação e formação profissional

O Brasil empreende diversas iniciativas de cooperação horizontal em educação – em especial, nas áreas de educação de jovens e adultos e de formação profissional. O mais significativo exemplo desta atuação é o projeto Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas, realizado em Guiné-Bissau, no âmbito da cooperação triangular entre o país africano, o Brasil e a Unesco, com financiamento integral da ABC/MRE.

O projeto, que prevê a adaptação das metodologias desenvolvidas pelo Instituto Elos e pela Fundação Gol de Letra, baseia-se na mobilização comunitária para o trabalho cooperativo, na promoção de espaços diferenciados de aprendizagem, no atendimento às famílias e no fortalecimento das comunidades, por meio de ações socioeducativas e do empoderamento de jovens lideranças locais.

A segunda linha de atuação do projeto envolve o MEC na transferência do programa Escola Aberta, desenvolvido em parceria com a Unesco. Outra iniciativa com importante impacto sobre o segmento de jovens em países em desenvolvimento são os centros de formação profissional desenvolvidos em parceria entre a ABC/MRE e o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (Senai). Encontram-se instalados centros de formação profissional em Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, enquanto outros dois se encontram em implantação em Moçambique e em São Tomé e Príncipe.

Os centros oferecem cursos nas áreas de mecânica de motores, construção civil, eletricidade, vestuário e informática. Além destas iniciativas, a ABC/MRE e o Senai negociam a criação de dois núcleos para a capacitação de deficientes físicos no ramo da construção civil em Marrocos; um núcleo no setor têxtil no Mali; e outro na área de fabricação de móveis nos Camarões. Na África do Sul, o primeiro projeto estrutural da ABC/MRE envolve o estabelecimento do Centro de Formação Profissional e Empreendedorismo, que está em fase final de negociação e terá importante papel na mitigação nos problemas ocasionados pelo desemprego.

Na área de educação de jovens e adultos, destaca-se a ação brasileira no combate ao analfabetismo na África, com projetos desenvolvidos com o MEC e a organização não governamental (ONG) Alfabetização Solidária em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Além dos projetos em educação, cabe destacar aqueles que promovem a inserção dos jovens na sociedade por meio de programas de inclusão digital e prática de esportes. No âmbito do programa de inclusão digital, estão sendo implantados telecentros em Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Libéria e Angola, cujo objetivo é o acesso às novas tecnologias e a capacitação de jovens na manutenção e na operação de microcomputadores e em temas como *software* livre.

Fonte ABC/MRE.

BOX 6

PNUD Brasil – Cooperação Sul-Sul

O PNUD Brasil apoia o governo brasileiro em sua agenda global de desenvolvimento por meio da Cooperação Sul-Sul. Os projetos, coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), têm suas ações realizadas por meio do mapeamento e da transferência do conhecimento brasileiro em um conjunto de áreas temáticas que incluem segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, redução da pobreza, governança democrática, entre outras, além do fortalecimento de capacidades e da inclusão de novos parceiros nos arranjos de cooperação triangular.

Os bancos de leite humano (BLHs), que são um exemplo da cooperação técnica brasileira, contaram com o apoio do PNUD para a sua disseminação e implementação em outros países. A combinação de baixo custo e eficácia dos métodos de coleta e controle de qualidade desenvolvidos pela Fiocruz possibilitou ao Brasil estruturar uma das maiores e mais complexas redes de BLH do mundo. O reconhecimento estimulou a demanda e a experiência brasileira serviu de inspiração para a implantação de BLHs em 24 países da América Latina, da África e até da Europa.

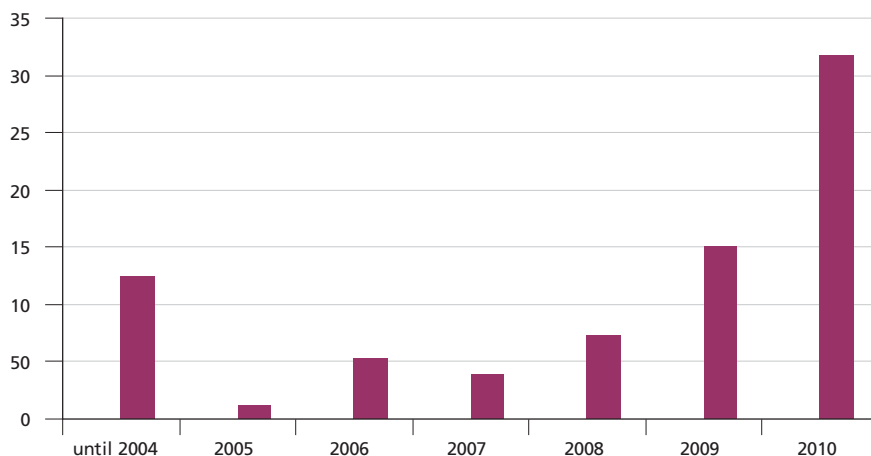
(Continua)

(Continuação)

Para reforçar seu apoio global oferecido à Cooperação Sul-Sul, o PNUD assinou, com o Ministério das Relações Exteriores do país, o documento *Aliança Estratégica entre o PNUD e o Brasil*. A aliança facilita a realização de atividades e iniciativas de desenvolvimento nos países com os quais o governo brasileiro mantém acordos de cooperação. Esta aliança reforça o compromisso do PNUD com a Cooperação Sul-Sul brasileira e coloca à disposição do governo brasileiro um conjunto de instrumentos e ferramentas que permitem: *i)* o intercâmbio de informações e de conhecimento; *ii)* a transferência de tecnologia; *iii)* o desenvolvimento de capacidades; e *iv)* a estruturação de escolas profissionais, unidades de saúde, laboratórios e serviços públicos para a população dos países parceiros. Contando com sua rede de escritórios nacionais, *experts* e parceiros globais, o PNUD contribui para a execução dos projetos de CCSB em mais de oitenta países, provendo assistência técnica, suporte operacional, serviços de desenvolvimento, e assessoria de alto nível. Estas atividades são desenvolvidas em fina articulação e sintonia com as diretrizes e prioridades da ABC. A parceria do PNUD com a ABC inclui também o fortalecimento institucional da própria agência, que visa ao aprimoramento do sistema de gestão de projetos nos seus mais diversos aspectos.

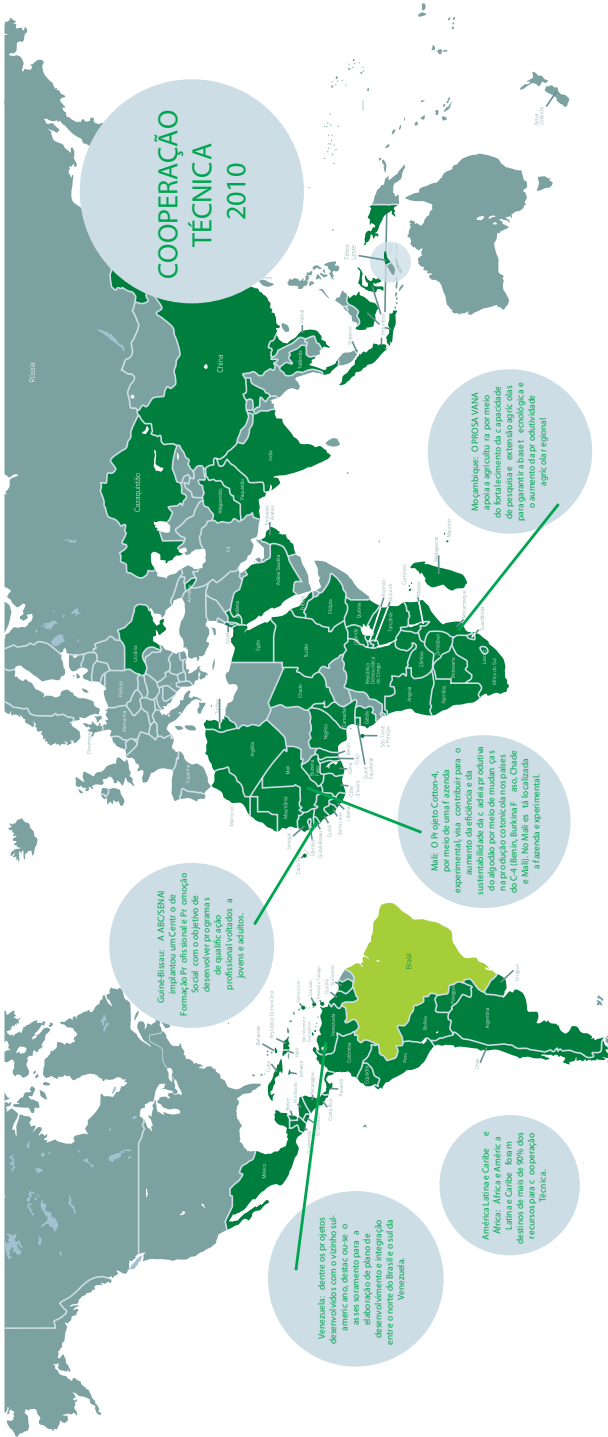
Em 2010, por meio de projetos do PNUD Brasil, houve execução de US\$ 32 milhões para a realização de Cooperação Sul-Sul. O gráfico apresenta a consolidação destes gastos para o período 2004-2010.

PNUD Brasil – Cooperação Sul-Sul
(Em US\$ milhões)



Fonte: PNUD.
Elaboração: Ipea.

MAPA 1
Países parceiros do Brasil na cooperação técnica



Fonte: acervo da ABC/MRE.

2 COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

O governo federal brasileiro, por meio de suas instituições, seja de forma articulada, seja de forma individualizada, concede bolsas de estudo e assume custos associados diretos e indiretos a fim de prover formação de capital humano estrangeiro para o fortalecimento de suas organizações e instituições.

A maior parte dessa formação é oferecida em solo nacional, em instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, mediante articulação interministerial que envolve mais diretamente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação do Ministério da Educação (MEC) criada em 1951, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão colegiado do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) também criado em 1951, e a Divisão de Temas Educacionais (DCE) do Departamento Cultural do MRE.²

Mais recentemente, instituições do governo federal brasileiro, em parceria com a Capes e o CNPq, passaram a prover cooperação educacional também em solo estrangeiro, com vistas a promover maior integração entre o capital humano formado e suas instituições locais de origem.

A cooperação educacional do Brasil, que abriga a concessão de bolsas de estudo para estrangeiros e custos associados, pode ser de caráter acadêmico ou técnico. A cooperação de caráter acadêmico visa exclusivamente à formação acadêmica complementar de estrangeiros nos níveis de graduação e de pós-graduação. A cooperação de caráter técnico visa à formação não acadêmica, de quadros eminentemente profissionais com atuação vinculada às instituições governamentais.

Em 2010, a cooperação educacional totalizou aproximadamente R\$ 63 milhões. Deste total, a cooperação de caráter eminentemente acadêmico somou pouco mais de R\$ 60 milhões (97%), enquanto a cooperação de caráter eminentemente técnico correspondeu a aproximadamente R\$ 2 milhões (3%). Revela-se, portanto, a prioridade do governo brasileiro em conceder recursos destinados à formação acadêmica complementar (graduação e pós-graduação) de estrangeiros no Brasil.

2.1 A cooperação educacional de caráter acadêmico

A atuação do governo federal brasileiro neste tema efetiva-se mediante a atuação articulada entre a Secretaria de Educação Superior (Sesu) do MEC, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), suas respectivas agências de fomento – Capes e CNPq – e o MRE, por meio das representações diplomáticas e consulares e da Secretaria-Geral das Relações Exteriores.

2. Antiga Divisão de Cooperação Educacional (DCE). Apesar da mudança de nome para Divisão de Temas Educacionais, a sigla anterior permanece em uso.

As agências nacionais de fomento vêm ampliando e diversificando a cooperação educacional internacional para a formação de capital humano estrangeiro. Os órgãos do governo atuam como articuladores, orientadores e avaliadores do processo de cooperação educacional com países parceiros.

Os programas das agências brasileiras buscam potencializar a colaboração entre instituições de ensino superior. São dois os principais programas de cooperação educacional do governo federal brasileiro, existentes há décadas, sob os quais houve registros de gastos públicos em 2010: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

2.1.1 PEC-G

O PEC-G representa uma parceria entre o MEC e o MRE, vigente desde 1964, e consiste na atividade de realização de estudos universitários, em nível de graduação, em instituições de ensino superior públicas e privadas brasileiras, por estudantes provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou Científica e Tecnológica.

Em 2010, segundo dados do MEC e do MRE, o governo federal brasileiro desembolsou um total de R\$ 31 milhões com a cooperação educacional em graduação (tabela 8). Incluem-se aí gastos com bolsas de estudo e de auxílio, custos administrativos associados e a concessão de passagens aéreas a parcela desses estudantes, com base em avaliação meritória dos respectivos desempenhos acadêmicos.

TABELA 8
Gastos do governo federal com o PEC-G – Cobradi (2010)
(Em R\$)

Instituição	Total
MRE	1.672.106
Sesu/MEC ¹	29.346.984
Total	31.019.090

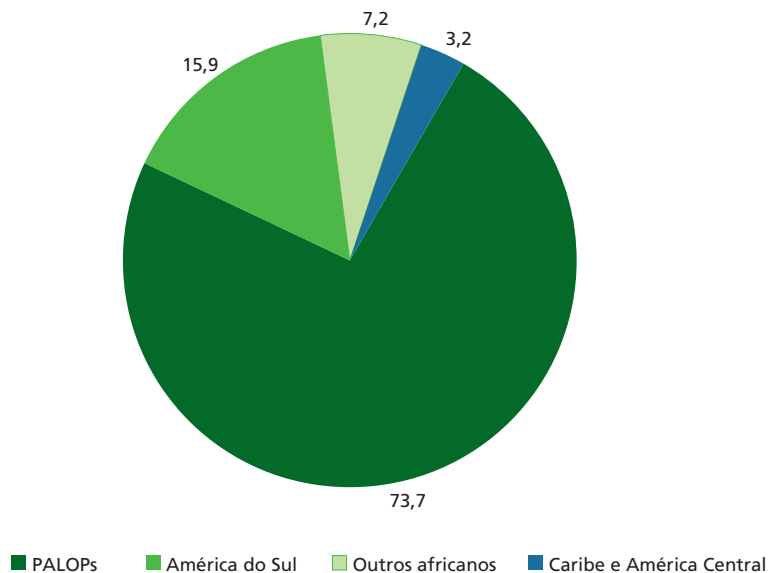
Fonte: DCE/MRE e Sesu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Do total de gastos efetivados pela Sesu/MEC, R\$ 25,6 milhões referem-se a bolsas de estudos, enquanto R\$ 3,8 milhões referem-se a apoio complementar a nacionais de países africanos por meio do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes).

O gráfico 4 indica as regiões de origem dos bolsistas estrangeiros vinculados ao PEC-G com matrícula ativa em 2010. Do total de 1.643 estudantes, 1.211 (73,7%) eram provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs); 261 (15,9%) da América do Sul; 118 (7,2%) de outros países africanos; e 53 (3,2%) de países da América Central e Caribe.

GRÁFICO 4
Proporção de estudantes vinculados ao PEC-G,
segundo a região de origem – Cobradi (2010)
 (Em %)



Fonte: DCE/MRE e Sesu/MEC.
 Elaboração: DCE/MRE.

A tabela 9 dimensiona o número de estudantes vinculados ao PEC-G por país de origem. Vale lembrar que tanto o gráfico 4 quanto a tabela 9 espelham gastos realizados em 2010 sobre um fluxo contínuo de estudantes estrangeiros em diferentes estágios de formação acadêmica no Brasil.

TABELA 9
Número de estudantes vinculados ao PEC-G,
segundo o país de origem – Cobradi (2010)

País	Número de estudantes ¹
Cabo Verde	532
Guiné-Bissau	436
Angola	147
Paraguai	123
São Tomé e Príncipe	63
Peru	43
República Democrática do Congo	43
Bolívia	35
Equador	35

(Continua)

(Continuação)

País	Número de estudantes ¹
Moçambique	33
Camarões	20
Nigéria	18
Colômbia	15
Benim	13
Gana	8
Haiti	8
Jamaica	8
Quênia	8
Costa Rica	7
Honduras	7
Barbados	6
Panamá	6
Argentina	5
Chile	4
Guatemala	4
Nicarágua	4
Costa do Marfim	3
Gabão	2
Senegal	2
El Salvador	1
Guiné	1
República Dominicana	1
Uruguai	1
Trinidade e Tobago	1
Total	1.643

Fonte: DCE/MRE e Sesu/MEC.

Elaboração: DCE/MRE.

Nota: ¹ Número de estudantes ativos em 2010, segundo informações cedidas pelas instituições de ensino superior participantes do PEC-G.

Há muitas instituições de ensino superior federais vinculadas ao PEC-G. Em 2010, 47 destas instituições de ensino superior brasileiras abrigaram estudantes estrangeiros vinculados ao programa, cuja distribuição por instituição se apresenta na tabela 10.

TABELA 10
Distribuição de estudantes estrangeiros por instituição de ensino superior – Cobradi (2010)

Número de estudantes estrangeiros	Instituição de ensino superior
Entre 0 e 20	UFGD, CEFET/RJ, IFCE, UFCSPA, FURG, UFS, Ufam, UFBA, UFCG, UFG, UFJF, Ufla, UFMT, UFPEL, UFRPE, UTFPR, UFSJ, UFSM, UFT, UFTM, UFVJM, Unifel, UNIFESP e Ufra
Entre 21 e 40	UFPA, UFMS, UFOP, UFPB, UFPI, UFPR, UFRRJ, UFSCAR, UFU e UFV
Entre 41 e 60	Ufes e Unirio
Entre 61 e 80	Ufaa, UFF, UFRGS e UFRN
Entre 81 e 100	UFMG, UFPE, UFSC e UnB
Entre 101 e 120	UFRJ
Mais de 140	UFC

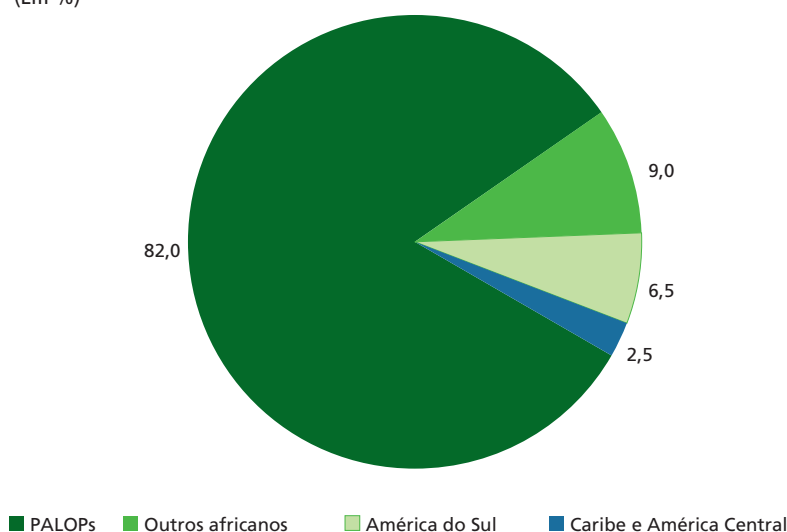
Fonte: Sesu/MEC.

Elaboração: Ipea.

Obs.: os significados das siglas dispostas na tabela podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

Mediante programas especiais, o governo brasileiro apoia estudantes estrangeiros de países com menor renda ou estudantes com comprovado mérito acadêmico. O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisae), criado pelo Decreto nº 4.875 de 11 de novembro de 2003, concede, principalmente para nacionais de países africanos vinculados ao PEC-G, bolsa complementar no valor de um salário mínimo mensal (tabela 8). Em 2010, o Promisae alcançou um total de 749 estudantes estrangeiros. O gráfico 5 indica a origem regional dos estudantes vinculados ao projeto, e destaca que 82% destes são provenientes dos PALOPs.

GRÁFICO 5
Proporção de estudantes beneficiados pelo Promisae, segundo a região de origem – Cobradi (2010)
 (Em %)



Fonte: Sesu/MEC.

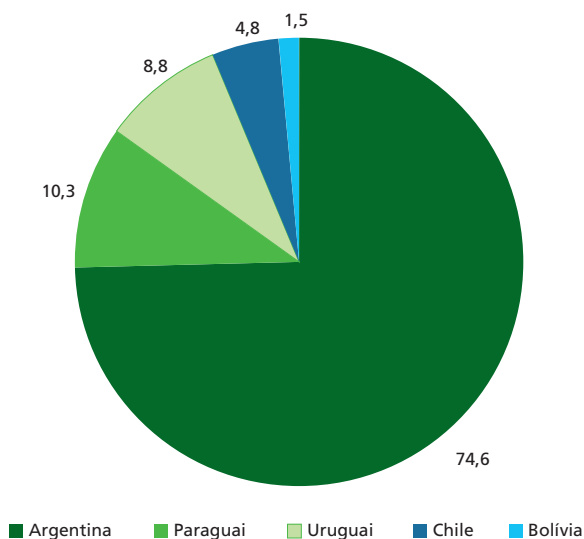
Elaboração: Ipea.

Outro programa especial que fortalece a cooperação educacional é o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (Marca), executado desde 2006, desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Participam do programa cursos de graduação avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (Arcusul) pertencentes a instituições da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Estudantes de cursos acreditados junto ao Marca têm a oportunidade de se candidatar a um intercâmbio de um semestre letivo em uma instituição dos países participantes. No Brasil, a Sesa e a Capes são responsáveis por sua administração. A Capes apoia o programa desde 2008. Em 2010, o MEC aportou aproximadamente R\$ 2 milhões ao Marca. O gráfico 6 identifica os recursos destinados ao Marca pelo governo brasileiro, por país de destino, em porcentagem do total de gastos. Cerca de 75% dos recursos foram destinados a estudantes argentinos.

GRÁFICO 6

Gastos do governo federal com estudantes beneficiados pelo Programa Marca, segundo o país de origem – Cobradi (2010)
(Em %)



Fonte: Sesa/MEC e CAPES.

Elaboração: Ipea.

Cumprir registrar, por fim, o acesso integral ao Sistema Único de Saúde (SUS) para os estudantes estrangeiros vinculados ao PEC-G. Porém, os gastos implícitos associados a este acesso universal não foram computados neste levantamento.

2.1.2 PEC-PG

O PEC-PG é uma parceria entre a Capes, o CNPq e o MRE vigente desde 1981 com o objetivo de oferecer para estrangeiros a oportunidade da realização de estudos de pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, em diversas áreas do conhecimento.

Os estudantes são provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional e/ou Científica e Tecnológica. São concedidas bolsas de mestrado (bolsa do CNPq e, em casos excepcionais, da Capes) e doutorado (bolsa da Capes).

Segundo a tabela 11, o governo federal gastou em 2010 um total de R\$ 14,6 milhões com o PEC-PG, valor inferior às suas despesas com o PEC-G. Incluem-se gastos com bolsas de estudo e de auxílio, custos administrativos associados e a concessão de passagens aéreas a parcela desses estudantes. O pagamento de passagens aéreas de retorno é, neste caso, concedido à totalidade de estudantes estrangeiros, diferentemente do PEC-G.

TABELA 11

Gastos do governo federal com o PEC-PG – Cobradi (2010)
(Em R\$)

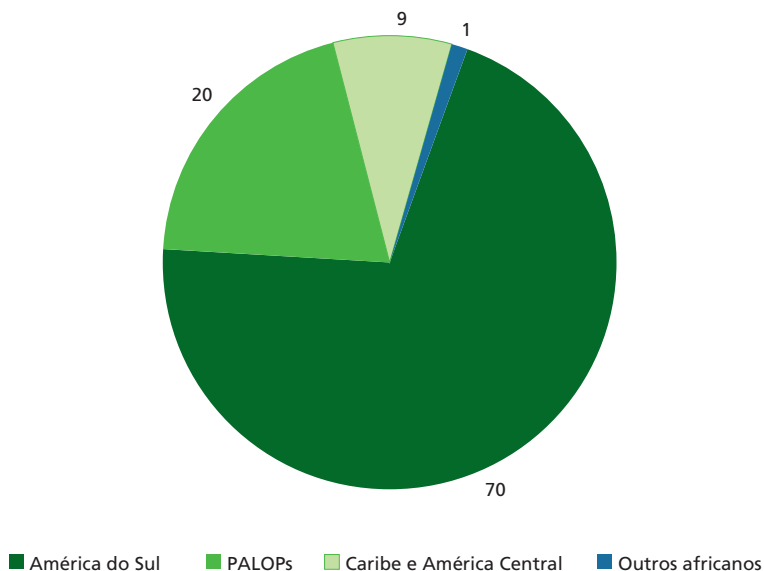
Instituição	Total
MRE	153.219
Capes (MEC)	11.798.341
CNPq (MCTI)	2.680.094
Total	14.631.650

Fonte: DCE/MRE, Sesu/MEC, Capes e CNPq.
Elaboração: Ipea.

O gráfico 7 apresenta a origem dos estudantes estrangeiros beneficiados pelo PEC-PG. Diferentemente do PEC-G, para a graduação, observa-se que a maior parcela de estudantes de pós-graduação, 70%, é oriunda de países da América do Sul, seguidos de 20% dos PALOPs, 9% da América Central e Caribe, e 1% de outros países africanos.

GRÁFICO 7

Região de origem dos estudantes atendidos pelo PEC-PG – Cobradi (2010)
(Em %)



Fonte: DCE/MRE, Sesu/MEC e Capes.
Elaboração: DCE/MRE.

A tabela 12 especifica o número de estudantes PEC-PG por instituição brasileira de fomento e país de origem. Também vale lembrar que tanto o gráfico 6 quanto a tabela 11 espelham gastos realizados em 2010 sobre um fluxo contínuo de estudantes estrangeiros em diferentes estágios de formação acadêmica no Brasil.

TABELA 12

Estudantes do PEC-PG por instituição brasileira de fomento e país de origem – Cobradi (2010)

País	Número de estudantes – CNPq	Número de estudantes – Capes	Total
Colômbia	15	128	143
Peru	12	47	59
Argentina	6	30	36
Timor-Leste	-	26	26
Cabo Verde	9	12	21
Bolívia	8	10	18
Moçambique	2	15	17
Equador	7	9	16

(Continua)

(Continuação)

País	Número de estudantes – CNPq	Número de estudantes – Capes	Total
Uruguai	4	12	16
Cuba	2	12	14
Angola	6	7	13
Chile	4	7	11
Guiné-Bissau	2	9	11
México	2	8	10
Paraguai	2	5	7
Costa Rica	1	3	4
Guatemala	-	3	3
Panamá	1	2	3
Venezuela	2	1	3
Costa do Marfim	-	2	2
República Dominicana	1	1	2
Camarões	-	1	1
Egito	-	1	1
El Salvador	1	-	1
Nicarágua	1	-	1
Nigéria	1	-	1
Total	89	351	440

Fonte: MRE, Capes e CNPq.

Elaboração: DCE/MRE.

Obs.: o hífen representa a inexistência de estudantes no programa.

No que se refere à Capes, as diretrizes institucionais devem: priorizar programas de cooperação que favoreçam a intensificação das relações do Brasil com seus parceiros em desenvolvimento, principalmente com os países de interesse prioritário para a política externa brasileira; e assistir tecnicamente países com deficiências no ensino superior.

A partir de 2004, a política de cooperação internacional da Capes passou a dar ênfase à cooperação com países do eixo sul, especialmente países da América Latina e da África, e com os países de língua portuguesa. A Capes apoia programas bilaterais com Argentina, Cuba, Haiti, Uruguai e Timor-Leste e também iniciativas com blocos de países, como no caso do Mercosul, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, projetos especiais e bolsas individuais.

A exemplo do que ocorre com os estudantes do PEC-G, estudantes estrangeiros vinculados ao PEC-PG têm acesso ao SUS. Porém, os gastos implícitos associados a este acesso universal não foram computados neste levantamento.

2.1.3 Outros programas e projetos acadêmicos bilaterais de relevância

Vale registrar os gastos da Capes, alguns em parceria com outros órgãos do governo federal, em programas e projetos específicos de cooperação educacional para a formação acadêmica de quadros estrangeiros.³ Entre eles, destacam-se os programas a seguir.

- 1) O Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa (Timor-Leste). O Programa foi criado por meio do Decreto nº 5.274 de 18 de novembro de 2004. Em 2010, foram capacitados 998 timorenses. Os cursos foram em nível de bacharelado em biologia, física, matemática e química; em nível de especialização em educação ambiental, ensino e gestão educacional; e em ensino da língua portuguesa instrumental para professores da pré-escola e educação primária. Além da Capes, estão envolvidas, pelo lado brasileiro, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a DCE/MRE. Pelo país parceiro, estão envolvidas a Universidade Nacional do Timor-Leste, o Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação, os ministérios da Educação, Agricultura e Pesca, Negócios Estrangeiros, Finanças, Política Energética, Solidariedade Social e o Serviço Nacional de Inteligência.
- 2) O Programa Capes e o Ministério da Educação Superior de Cuba (MES). Segundo dados da Capes, o programa financiou, entre 1997 (ano de sua criação) e 2010, 220 bolsas de estudo, entre as quais 61% de candidaturas para o doutorado sanduíche e 39% para o pós-doutorado. Em 2010, um total de vinte docentes cubanos receberam bolsas concedidas pela Capes, entre os quais 55% para o doutorado sanduíche e 45% para o pós-doutorado. As instituições de origens dos docentes cubanos bolsistas da Capes em 2010 foram:
 - a) Universidad de La Habana;
 - b) Universidad de Oriente;
 - c) Instituto de Ciencia Animal;
 - d) Universidad Agraria de La Habana;
 - e) Universidad Central Marta Abreu de Las Villas;

3. Além dos gastos informados, devem ser levados em conta os custos administrativos associados da Capes para seus programas de cooperação educacional no valor de R\$ 706.120,32.

- f) Centro Nacional de Sanidad Agropecuaria;
- g) Centro Universitario de Guantánamo;
- h) Centro Universitario de Las Tunas;
- i) Estación Experimental Indio Hatuey;
- j) Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría;
- k) Universidad de Camagüey;
- l) Universidad de Guantánamo; e
- m) Universidad de Holguín.

As instituições de ensino superior brasileiras que receberam esses cubanos foram:

- a) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (3);
 - b) Universidade de São Paulo – USP (3);
 - c) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (2);
 - d) Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2);
 - e) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2);
 - f) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (2);
 - g) Universidade Federal de Lavras – Ufla (1);
 - h) Universidade Federal da Paraíba – UFPB (1);
 - i) Universidade Federal do Paraná – UFPR (1);
 - j) Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR (1);
 - k) Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (1); e
 - l) Universidade de Brasília – UnB (1).⁴
- 3) Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique. Este programa visa possibilitar cidadãos moçambicanos a realizarem seus estudos em instituições de ensino superior brasileiro para aprimorar seu conhecimento e experiência na expectativa de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de seu país, bem como para maior interação com o Brasil. O programa de trabalho foi firmado em 5 de novembro de 2003 pelos ministros de Ciência e Tecnologia do Brasil e Moçambique. Por intermédio

4. Para 2011, já há 28 novas candidaturas, sendo 64% para o doutorado sanduíche e 36% para o pós-doutorado.

do CNPq, o governo brasileiro se comprometeu a conceder quarenta bolsas nas modalidades de mestrado e doutorado, a serem realizados em instituições de ensino superior brasileiras, em áreas consideradas prioritárias para a formação de recursos humanos de Moçambique.

- 4) Cooperação Brasil-Argentina para pesquisas conjuntas: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva – MINCYT) da Argentina. O Programa de Cooperação Brasil-Argentina para pesquisas conjuntas foi criado para apoiar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa argentinos e brasileiros mediante ações integradas, incluindo pesquisadores, acadêmicos e bolsistas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado (Argentina, [s.d.]).
- 5) O Programa da Linguagem das Letras e dos Números (PLLN): Programa José Aparecido Oliveira e Programa Amílcar Cabral (Cabo Verde). O PLLN foi criado para fortalecer a presença de estudantes africanos em cursos de engenharia no Brasil. Para isto, criaram-se cursos intensivos e de curta duração para professores de matemática e português do ensino médio e ensino fundamental de países africanos a fim de se fornecer um “reforço” aos candidatos. Por isso, em apoio à cooperação internacional do Brasil com países da África e em consonância com os objetivos da CPLP, a Capes instituiu, por meio da Universidade Federal do Ceará (UFC), o PLLN, composto de dois projetos: Projeto Amílcar Cabral (PAC/PLLN) –⁵ ensino de matemática; e Projeto José Aparecido de Oliveira (PJAO/PLLN) –⁶ ensino da língua portuguesa. Em 2011, foi instituído o Projeto Colinas de Boé (PCB/PLLN), com o objetivo de capacitar professores do ensino fundamental de matemática e português de Guiné-Bissau. O programa existe desde 2008, sendo fundamentado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica Brasil-Cabo Verde, assinado em 28 de abril de 1977 e regulamentado pelo Decreto nº 85.545, de 16 de dezembro de 1980, e pelo Acordo sobre Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde, assinado em 7 de fevereiro de 1979 e regulamentado pelo Decreto nº 85.621, de 6 de janeiro de 1981.

5. Considerado o “pai” da nacionalidade cabo-verdiana, Amílcar Cabral foi um líder africano cuja ação não se limitou ao plano político, mas desempenhou um importante papel cultural tanto em Cabo Verde como em Guiné-Bissau. Natural de Guiné-Bissau, Amílcar Cabral fundou em 1956 o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), que lutou pela autodeterminação daqueles dois territórios. Ainda em 1956, Cabral, ao lado de Agostinho Neto, fundou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em 1973, Amílcar Cabral, que assumira em 1962 a liderança do PAIGC, foi assassinado em Guiné-Conacri.

6. José Aparecido de Oliveira foi governador do Distrito Federal de 1985 a 1988; ministro da Cultura do governo do presidente José Sarney; embaixador do Brasil em Portugal; e um dos fundadores da CPLP.

Além da Capes, estão envolvidas a UFC, a Embaixada do Brasil em Praia (Cabo Verde), e o Ministério da Educação em Cabo Verde. Em 2010, o programa foi responsável pela capacitação de um total de 96 professores de matemática e de português do ensino médio, de Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

- 6) Os Centros Associados de Pós-Graduação entre Brasil e Argentina (CAPG/BA). O Programa CAPG/BA (Programa de Centros Associados de Pós-Graduação), objetiva promover o intercâmbio acadêmico em áreas prioritárias entre instituições de ensino superior, visando à formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e na Argentina, nas diversas áreas do conhecimento. Destina-se às instituições de ensino superior argentinas e brasileiras que possuem cursos de pós-graduação recomendados pela Capes e pela Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria do Ministério da Educação da Argentina, de excelência, com conceito igual ou superior a 5 (Capes) ou A e B (pela referida Comissão da Argentina).
- 7) Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação entre Brasil e Argentina (CAFP/BA). O Programa de Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-graduação Brasil/Argentina, fruto da Cooperação Capes/SPU, estimula a parceria acadêmica entre o Brasil e a Argentina, bem como o reforço recíproco das atividades acadêmicas e da formação pós-graduada, enfatizando o intercâmbio de docentes e alunos de pós-graduação. Destina-se às instituições de ensino superior argentinas e brasileiras que possuem cursos de pós-graduação recomendados pela Capes e pela Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria do Ministério da Educação da Argentina.
- 8) Programa de Formação de Professores de Guiné-Bissau. O Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau foi celebrado em 18 de maio de 1978. O programa de trabalho objetiva apoiar a formação de recursos humanos no âmbito da Universidade Amílcar Cabral (UAC). Engloba a mobilidade de docentes e estudantes, bem como programas de pós-graduação e pesquisa. Possui como finalidades a inclusão social, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida dos cidadãos em seus respectivos países, estimulando a cooperação bilateral em matéria de educação superior e ciência, em áreas prioritárias identificadas de comum acordo pelos governos dos dois países. Objetiva também o fortalecimento da UAC de Guiné-Bissau, que é o foco central do presente programa de cooperação educacional.

- 9) Programa Capes-Universidad de la República – Udelar (Uruguai). O programa concede bolsas de estudos aos docentes da Udelar, do Uruguai. Em 2010, doze docentes uruguaios receberam bolsas concedidas pela Capes, sendo nove para programas de mestrado e três para programas de doutorado. Segundo dados da Capes, em 2010, USP, UFSM, UFSC, e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) receberam, cada uma, dois bolsistas uruguaios, ao passo que a UFPR, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) receberam, cada uma, um bolsista uruguai.
- 10) Programa Emergencial em Educação Superior para o Haiti (Pró-Haiti). O programa tem o objetivo de contribuir para a reconstrução do Haiti por meio de apoio à formação de recursos humanos e à reestruturação das instituições de ensino superior haitianas, podendo ser incluídas outras modalidades que possam ser consideradas pertinentes ao programa.

A tabela 13 indica os gastos do governo brasileiro com cada um dos programas anteriormente descritos. Observa-se uma priorização dos programas com Timor-Leste, Cuba e PALOPs.

TABELA 13
Gastos totais do governo federal com os demais programas e projetos bilaterais acadêmicos – Cobradi (2010)
 (Em R\$)

Programas e projetos bilaterais acadêmicos	Total
Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa (Timor-Leste)	2.565.924
Programa Capes e MES (Cuba)	2.057.956
Programa de Concessão de Bolsas de Pós-Graduação do CNPq e do Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique	1.656.648
Cooperação Brasil-Argentina para pesquisas conjuntas (MINCYT)	1.286.649
PLLN: Programa José Aparecido Oliveira (Cabo Verde)	779.100
PLLN: Programa Amílcar Cabral (Cabo Verde)	779.100
CAPG/BA: cooperação Brasil-Argentina	373.151
CAFP/BA: cooperação Brasil-Argentina	395.313
Programa de Formação de Professores de Guiné-Bissau	338.000
Programa Capes-Udelar (Uruguai)	427.549
Pró-Haiti	35.332
Total	10.694.722

Fonte: Capes.
 Elaboração: Ipea.

Entrevistas com representantes do MRE e do MEC também indicaram a existência do Programa de Incentivo à Iniciação Científica (PFCM). Por meio deste programa, alunos africanos, de Angola, Cabo Verde e Moçambique, são selecionados para participarem, no Brasil, durante seus períodos de férias escolares, de atividades de curta duração que produzam conhecimento em determinadas áreas de pesquisa, tecnologia e inovação, e que possam despertar e estimular a aproximação da formação teórica às realidades de aplicação prática. As atividades são realizadas durante os meses de janeiro e fevereiro, e de agosto e setembro, anualmente. O programa foi iniciado em 2007 (com Angola e Moçambique) e em 2009 (com Cabo Verde). Fundamenta-se em protocolos de intenções e memorandos de entendimento assinados entre os países em 2007 e 2009. Em 2010, beneficiaram-se oitenta angolanos, 74 moçambicanos e 31 cabo-verdianos nas seguintes áreas do conhecimento: ciências biológicas; ciências agrárias; engenharias; ciências da saúde; e ciências exatas. Instituições governamentais e acadêmicas dos respectivos países articulam-se para coordenar as ações deste programa. Em 2010, os gastos da Capes com o programa totalizaram cerca de R\$ 672 mil.

A Capes também apoia o Programa de Mestrado em Saúde Pública com Moçambique e Angola, que teve início em 2009. O mestrado é oferecido pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de seus Programas de Pós-graduação em Biologia Parasitária, Medicina Tropical, Biologia Celular e Molecular, e Ensino em Biociências e Saúde. O objetivo é apoiar a estruturação da pesquisa clínica, epidemiológica e laboratorial, assim como o diagnóstico em saúde. Os estudantes vêm ao Brasil para realizar estágio em nível de mestrado sanduíche na Fiocruz, financiados pela Capes. Em 2010, cinco bolsistas angolanos participaram do programa e não houve bolsistas em Moçambique. O dispêndio total para este programa foi da ordem de R\$ 78 mil.

Em 2010, o MCTI e o CNPq também informaram gastos, respectivamente, com bolsas de estudos para estrangeiros participantes de cursos de verão (Programa de Bolsas de Verão) no valor aproximado de R\$ 14 mil, e com bolsas e fomento para especialistas visitantes de cerca de R\$ 246 mil.

Por fim, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) concedeu bolsas de estudo de mestrado para dois estrangeiros, de Costa Rica e do Uruguai. Trata-se do Programa de Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), oferecido pela própria instituição. Em 2010, as bolsas concedidas pelo MDIC totalizaram aproximadamente R\$ 270 mil.

Vale registrar que em 2010 a Capes, o CNPq e o MCTI informaram gastos com custos administrativos associados à cooperação de caráter acadêmico (horas técnicas, passagens e diárias) em torno de R\$ 903 mil.

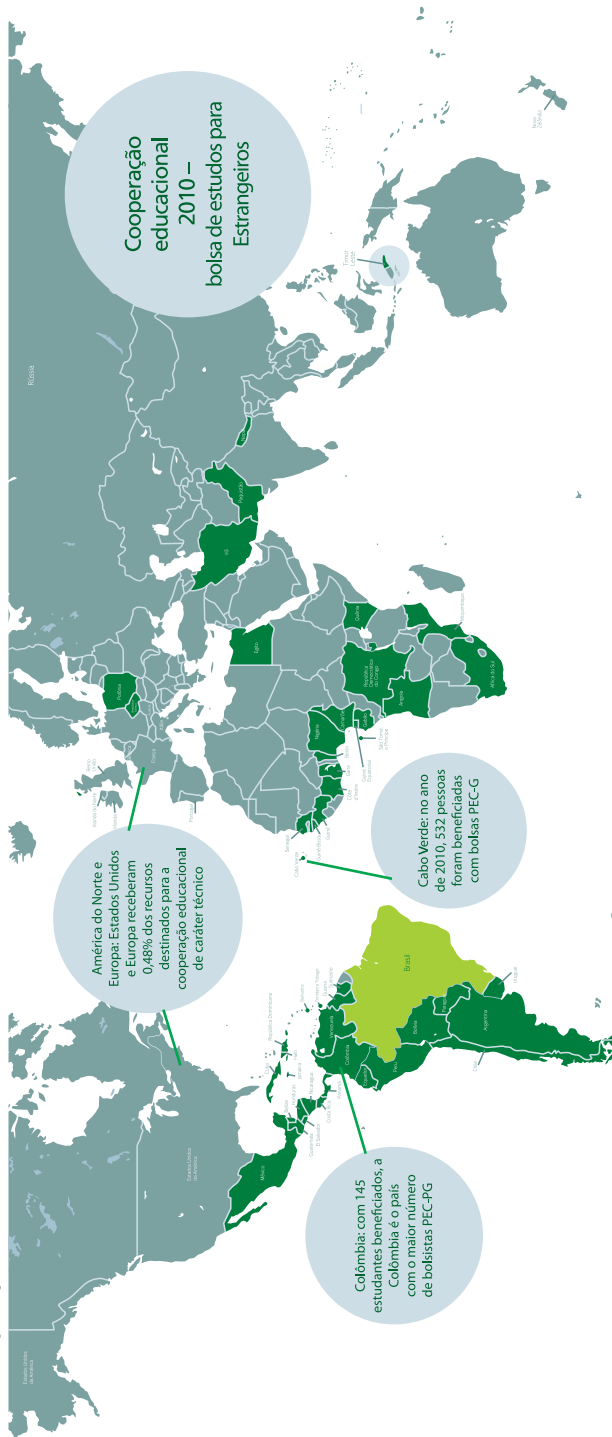
2.2 A cooperação educacional de caráter técnico

Os ministérios e os órgãos da administração pública federal, de forma individualizada, também oferecem cooperação educacional de caráter eminentemente técnico por meio da concessão de bolsas e auxílios, e assumindo custos administrativos associados para estrangeiros. Em 2010, o total de gastos de instituições do governo federal brasileiro com este tipo de cooperação educacional foi de R\$ 2 milhões.

Entre os registros de gastos de instituições do governo federal com esse tipo de cooperação em 2010, destacam-se quatro, conforme listado a seguir.

- 1) Cursos de formação de sargentos e de oficiais intendentes, e de oficiais aviadores para nacionais de Guiné-Bissau, Moçambique e Paraguai, oferecidos pelo Ministério da Defesa (MD), com gastos aproximados de R\$ 786 mil.
- 2) Bolsas de estudo concedidas pelo Ipea para pesquisadores de Angola, Argentina, Bélgica, Burundi, Colômbia, Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, México, Países Baixos, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Timor-Leste e Venezuela, no valor de R\$ 410 mil.
- 3) Bolsas de estudo e passagens aéreas concedidas pelo Instituto Rio Branco (IRBR/MRE) para nacionais de Angola, Argentina, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Território Palestino cursarem parte da formação diplomática no Brasil, no valor de R\$ 529 mil.
- 4) Curso de especialização a distância para pesquisadores em álcool e outras drogas psicoativas, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), em parceria com a USP, para nacionais de Angola, Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Nicarágua e Venezuela, com gastos no valor de R\$ 259 mil.

MAPA 2
Cooperação educacional brasileira no mundo



Fonte: acervo da ABC/IMRE.

3 COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

A cooperação científica e tecnológica internacional caracteriza-se pela articulação entre duas ou mais instituições de diferentes países que, por meio do aporte de recursos humanos (cientistas), recursos físicos, financeiros e tecnológicos, executam conjuntamente programas ou projetos de pesquisa de interesse comum, com vistas a contribuir para o avanço do conhecimento. A ciência e tecnologia (C&T) é componente estratégica do desenvolvimento econômico e social do Brasil, e a cooperação nesta área possui o potencial de contribuir para o desenvolvimento doméstico e dos países parceiros.

Há três grandes formas de cooperação científica e tecnológica internacional na atualidade que caracterizam a totalidade das parcerias identificadas no âmbito do governo federal brasileiro: os grandes programas e projetos científicos de cooperação internacional; os programas e os projetos regionais e bilaterais de cooperação científica e tecnológica; e as parcerias ou ações estabelecidas diretamente entre cientistas.

O primeiro estudo da Cobradi, relativo ao período 2005-2009, realizou uma aproximação combinada das modalidades de cooperação técnica e de cooperação científica e tecnológica. Neste relatório, considera-se separadamente a cooperação científica e tecnológica da cooperação técnica na tentativa de qualificar de forma mais detalhada gastos em pesquisas conjuntas entre o governo brasileiro e outros países ou organismos internacionais. O cuidado tomado foi para que não houvesse duplicações de gastos de uma ou outra modalidade. Deve-se ter em mente, contudo, que, na prática, esta separação é tênue, visto que há fortes pontos de intersecção.

A institucionalização do apoio governamental à ciência e à tecnologia no Brasil se iniciou na década de 1950. O governo brasileiro passou a criar instituições com a função de dar maior dinamismo a esta área. A criação do CNPq e da Capes, em 1951 – e, na década seguinte, da Agência Brasileira de Inovação (FINEP) –, ampliou as perspectivas de apoio à ciência e às tecnologias básicas no país.

Políticas nacionais de ciência e tecnologia no Brasil definiram-se gradualmente a partir da organização das grandes conferências nacionais de ciência e tecnologia, das quais tradicionalmente participavam representantes do poder público, da academia e de entidades e organizações diversas da sociedade civil brasileira. Da primeira conferência, convocada em 1985, nasceu o MCT, hoje MCTI, instituição máxima do governo responsável pela formulação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. As demais conferências ocorreram em 2001, 2005 e 2010.

A opção original pelo debate público e ampliado sobre políticas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil vem contribuindo para a formulação de uma política nacional de CT&I. As obras *Livro branco de ciência, tecnologia e inovação* e *Livro azul: 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*, resultados de grande mobilização nacional, traduzem um amplo leque de necessidades e expectativas, nacionais, regionais e locais, em objetivos e em diretrizes estratégicas, compondo o que já se vislumbra como uma política de Estado para a ciência e a tecnologia no Brasil (Brasil, 2002; Brasil e CGEE, 2010).

O Brasil vem galgando importantes degraus na ciência e na tecnologia em nível nacional e mundial. Eleva-se o número de publicações científicas brasileiras e de citação de autores brasileiros em periódicos nacionais e internacionais, indicador de qualidade em C&T em todo o mundo na atualidade. Internamente, o governo brasileiro estabeleceu a meta de garantir o investimento de 1,8% do produto interno bruto (PIB) em CT&I até 2015. Este investimento coloca o Brasil em paridade com países de destaque nesta área, tais como Coreia do Sul e Índia. Em 2010, investiu-se 1,2% do PIB brasileiro na área, sendo aproximadamente 50% oriundos do setor empresarial.

Persistem desafios ao fortalecimento e à expansão da cooperação científica e tecnológica internacional. Na atualidade, os principais são: ampliar a participação ativa do país, particularmente de sua indústria, em estágios avançados de execução de grandes projetos científicos de colaboração internacional; aperfeiçoar o alinhamento entre acordos e convênios internacionais e prioridades nacionais em CT&I; estimular mais eficiência na tramitação de análise e aprovação de acordos de colaboração científica internacional; modernizar procedimentos aduaneiros, com o intercâmbio de equipamentos entre laboratórios no país e no exterior, para a condução de pesquisas conjuntas; e aprimorar as formas de prestação de contas em mecanismos de fomento de pesquisas conjuntas. O MCTI vem tomando ações concretas visando superar estes desafios, de forma a gerar maior alinhamento entre a cooperação científica e tecnológica internacional e as estratégias e os potenciais científicos e tecnológicos nacionais.

Apesar das dificuldades, amplia-se a participação brasileira em espaços estratégicos de articulação internacional em C&T. Entre os principais, destaca-se a participação no G8 + 5, por meio da Academia Brasileira de Ciências (ABC). Juntamente com cientistas das academias de ciências da África do Sul, da Alemanha, do Canadá, da China, dos Estados Unidos, da França, da Índia, da Itália, do Japão, do México, do Reino Unido e da Rússia, o Brasil oferece propostas de desenvolvimento de C&T aos líderes políticos destes países. Outros espaços de destaque são o Fórum Internacional de Ciência e Tecnologia para a Sociedade (STS Forum), o Fórum Mundial de Ciências, o Fórum de CT&I da Unesco,

a Conferência Novas Fronteiras na Diplomacia Científica e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 15).

O Brasil ainda participa dos seguintes organismos de C&T internacionais não governamentais: Third World Academy of Sciences (TWAS) e seu escritório regional, Regional Office for Latin America and the Caribbean (TWAS-ROLAC); International Council for Sciences (ICSU) e seu escritório regional, ICSU-ROLAC; Inter-Academy Panel for International Issues (IAP); Inter-Academy Council (IAC); e Rede Interamericana de Academias de Ciências (Inter-American Network of Academy of Sciences – Ianas). Além das atuações em espaços de articulação política, o Brasil, mediante a participação de seus cientistas, está presente em grandes projetos científicos de colaboração internacional, como os projetos de física de altas energias referentes ao Large Hadron Collider (LHC), conduzidos pelo Conseil Européen pour La Recherche Nucléaire (CERN), e o projeto do International Thermonuclear Experimental Reactor (Iter). Participa também de grandes projetos de astronomia, como o satélite Planck e o *very large telescope* (VLT), e de consórcios como o Gemini, o Southern Astrophysical Research (Soar) e o Canada-France-Hawaii Telescope (CFHT), bem como de pesquisas relacionadas a mudanças climáticas, à Antártida, à Amazônia, ao genoma e ao proteoma (Projeto Genoma Humano). Cite-se ainda a atuação no Centro de Biologia Estrutural do Mercosul (CeBEM) e em projetos multicêntricos de pesquisa clínica, bem como nos observatórios Gemini, Soar e CFHT.

O programa China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS) visa à construção de satélites em parceria com a China, por intermédio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Utilizam-se recursos do Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) e recursos orçamentários constantes no Plano Plurianual (PPA). No caso do CBERS, já foi lançado um satélite e estão programados mais dois lançamentos.

BOX 7

Fontes de luz síncrotron e nanotecnologia

A Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) coordena o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), responsável pela operação da única fonte de luz síncrotron da América Latina. Projetado e construído com tecnologia brasileira, permite a realização de investigações em nível atômico e molecular em praticamente todas as áreas científicas e tecnológicas: biologia, catálise, energia, física, geologia, materiais nanoestruturados, meio ambiente, antropologia, polímeros. O LNLS está projetando a construção de Sirius, uma fonte síncrotron, de terceira geração, que abrirá outras oportunidades de pesquisa para a ciência brasileira e internacional.

As atividades de pesquisa desenvolvidas nas linhas de luz contam com o apoio de quatorze grupos técnicos nacionais e internacionais responsáveis pelo desenvolvimento de novas instrumentações e pela manutenção e construção de equipamentos utilizados no anel de armazenamento e nas linhas de luz. Estes grupos realizam, anualmente, mais de 1 mil horas de estudos de máquina com o objetivo de refinar as operações, diminuir a emitância vertical do feixe de elétrons, aumentar o fluxo de fótons, testar e instalar novos equipamentos, entre outros.

Institucionalmente, o país conta com agências federais e estaduais de fomento que permitem o fortalecimento de laços de internacionalização da ciência brasileira. Além da Capes, do CNPq e da FINEP, o país também dispõe de fundações estaduais de amparo à pesquisa. Em conjunto, estas são instituições estruturantes e centrais para o fortalecimento da CT&I no plano doméstico e internacional.

A Capes, por meio de sua Diretoria de Relações Internacionais (DRI), é responsável pelos programas de bolsas no exterior. Atua em programas de cooperação internacional Sul-Norte e Sul-Sul, e em programas especiais que incluem: bolsas individuais no exterior, colégios doutorais, projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, professores visitantes do exterior, escolas de altos estudos, além do programa geral de cooperação.

No CNPq, há diferentes mecanismos de financiamento à cooperação internacional. No período 2007-2010, priorizou-se a aplicação de recursos em parcerias estratégicas com países da América do Sul e da África, por meio, respectivamente, do Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia (Prosul) e do Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África (Proáfrica). Estabeleceram-se também parcerias com países emergentes no âmbito dos blocos Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).

No âmbito da FINEP, destacam-se várias iniciativas, como o Acordo de Cooperação Tecnológica com a Espanha, realizado com o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial, órgão espanhol; os acordos de cooperação com a França, firmados com o Financement de L'Innovation et de la Croissance des PME (Oseo), a Agência Nacional de Pesquisa (Agence National de la Recherche – ANR) e o Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS); o Programa Inovar América Latina; e o programa de C&T da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB), do qual participam dezenove países da América Latina, além de Espanha e Portugal. A FINEP financia, também, o CBERS e apoia a implantação do Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnológicas Inovadoras em Energia.

Além das agências de fomento, o Brasil conta com instituições e empresas que desenvolvem atividades de cooperação científica e tecnológica internacional. São elas: Instituto Butantã; Fiocruz; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); INMETRO; Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras); e CPRM. Em 2008, a Fiocruz estabeleceu seu escritório de representação em Maputo, capital de Moçambique. A Embrapa possui uma presença física no exterior mais ampla, com laboratórios nos Estados Unidos, na França, na Coreia do Sul, no Panamá, em Moçambique e no Senegal, além de projetos de cooperação em Acra, capital de Gana, e em Caracas, capital da Venezuela.

Entre as instituições diretamente vinculadas ao MCTI com potencial de cooperação científica e tecnológica internacional, destacam-se alguns institutos de pesquisa, conforme definido a seguir (em ordem alfabética).

- Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS) – Campinas, São Paulo.
- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) – Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Centro de Tecnologia Mineral (Cetem) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) – Recife, Pernambuco.
- Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) – Campinas, São Paulo.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) – Tefé, Amazonas.
- Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) – Manaus, Amazonas.
- INPE – São José dos Campos, São Paulo.
- Instituto Nacional do Semiárido (Insa) – Campina Grande, Paraíba.
- Instituto Nacional de Tecnologia (INT) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) – Itajubá, Minas Gerais.
- Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) – Petrópolis, Rio de Janeiro.
- Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – Belém, Pará.
- Observatório Nacional (ON) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) – Brasília, Distrito Federal; Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; Campinas, São Paulo; e São Paulo, São Paulo.

Segundo dados do levantamento, o governo federal brasileiro desembolsou, em 2010, um total de R\$ 42 milhões, equivalentes a US\$ 24 milhões, na modalidade de cooperação científica e tecnológica internacional. Deste total, R\$ 32 milhões (US\$ 18 milhões), ou 76,6%, foram canalizados por vias bilaterais, e R\$ 10 milhões (US\$ 6 milhões), ou 23,4%, por vias multilaterais (tabela 14). Entre os gastos bilaterais incluem-se R\$ 17 milhões referentes a horas técnicas e custos administrativos.

Os temas da cooperação científica e tecnológica internacional variaram entre pesquisas em áreas como física, tecnologia de luz síncrotron, tecnologia da informação, tecnologia mineral, área espacial, energias alternativas, recursos hídricos, mudanças climáticas, astrofísica, astronomia e biotecnologia.

TABELA 14

Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica internacional bilateral e multilateral – Cobradi (2010)

	Bilateral		Multilateral		Total (R\$)
	Valor (R\$)	Proporção (%)	Valor (R\$)	Proporção (%)	
Cooperação em C&T	32.353.196	76,6	9.902.791	23,4	42.255.987

Fonte: MCTI e ICMBio.

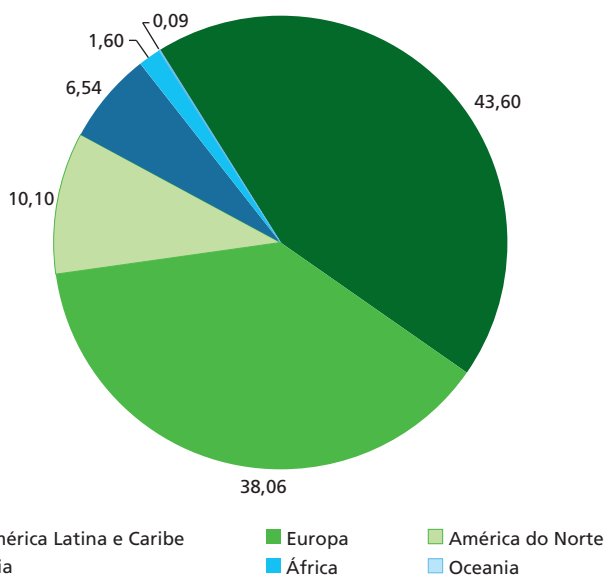
Elaboração: Ipea.

O destino dos gastos para a cooperação científica e tecnológica em 2010 seguiu a distribuição regional apresentada no gráfico 8. Nota-se uma clara priorização na América Latina e no Caribe (43,6% do total). Em segundo lugar, destacam-se os países da Europa (38,06%), tradicionais parceiros de cooperação em CT&I com o Brasil, sobretudo em grandes projetos de colaboração científica internacional. Parcerias com países da América do Norte e da Ásia compõem o terceiro e o quarto maiores gastos de cooperação científica e tecnológica. Juntas, estas regiões são responsáveis por 98,3% desta modalidade de cooperação. África (1,60%) e Oceania (0,09%) compõem o restante dos gastos na modalidade.

GRÁFICO 8

Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica, por região – Cobradi (2010)

(Em %)



Fonte: MCTI e ICMBio.

Elaboração: Ipea.

O MCTI mantém acordos de cooperação científica e tecnológica bilateral em várias regiões do mundo. As regiões com maior concentração de acordos são as Américas, destacando-se Argentina e Estados Unidos, e a Europa – com França e Portugal em maior evidência. A análise mais detalhada dos gastos – por país ou região, em 2010 – ressalta a parceria entre Brasil e Argentina, que totaliza R\$ 9 milhões. A tabela 15 apresenta os 25 principais parceiros do Brasil em cooperação científica e tecnológica. Na América Latina e no Caribe, sobressaem-se Uruguai, Cuba, Colômbia, México, Venezuela e Chile.

TABELA 15

Gastos do governo federal com cooperação científica e tecnológica: os 25 maiores parceiros do Brasil – Cobradi (2010)

(Em R\$)

Número	País/região	Valor
1	Argentina	9.362.954
2	Espanha	3.169.299
3	Estados Unidos	2.898.398

(Continua)

(Continuação)

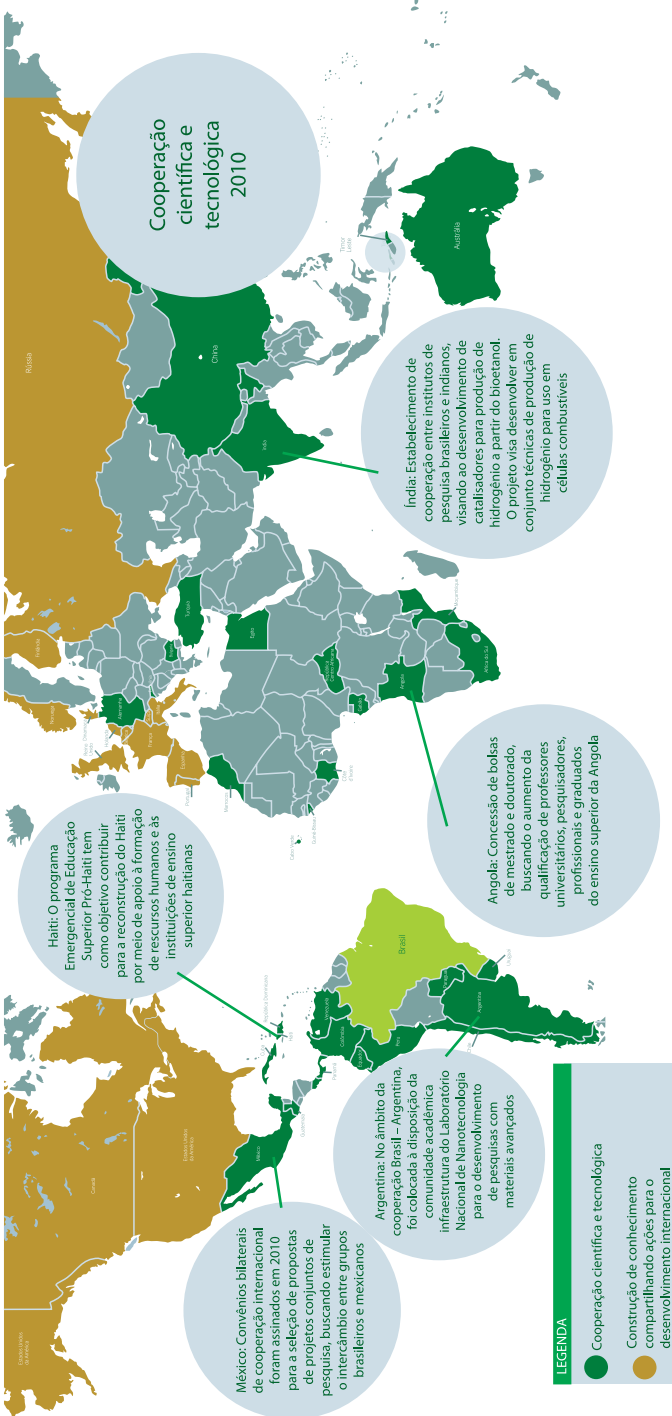
Número	País/região	Valor
4	Suíça	2.896.985
5	Índia	1.646.460
6	Finlândia	1.309.027
7	Paquistão	1.297.428
8	Comissão Europeia	1.011.047
9	França	789.500
10	Alemanha	573.032
11	Uruguai	485.835
12	Cuba	467.015
13	Colômbia	430.482
14	Itália	343.029
15	México	279.212
16	Paraguai	270.823
17	Portugal	269.719
18	Egito	262.996
19	Japão	219.446
20	Gabão	215.600
21	Eslovênia	211.000
22	Venezuela	209.135
23	Moçambique	179.910
24	Noruega	164.000
25	Bélgica	159.500
	Total	29.121.831

Fonte: MCTI.
Elaboração: Ipea.

Cumprе ressaltar que o CNPq despенdeu R\$ 2,6 milhões e R\$ 1,2 milhão com os programas Prosul e Proáfrica, respectivamente.

MAPA 3

Países parceiros do Brasil na cooperação científica e tecnológica



LEGENDA

- Cooperação científica e tecnológica
- Construção de conhecimento compartilhando ações para o desenvolvimento internacional

Fonte: acervo da ABC/MRE.

BOX 8

Cosmologia, relatividade, astrofísica e física de alta energia

O CBPF vem contribuindo para a fundação de organismos internacionais, como o Centro Latino-Americano de Física (CLAF). Sua importância na promoção da pesquisa em física na América Latina foi reconhecida pela TWAS, que o escolheu, em 1997, como um de seus centros de excelência para a realização de estágios de pesquisadores de países em desenvolvimento.

Na área de física de altas energias, desde 1980, integra projetos internacionais no Fermi National Accelerator Laboratory – FERMI LAB (Estados Unidos), e o CERN (Suíça). A partir de 2000, o CBPF iniciou uma participação efetiva no Projeto Observatório Pierre Auger, que envolve cerca de vinte países. Na área de cosmologia, o Brasil vem participando junto ao Institute for Cosmology and Relativistic Astrophysics (Icra) de um programa internacional em que a colaboração brasileira foi aprovada pelo Congresso Nacional (CN). A partir de 2007, o Icra iniciou oficialmente sua participação em grandes projetos de cosmologia: Dark Energy Survey (DES); Baryon Oscillation Spectroscopic Survey do Sloan Digital Sky Survey III (BOSS/SDSS); e Soar Gravitational Arc Survey (Sogras).

O consórcio denominado DES-Brasil é formado por pesquisadores e técnicos ligados às seguintes instituições: ON; CBPF; LNCC; e Instituto de Física da UFRGS. Seu principal objetivo é estudar a natureza da energia escura. Uma descoberta recente indicou que a energia escura representa aproximadamente 70% do conteúdo do universo e é responsável pela aceleração de sua expansão.

Fonte: MCTI.

No âmbito da cooperação multilateral em C&T, o Brasil executa gastos referentes à participação do país em instâncias, programas e organismos internacionais no tema (tabela 16).

TABELA 16

Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica multilateral, por organismo – Cobradi (2010)
(Em R\$)

Organismo	Valor
Mercosul	2.591.095
Observatório Gemini	2.059.528
CPLP	1.203.062
Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento	1.198.903
Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal)	957.061
Canadian-France-Hawaii Telescope	848.642
Fórum de Diálogo Ibas	420.221
Grupo de Observação da Terra (GEO)	306.111
Swiss Foundation for Technical Cooperation	214.192
Prosul	77.048
World Engineering Anthropometry Resource	19.980
TWAS	6.949
Total	9.902.792

Fonte: MCTI, ICMBio e Capes.
Elaboração: Ipea.

Entre as instituições brasileiras responsáveis pelos maiores gastos de cooperação científica e tecnológica em 2010, destaca-se o CNPq (tabela 17). Entre os institutos de pesquisa do MCTI, destacaram-se: ABTLuS, LNA, CBPF, INT, INPE e MPEG.

TABELA 17

Gastos do governo federal com cooperação científica e tecnológica internacional, por instituição – Cobradi (2010)
(Em R\$)

Instituição	Valor
CNPq	22.817.154
ABTLuS	5.438.600
LNA	4.077.587
CBPF	1.460.895
INT	695.080
INPE	306.111
INPA	251.503
MPEG	244.828
CTI	78.078
MAST	50.891
Cetem	21.128
Insa	4.748
Secretaria de Política de Informática	4.570
Total	35.451.173

Fonte: MCTI.

Elaboração: Ipea.

BOX 9

Sistema Global de Observação da Terra (GEOSS) e mudanças climáticas

O Brasil vem atuando proativamente nos grandes grupos mundiais de pesquisas sobre o GEOSS e mudanças climáticas. O INPE realiza diversas iniciativas, em diferentes frentes de atuação. A seguir, foram descritas algumas destas iniciativas.

- 1) GEO. Este grupo foi criado oficialmente em 2003 para coordenar a construção do GEOSS como uma forma de auxiliar governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento a responder a desastres naturais, gerir seus recursos e promover o bem-estar de seus cidadãos. Desde então, o GEO cresceu e se tornou uma parceria entre cerca de 87 governos e 61 organizações líderes internacionais. O INPE tem participado ativamente – inclusive na função de copresidente, em alguns casos – de vários comitês, subcomitês e na condução de tarefas do GEO, com ênfase particular nas iniciativas ligadas à democracia de dados, que objetivam capacitar os países em desenvolvimento a fazer o máximo uso de dados de observação da terra.
- 2) Instituto Interamericano de Mudanças Globais (IAI). Em atendimento ao estabelecido em acordo internacional firmado em 1995, o Brasil, por meio do INPE, oferece sede e apoio logístico e administrativo às atividades do IAI desde o início de suas atividades no país, em 1997. O IAI é uma organização intergovernamental, apoiada por dezenove países das Américas, que objetiva aumentar a capacidade científica da região no tocante à compreensão dos fenômenos relacionados às mudanças globais e suas implicações socioeconômicas, mediante a promoção de pesquisas e estudos científicos de interesse para a região.

(Continua)

(Continuação)

- 3) Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). O IPCC é um órgão científico intergovernamental incumbido de rever e avaliar as informações científicas, técnicas e socioeconômicas, produzidas em âmbito mundial, com relevância para a compreensão das mudanças climáticas. O INPE tem contribuído para o IPCC por meio da disponibilização de especialistas do seu quadro de servidores para sua participação em trabalhos e reuniões de grupos de trabalho e forças-tarefa deste painel intergovernamental – em alguns casos, inclusive, como presidentes ou copresidentes destes grupos.

Fonte: MCTI.

4 COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

A cooperação humanitária internacional constitui a forma de o governo brasileiro apoiar os países e as populações em situações de crises e emergências. Inicia-se com o pedido de apoio brasileiro por parte do país afetado, de organismos internacionais ou entidades da sociedade civil. A cooperação humanitária abarca a solicitação de recursos financeiros, gêneros alimentícios, medicamentos, abrigos, equipes de resgate, entre outros. Com base na solicitação, os ministérios e as instituições brasileiras que integram o Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária Internacional (GTI-CHI) – coordenado pelo Itamaraty e criado por decreto presidencial, de 21 de junho de 2006 – analisam as possibilidades de atendimento e notificam imediatamente o interlocutor internacional.

A cooperação humanitária busca o alívio imediato da situação de calamidade e a superação, no longo prazo, das condicionantes de vulnerabilidade dos países e das populações. O Brasil propõe relação de parceria horizontal e sustentável em seus três pilares: social, econômica e ambiental.

Em conformidade com as resoluções nºs 46/182 e 58/114 da Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu), a cooperação humanitária tem por base os princípios de humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência (ONU, 1991; 2004). Adicionalmente, o Brasil respeita o princípio da não intervenção em assuntos de jurisdição doméstica, simultaneamente à promoção da não indiferença às situações de emergência humanitária.

O GTI-CHI é composto por quinze ministérios⁷ e atribuiu ao MRE a coordenação dos trabalhos sobre o tema.⁸ O estabelecimento do GTI-CHI possibilitou, nos últimos anos, o aumento do número e da diversidade das ações empreendidas. No que diz respeito aos gastos em cooperação humanitária, constata-se o comportamento crescente a partir de 2006 (gráfico 9). Sob a rubrica orçamentária

7. Casa Civil da Presidência da República; MD; Ministério da Justiça (MJ); Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Ministério da Saúde (MS); Ministério da Integração Nacional (MI); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); MEC; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério das Comunicações (MiniCom); e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

8. No âmbito do MRE, incumbe à Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome o acompanhamento do assunto.

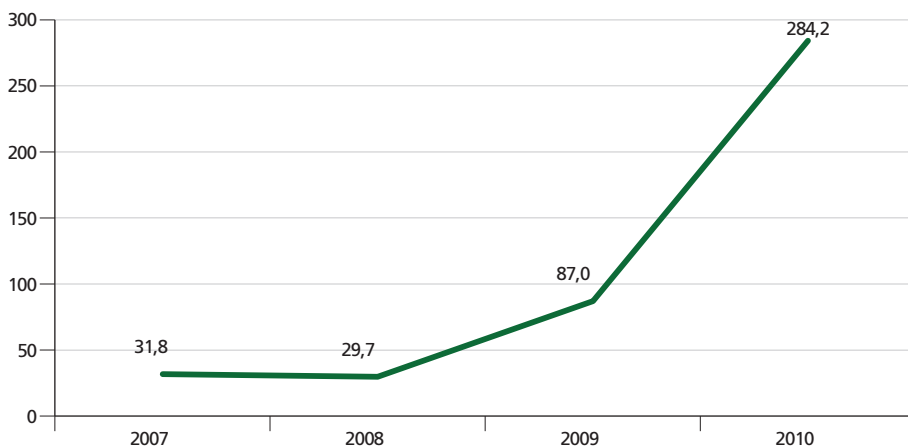
2D28 (*Operações de assistência especial no exterior*), em 2007, o Brasil executou R\$ 3 milhões de crédito ordinário e mais de R\$ 19 milhões de crédito extraordinário, aprovado por medida provisória e destinado à emergência deflagrada na Palestina, de um total de R\$ 31,8 milhões.

O orçamento, em 2008, totalizou R\$ 29,7 milhões. Já em 2009, elevou-se consideravelmente, atingindo a cifra de R\$ 87,4 milhões, soma dedicada às atividades de cooperação humanitária internacional. Neste mesmo ano, o Brasil desempenhou uma das primeiras grandes doações de gêneros alimentícios (45 mil t) para Cuba, Haiti, Honduras e Jamaica, em parceria com o PMA e o governo da Espanha. Em 2010, a soma dos valores alcançou a cifra de R\$ 284,2 milhões, no qual estão incluídos aproximadamente R\$ 130 milhões de créditos extraordinários, que foram autorizados pelas medidas provisórias nºs 480 e 486, para custear as ações de recuperação e reconstrução do Haiti, após o severo terremoto de 12 de janeiro de 2010 (Brasil, 1994; 2010). Cumpre assinalar que o MRE, o MD e o MS executaram ações de cooperação humanitária em 2010, segundo registros feitos por estes ministérios.

GRÁFICO 9

Gastos do governo federal com a cooperação humanitária – Cobradi (2007-2010)

(Em R\$ milhões)



Fonte: MI, CONAB, MD, MS e MRE.

Elaboração: Ipea.

O Brasil reconhece os direitos humanos, fundamentais e universais, os quais os Estados têm o dever de proteger, promover e prover. A cooperação humanitária brasileira baseia-se na garantia a estes direitos, inclusive em crises e situações de emergência.

A cooperação humanitária inspira-se nos mecanismos da estratégia Fome Zero, em particular: o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; e o Bolsa Família. A transferência de renda, mediante aquisições da produção local da agricultura familiar, consubstancia a principal estratégia de combate à fome e inclusão social no país da cooperação humanitária brasileira.

Na medida do possível, o Brasil vincula suas atividades de cooperação humanitária emergencial a fundamentos de caráter estruturante. Os resultados esperados configuram a principal diferença entre os dois tipos de ação – as primeiras produzirão efeitos imediatos de curta duração, enquanto as segundas proporcionarão consequências no longo prazo.

Na vertente emergencial, estão caracterizadas as ações destinadas a promover o alívio imediato das condições de carência e sofrimento, incluindo recursos financeiros, envio de gêneros alimentícios, água, abrigos, medicamentos, até o deslocamento de equipes de busca e resgate. A expectativa, a frequência e o número de solicitações de apoio, por parte dos países e organismos internacionais, cresceram nos últimos anos.

A vertente estruturante da cooperação humanitária visa ao desenvolvimento socioeconômico sustentável, por meio da criação de círculos virtuosos locais. Estes círculos são criados, principalmente, mediante a compra local de produtos agrícolas, geralmente produzidos pela agricultura familiar. A geração de renda ao agricultor possibilita dinamizar a economia local, estagnada em momentos de crises ou emergências.

O círculo virtuoso ganha maior propagação quando as compras locais da agricultura familiar são voltadas aos programas nacionais de alimentação escolar. Esta tecnologia social proporciona benefícios às crianças em idade escolar, com reconhecido aumento da frequência e da capacidade de aprendizagem. Ao lado disto, as próprias famílias e comunidades dos alunos, ao contarem com um comprador seguro, melhoram sua condição socioeconômica, condição fundamental para a segurança alimentar e humana das crianças, das famílias e das comunidades.

A cooperação humanitária pode ocorrer diretamente com o país parceiro (bilateral) ou por intermédio dos organismos internacionais do Sistema das Nações Unidas e organizações não governamentais – ONGs (multilateral). Nas parcerias bilaterais, o Brasil utiliza a rede de embaixadas e consulados para a coordenação das atividades. No caso de ações multilaterais, o Brasil apoia programas dos referidos organismos especializados da ONU ou apelos humanitários (programas de apoio emergencial para casos de grave crise humanitária).

O Brasil aumentou o número de ações humanitárias de caráter multilateral em 2010 e afirma a necessidade de a ONU desempenhar o papel central de coordenação, articulação e harmonização da cooperação humanitária. O governo brasileiro mantém parcerias com diversas instituições, como as listadas a seguir.

- Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários (Office for the Coordination of Humanitarian Affairs – Ocha).
- FAO.
- PMA.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).
- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH).
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
- Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).
- Organização Mundial da Saúde (OMS).
- Organização Internacional para as Migrações (OIM).
- Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).
- UNFPA.

A cooperação humanitária internacional e a redução do risco de desastres são tratadas de modo complementar, com ênfase na prevenção, para o respeito das vidas humanas e a economia de recursos financeiros e ambientais. A existência de vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais expõe os países a eventos adversos, causando os desastres socioambientais. Seguindo as orientações do Marco de Ação de Hyogo, o Brasil presta apoio às ações de prevenção, minimização, resposta, manejo e recuperação destes desastres, especialmente por intermédio da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (EIRD), da Agência Caribenha para Manejo de Emergências e Desastres (Caribbean Disaster Emergency Management Agency – CDEMA) e do Programa Global de Redução e Recuperação Pós-Desastres (Global Facility for Disaster Reduction and Recovery – GFDRR), do Banco Mundial.

O engajamento da sociedade civil e a coordenação entre organismos internacionais, Estados, ONGs e núcleos comunitários são essenciais para a eficiência, a transparência, a legitimidade, o monitoramento e a avaliação das operações. Idealmente, a sociedade civil colabora, entre outras atividades, com o fornecimento de informações a respeito das necessidades locais, o monitoramento e a avaliação dos resultados.

No Mercosul, a Reunião Especializada sobre Redução de Risco de Desastres Socionaturais, Proteção Civil, Defesa Civil e Assistência Humanitária (REHU) articula as perspectivas dos membros. Os países têm elaborado políticas para prevenção e redução de desastres, levando em consideração aspectos hidrogeográficos, urbano-territoriais, socioeconômicos e ambientais.

A Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária da América Latina e do Caribe (RRMIAH), organizada com apoio do Ocha, é o principal foro regional. As primeiras reuniões ocorreram na Cidade do México (2008), em Florianópolis (2009) e em Buenos Aires (2010). O fórum permite a discussão e o alinhamento das políticas regionais de redução do risco de desastres, cooperação humanitária e temas correlatos, desde o respeito aos direitos humanos em situação de crise até ciência e tecnologia aplicadas. A RRMIAH, ademais, mantém coordenação com os mecanismos de integração regional, como a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Em 2010, o Brasil passou a integrar a iniciativa Good Humanitarian Donorship (GHD). Trata-se de grupo composto por mais de trinta países – incluindo os principais doadores internacionais (Estados Unidos, Canadá, Japão e países da Europa Ocidental). O documento base do GHD consiste em “23 princípios”, entre os quais humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência e responsabilidade são compartilhados entre os países parceiros, as organizações internacionais e a sociedade civil.

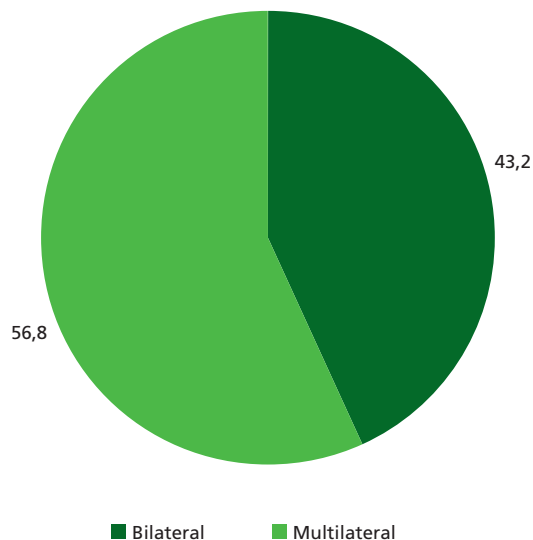
A comprovação de dispêndio e os relatórios de avaliação final são procedimentos que permitem o contínuo aprimoramento das atividades de cooperação e o monitoramento dos acontecimentos no âmbito local. Os organismos internacionais parceiros possuem protocolos para contabilidade e relatoria, os quais incluem o envio de detalhamento financeiro, registro fotográfico e midiático, além de descrição dos impactos na população participante.

Em 2010, o governo brasileiro realizou mais de setenta ações de cooperação humanitária na América Latina e no Caribe, na África, na Ásia e no Oriente Médio. Devido ao terremoto de janeiro desse ano, os esforços foram direcionados principalmente ao Haiti, que recebeu o apoio em dezesseis projetos. A maioria das operações teve caráter multilateral (gráfico 10) e aproximadamente sessenta delas envolveram organismos internacionais e ONGs em sua execução.

GRÁFICO 10

Dimensão da cooperação humanitária – Cobradi (2010)

(Em %)



Fonte: MD, MS e MRE.

Elaboração: Ipea.

BOX 10

Cooperação humanitária em saúde

A cooperação humanitária em saúde se concentra na doação de medicamentos, outros insumos médicos e envio de profissionais de saúde, quando solicitado. Esta atuação ocorre em casos de resposta a desastres e conflitos, desabastecimento de insumos estratégicos, incluindo doações realizadas à guisa de cooperação técnica, como é o caso do Acordo Laços Sul-Sul que prevê o envio de antirretrovirais, por intermédio de Santa Lúcia, a oito países (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Paraguai, Bolívia, Nicarágua e os países da Comunidade dos Países do Caribe – Caricom).

Visando a uma melhor coordenação das ações humanitárias, o MS criou o Grupo Técnico de Assistência Humanitária instituído pela Portaria Ministerial nº 1.650, de 13 de agosto de 2008, com o objetivo de acompanhar a crescente participação do governo brasileiro na atuação humanitária internacional.

O MS é integrante do Grupo Interministerial de Cooperação Humanitária, coordenado pelo MRE, e mantém suas atividades em conformidade com a política externa e os princípios do Estado brasileiro de solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos povos.

Fonte: MS.

BOX 11

Aquisição, armazenagem e liberação de estoques públicos

A CONAB atua como executora das políticas do governo federal voltadas à agricultura, especificamente em ações de compra, armazenagem e liberação dos estoques públicos e também no apoio logístico para seu embarque, incluindo a formalização dos instrumentos legais para a liberação e sua certificação de qualidade para serem doados. A estatal também é responsável pelo acondicionamento e transporte dos produtos para a área de embarque internacional e pela emissão da documentação fiscal correspondente. Para as doações, são utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos originários de aquisição da agricultura familiar.

Fonte: CONAB.

BOX 12

Ações internacionais de combate à fome

A Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFome), criada em 2004, é o ponto focal no MRE para questões relacionadas a cooperação humanitária internacional; segurança alimentar e nutricional, inclusive direito à alimentação; desenvolvimento agrário, reforma agrária e agricultura familiar; e pesca artesanal. A CGFome coordena a participação do Brasil no Instituto Social Brasil-Argentina; no Fórum Social Mundial; no Diálogo com a Sociedade Civil; Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Fida); no PMA; e na FAO.

Até 2003, as operações humanitárias do Brasil eram pontuais, não constituindo prioridade de política externa. Com o lançamento da estratégia Fome Zero, elevou-se o debate à esfera federal, assumindo o Estado sua responsabilidade pela erradicação da fome e da pobreza. A política externa brasileira refletiu esta mudança e buscou esta estratégia em âmbito internacional.

Por seu turno, o cenário internacional também propiciou o estabelecimento de mecanismo institucionalizado de resposta imediata às emergências, em razão da maior ocorrência de desastres socioambientais e da decorrente dificuldade de resposta dos países atingidos. A crise no sul do Líbano, em 2006, é um dos principais exemplos, pois diante da necessidade urgente de retirada de grande contingente de brasileiros, revelou-se a importância da rápida mobilização de meios que permitissem a evacuação de cidadãos em casos de emergências e de resposta a crises socioambientais em geral.

Por conseguinte, em 2007, a CGFome passou a contar com orçamento da ordem de R\$ 2,5 milhões, o qual atingiu, em 2010, R\$ 35 milhões. Os recursos brasileiros foram destinados a ações humanitárias em mais de setenta países, com enfoque na compra local de alimentos da agricultura familiar para distribuição a comunidades vulneráveis, em especial a programas de alimentação escolar, replicando a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) brasileiro, reconhecido pelo secretário-geral da ONU como uma das melhores práticas que contribuem para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM). O estabelecimento do GTI-CHI, em 2006, foi outro fator importante para a estruturação da cooperação humanitária brasileira, ao reunir instituições governamentais, organismos internacionais e a sociedade civil no planejamento, na discussão e na coordenação de estratégias de ação.

Além do desenvolvimento de projetos humanitários em parceria com organismos internacionais, a CGFome acompanha fóruns multilaterais de redução de riscos de desastres e de segurança alimentar e nutricional, consolidando as posições do Brasil e propiciando o intercâmbio de experiências com outros países.

O trabalho da CGFome procura tratar o tema do direito humano à alimentação adequada em perspectiva ampla, abrangendo desde os aspectos emergenciais da fome até os temas estruturantes – exemplificados pelo acesso à terra e à água, pelo desenvolvimento rural, pela reforma agrária e pela agricultura familiar. Esta forma de tratamento do tema demonstrou ser exitosa, sendo inclusive motivo de inspiração para que outros países estruturassem seus próprios modelos.

Fonte: CGFome/MRE.

BOX 13

Doação de alimentos e abrigos em calamidades

A cooperação humanitária executada pelo MI efetivou-se no período de 2007 a 2010 mediante a doação de alimentos e barracas (tabela 18) nos mesmos moldes em que ocorrem as demais doações do governo brasileiro nesta modalidade de cooperação internacional, ou seja, mediante solicitação do país afetado por desastres ou conflitos que tornam vulneráveis suas populações. Em 2010, foram destinados R\$ 827 mil para apoiar os flagelados atingidos pelas enchentes no Peru e na Venezuela.

Fonte: MI.

TABELA 18

Gastos do Ministério da Integração Nacional (MI) com a cooperação humanitária: doação de alimentos e barracas, por natureza da calamidade e por país – Cobradi (2007-2010)
(Em R\$)

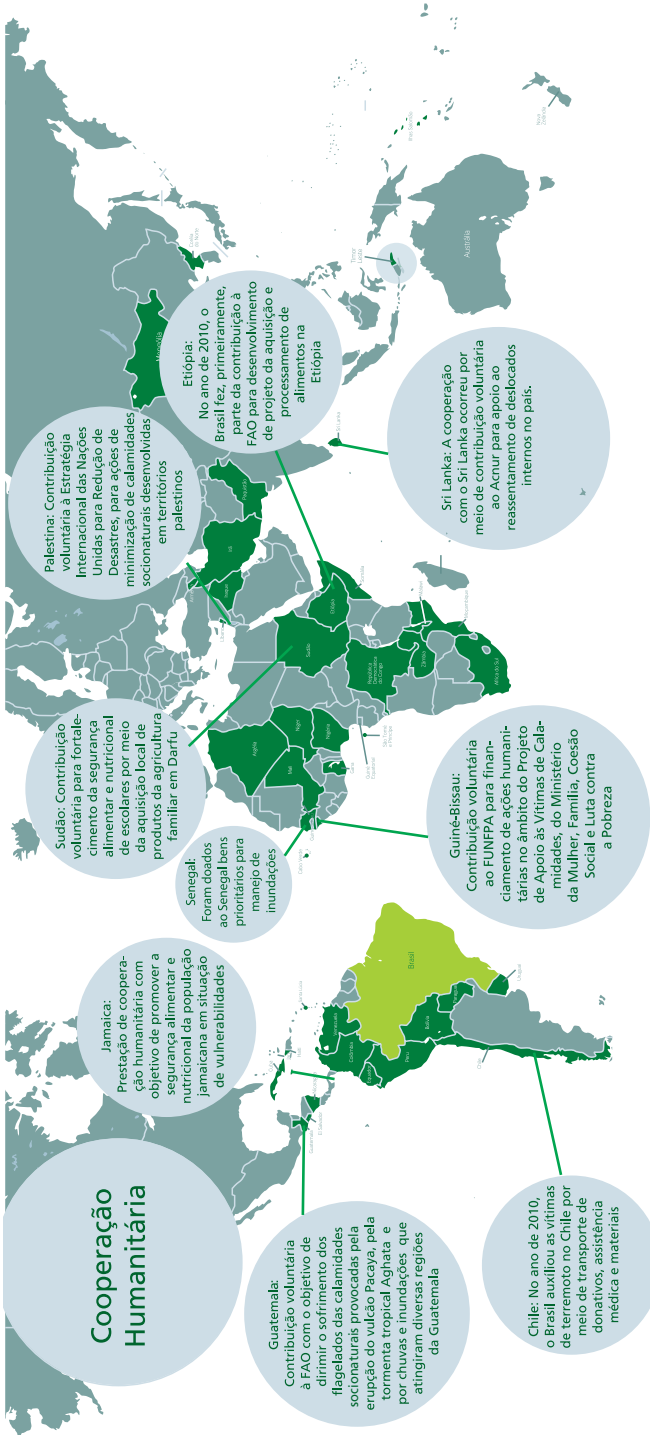
Caracterização	2007	2008	2009	2010
Doação de alimentos				
Furacão – Jamaica	77.000	-	-	-
Terremoto – Peru	428.000	-	-	-
Enchentes – Peru	-	-	-	26.500
Furacão – Cuba	-	260.652	-	-
Seca – Paraguai	-	260.652	-	-
Guerra – Israel	-	-	74.900	-
Doação de barracas				
Enchentes – Venezuela	-	-	-	801.000
Total	505.000	521.304	74.900	827.500

Fonte: Departamento de Minimização de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil do MI.

Elaboração: Ipea.

Obs.: o hífen representa a inexistência de gasto com o país.

MAPA 4
Cooperação humanitária brasileira no mundo



Fonte: acervo da ABC/MRE.

5 APOIO E PROTEÇÃO A REFUGIADOS

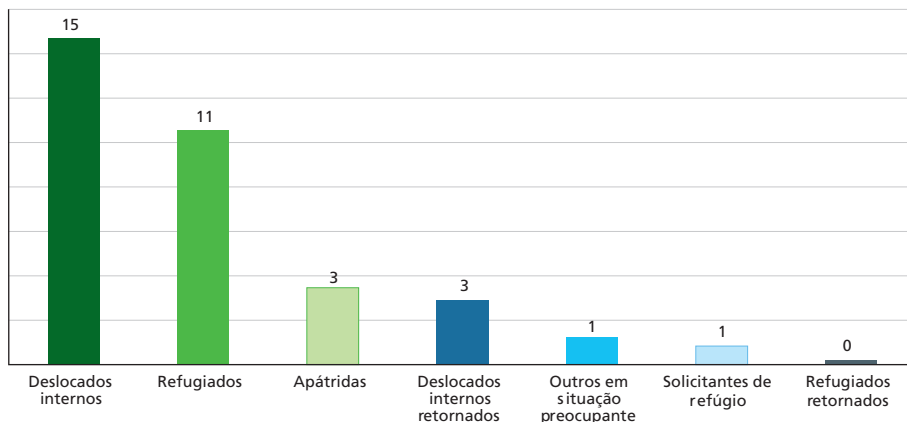
A proteção internacional e a busca por soluções duradouras para os problemas vivenciados pelos refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas são atribuições do Acnur, incumbindo à OIM a tutela dos migrantes. Estas instituições atuam em cooperação internacional com a ONU e os demais atores internacionais, norteadas por suas ações de acordo com o princípio da responsabilidade compartilhada.

A ONU registra 43,7 milhões de pessoas expulsas de suas terras por guerras civis, perseguições religiosas, étnicas, políticas ou desastres naturais em 2010. Este número corresponde ao maior pico de pessoas deslocadas desde o conflito dos Bálcãs e 80% desses refugiados estão abrigados em países em desenvolvimento.

GRÁFICO 11

Número de refugiados: população sob o mandato do Acnur (2010)

(Em milhões)



Fonte: Acnur/ONU.

O Brasil reconhece como refugiado todo indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões: *i)* encontra-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; e *ii)* não tenha nacionalidade e, estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e por esses motivos seja obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997, Artigo 1º).

O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão do Ministério da Justiça (MJ), executa a política de refugiados no Brasil com fundamento no princípio constitucional consagrado em seu Artigo 5º, nas determinações da Lei nº 9.474/1997 e em observância aos termos dos memorandos firmados pelo governo brasileiro com o Acnur (*op. cit.*).

A lei de refugiados brasileira está alinhada à Convenção de Genebra de 1951, ao Protocolo Facultativo de 1967 e à Declaração de Cartagena de 1984, e privilegia o caráter tripartite do reconhecimento do refúgio, ou seja, existem no Conare/MJ membros da sociedade civil (Cáritas Arquidiocesana de São Paulo – CASP e Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro – CARJ), membros do governo federal⁹ e um representante do Acnur, sem direito a voto.

Em novembro de 2010, dezoito países latino-americanos firmaram a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Pessoas Refugiadas e Apátridas nas Américas. O documento reafirma muitos dos compromissos feitos pelos vinte países signatários do Plano de Ação do México de 2004, adotado para fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina, e fomenta o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas na região. O enfoque eminentemente regional, presente no Plano de Ação do México, é reiterado na Declaração de Brasília, um compromisso que encoraja os Estados a: adotar mecanismos para enfrentar novas situações de deslocamento que não estejam previstas na Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados; executar os programas Fronteiras Solidárias, Cidades Solidárias e Reassentamento Solidário; alcançar soluções duradouras para os refugiados; adotar medidas preventivas para evitar novos fluxos de refugiados; lidar com os fluxos migratórios mistos; e adotar alternativas para a migração regular.

O refugiado solicita o reconhecimento de sua condição assim que chega ao território nacional perante qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de não ser expulso para seu país de origem. O processo inicia-se quando a autoridade competente solicita declarações sobre os motivos do pedido. Esta mesma autoridade competente chamará o Acnur para que opine sobre o caso e ofereça sugestões que facilitem a tramitação do processo. A integração na sociedade brasileira é realizada por meio de ONGs, como a CAPS, a CARJ e o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), em Brasília.

O governo federal destinou R\$ 600 mil ao Conare/MJ na Lei Orçamentária Anual de 2010 na rubrica *Apoio a albergues para refugiados*. Este total é revertido para as ONGs que trabalham com o tema. O gráfico 12 mostra o gasto total, em reais de 2010, nos últimos três anos do PPA vigente (2008-2011).

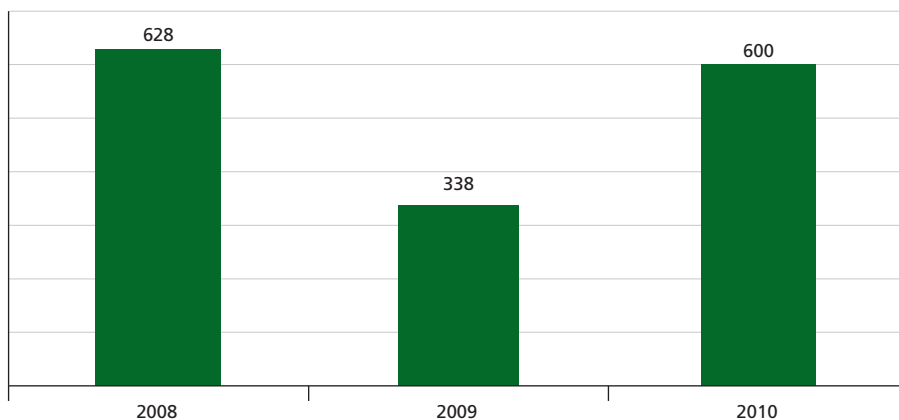
Além desse aporte de recursos orçamentários, o Brasil disponibiliza servidores do MJ para atuarem no Conare/MJ. Esses servidores deslocam-se por todo o território nacional para realizar entrevistas com refugiados; os gastos com as horas técnicas desses servidores mais as passagens e diárias totalizam R\$ 439 mil em 2010. O total de recursos dispendidos pelo governo federal na modalidade refugiados somou R\$ 1 milhão.

9. Integram o Conare/MJ: um representante do MJ que o preside; um representante do MRE; um representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); um representante do MS; um representante do MEC; um representante do Departamento de Polícia Federal (DPF); um representante de uma ONG que se dedique a atividades de assistência a refugiados, representando a sociedade civil; e um representante do Acnur, com direito a voz, porém sem direito a voto.

GRÁFICO 12

Gastos do governo federal com apoio a refugiados – Cobradi (2008-2010)

(Em R\$ 1 mil)



Fonte: Conare/MJ.

Elaboração: Ipea.

A integração local no país de asilo é uma das três soluções duradouras buscadas pelo Acnur para sua população de interesse (as outras duas são repatriação voluntária no país de origem e reassentamento em um segundo país) e a principal utilizada no Brasil. A maioria dos refugiados no país reside em áreas urbanas e São Paulo e Rio de Janeiro são os principais pontos de entrada desta população. Há também um número elevado de refugiados no Distrito Federal e em Manaus. Devido a este índice, o Acnur conta com parceiros que implementam os projetos de assistência a solicitantes e refugiados de primeiro país de asilo que se localizam em suas regiões de atuação. São eles: *i*) CASP; *ii*) CARJ; e *iii*) IMDH. Estas três instituições também recebem recursos do MJ, por meio do Conare/MJ, para implementarem projetos de integração local dos refugiados. Na Amazônia, há duas parcerias operacionais: Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus e Pastoral da Mobilidade Humana de Tabatinga, registrando-se que ao final de 2010 o Acnur estabeleceu parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Manaus (CAM) para assumir atribuições em Manaus.

A fim de suprir as necessidades básicas dos recém-chegados enquanto buscam a autossuficiência, o Acnur oferece, mediante a atuação de seus parceiros, ajuda humanitária de caráter temporário e determinada de acordo com as necessidades de subsistência específicas em cada caso. Em geral, a assistência engloba bolsa subsistência, pagamento da taxa do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), acompanhamento psicossocial, material escolar, transporte local para aulas, busca de emprego, atendimento na Polícia Federal e, em casos emergenciais, medicação (quando não está disponível

na rede pública). A atuação do Acnur também contempla aulas de português, orientação cultural, e encaminhamento a instituições conveniadas a fim de apoiá-los com capacitação profissional e na busca de emprego. Além da assistência direta, os refugiados recebem, desde sua chegada, orientação e encaminhamento para acesso às políticas públicas existentes, como assistência social, moradia, saúde, educação e segurança, no âmbito do esforço de inserção na sociedade brasileira.

O Acnur também disponibiliza uma unidade jurídica em cada organização parceira que trabalha com solicitantes de primeiro país de asilo. Nestas unidades, os solicitantes são assistidos por advogados na preparação do parecer de elegibilidade da sociedade civil a ser incluído no processo de refúgio e submetido ao Conare/MJ. Os advogados também oferecem orientação legal para processos no Brasil e encaminhamentos para a Defensoria Pública. Outros serviços oferecidos no âmbito do programa para a promoção do bem-estar dos refugiados no Brasil incluem o apoio às pessoas idosas e/ou com deficiências, assim como às vítimas de violência sexual e de gênero, que são orientadas pelos parceiros do Acnur e encaminhadas aos serviços públicos e às autoridades competentes.

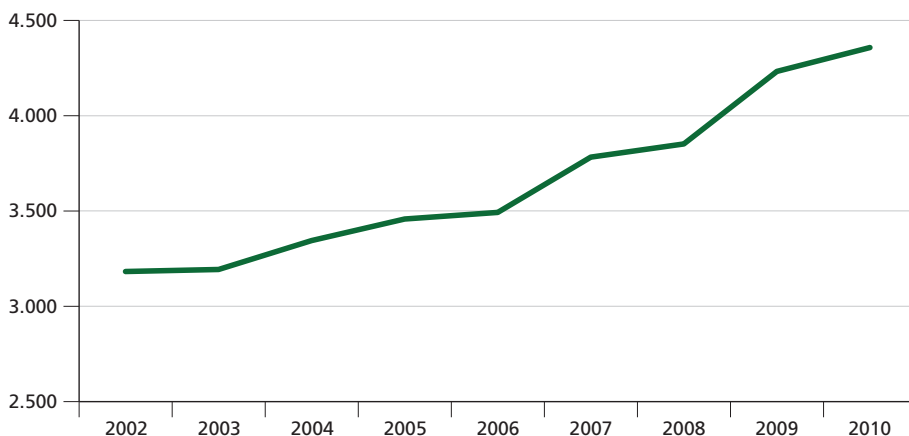
Estatísticas oficiais mostram que, no Brasil, até o final de 2010, o número de refugiados reconhecidos pelas vias tradicionais de elegibilidade foi de 3.952, sendo: 64,53% de origem africana; 22,44% das Américas; 10,67% asiáticos; 2,25% europeus; e 0,11% apátridas. Deste total, 2.820 foram assistidos pelos projetos do Acnur.

O custeio das ações de proteção e apoio a refugiados viabiliza-se mediante convênios firmados entre o governo federal e a CASP (São Paulo), a CARJ (Rio de Janeiro) e o IMDH (Distrito Federal), que repassam os recursos recebidos para suas redes de proteção. Neste sentido, as Cáritas firmaram diversos acordos com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) para viabilizar aulas de português, capacitação profissional e serviços de informática aos refugiados. O governo federal também contribui com o Acnur para a assistência humanitária, mas não condiciona esta ajuda aos refugiados instalados no país. Em 2010, o Brasil destinou R\$ 3 milhões ao Acnur a título de contribuição voluntária para as atividades de assentamento de refugiados no exterior.

Segundo registros mantidos no Conare/MJ, o Brasil abriga atualmente mais de 4,4 mil refugiados de 76 nacionalidades. Deste montante, 3.971 são reconhecidos por vias tradicionais de elegibilidade (aqueles que solicitaram refúgio estando em território brasileiro e obtiveram a condição de refugiado) e 430 reconhecidos pelo programa de reassentamento da ONU. O gráfico 13 mostra a variação do número de refugiados no Brasil no período de 2002 a 2010.

GRÁFICO 13

Variação do número de refugiados no Brasil (2002-2010)



Fonte: Acnur/ONU.

Em 10 de agosto de 1999, o governo brasileiro e o Acnur firmaram o Acordo Marco para iniciar um programa de reassentamento no país. Entretanto, foi em 2002 que o Brasil recebeu os primeiros refugiados reassentados, um grupo de afegãos. No ano seguinte, iniciou-se o reassentamento com refugiados colombianos, esta sendo a nacionalidade que manteve um número de chegadas frequente e anual, desde então.

Em 2010, este programa foi implementado por três agências parceiras: a Associação Antônio Vieira (ASAV), em Porto Alegre; o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos (CDDH); e o Centro de Direitos Humanos e Memória Popular (CDHMP), em Natal. As famílias são reassentadas nas cidades-sede destas agências e em cidades vizinhas dentro do estado.

Além do acesso à mesma gama de serviços e assistência oferecida aos solicitantes e refugiados de primeiro país de asilo durante seu primeiro ano de acolhida, o programa oferece pagamento de aluguel e provisão de mobília para cada família reassentada. Os reassentados recebem atendimento mais próximo da agência parceira do Acnur, incluindo visitas em domicílio, apoio na geração de renda e acompanhamento para a busca de emprego e sua efetiva inserção nas políticas públicas nacionais.

Até 2010, foram reassentadas 407 pessoas nas cidades a seguir, por estado.

- 1) No Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, São Leopoldo, Santa Maria, Bento Gonçalves, Passo Fundo, Serafina Correa, Guaporé, Venâncio Aires, Pelotas, Rio Grande, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

- 2) Em São Paulo: Campinas, São José dos Campos, Jundiáí, Itatiba, Caçapava, Caraguatatuba, Tremembé, Taubaté, Guararema, Santa Isabel, Mogi das Cruzes, Jaú e Louveira.
- 3) No Rio Grande do Norte: Natal, Parnamirim e Tibau do Sul.

O Brasil dispõe de uma rede para migrantes e refugiados que opera em bases solidárias nas cinco macrorregiões do país: Norte, Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Sudeste.

Na região Norte, quatorze instituições integram a rede solidária, sendo: Pastoral da Mobilidade Humana de Rio Branco, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular e Paróquia Nossa Senhora das Dores, em Brasileia, no estado do Acre. No estado do Amapá atua a Paróquia Nossa Senhora das Graças, com sede no Oiapoque, extremo norte do país. A Cáritas Arquidiocesana de Manaus, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, a Pastoral da Mobilidade Humana, a Cáritas de Tefé e a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Manaus fazem parte da rede solidária para migrantes e refugiados no estado do Amazonas. No Pará existe a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Porto Velho é a representante de Rondônia na rede. No estado de Roraima, a representação é feita pelo Centro de Migrações e Direitos Humanos, com sede em Boa Vista.

Na região Centro-Oeste, além do IMDH, sediado em Brasília, compõem a rede solidária a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Brasília; a Pastoral da Mobilidade Humana da CNBB, com sede em Brasília; a Casa de Apoio Santo André, no Gama, Distrito Federal; o Centro de Acolhida ao Migrante de Goiânia, em Goiás; o Centro Pastoral do Migrante e a Pastoral do Migrante, em Mato Grosso; a Pastoral do Migrante da Arquidiocese de Campo Grande, o Controle de Apoio aos Migrantes (Cedami), a Pastoral da Mobilidade Humana de Corumbá, a Comissão Católica de Fronteiras e a Pastoral dos Migrantes de Dourados, todos com sede em Mato Grosso do Sul.

Na região Sul, a rede solidária para migrantes e refugiados atua mediante a Casa do Migrante e o Centro de Atenção ao Migrante (CEAMIG), no estado do Paraná; a Associação Antônio Vieira, o Centro de Atendimento ao Migrante, o Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Integração do Imigrante (Cibai) e a Casa de Assistência Social, no estado do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, o acolhimento ocorre por conta da Pastoral do Migrante, com sede em Florianópolis.

Na região Nordeste, atuam nessa área: a Cáritas Brasileira regional ao lado da Cáritas de Ilhéus, no estado da Bahia; a Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza, no estado do Ceará; o Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor (CEDAPP), no estado de Pernambuco; e o Centro de Direitos Humanos de Natal, no estado do Rio Grande do Norte.

Por último, a região Sudeste conta com doze instituições participantes da rede solidária divididos nos quatro estados da região. No Espírito Santo: o Núcleo de Apoio aos Refugiados do Espírito Santo e a Cáritas Arquidiocesana de Vitória. Em Minas Gerais, a proteção se dá por meio do Vicariato da Ação Social da Arquidiocese de Belo Horizonte, além da Arquidiocese de Mariana e do Centro de Informação e Assessoria Técnica (CIAAT). No Rio de Janeiro, a proteção fica sob a responsabilidade da CARJ. Por último, o estado de São Paulo conta com seis instituições, a saber: CASP; CDDH; Casa de Acolhida para Mulheres Egressas e Refugiadas; Centro Pastoral dos Migrantes; Centro de Apoio ao Migrante; e a Pastoral da Universidade Católica de Santos.

Cabe a essa rede o auxílio aos refugiados, bem como a atenção ao reassentamento, à defesa de direitos, à promoção e à integração de migrantes presentes no Brasil ou em regiões fronteiriças.

A rede atua também na demanda de políticas públicas em favor dos refugiados e, embora cada instituição da rede solidária tenha sua autonomia, compete ao IMDH a sua articulação, com o apoio do Acnur.

6 OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

A presença do Brasil em operações de manutenção da paz da ONU constitui expressão clara e significativa do compromisso do país com a paz e a segurança internacionais. Estas operações são também um dos principais instrumentos do sistema de segurança coletiva estabelecido pela Carta das Nações Unidas.

Seu objetivo é propiciar ambiente de segurança no qual as partes de um conflito potencial ou já encerrado encontrem ou firmem soluções políticas para os problemas que podem dar ou deram origem ao conflito. Ou seja, não substituam as partes do conflito na tarefa de resolver a disputa, embora possam e devam assisti-las de diversos modos.

O estabelecimento dessas operações é de responsabilidade primordial do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e ocorre mediante a adoção de resolução por consenso ou voto afirmativo de pelo menos nove Estados-membros com assento neste organismo, entre os quais necessariamente os membros permanentes do CSNU.¹⁰

Em fins de 2010, a ONU (2012) contava com aproximadamente 100 mil homens e mulheres (militares, policiais e civis) em quinze operações de manutenção da paz, com um orçamento de US\$ 7,8 bilhões para o período de 2010 a 2011, proveniente de contribuições de todos os Estados-membros (ONU, 2013).

10. O CSNU é constituído por representantes de quinze Estados-membros, dos quais dez têm participação temporária e cinco são membros permanentes com poder de veto.

As operações ocorrem sob o comando e controle operacionais do secretário-geral da ONU e do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (Department of Peacekeeping Operations – DPKO) das Nações Unidas.

6.1 O Brasil e as operações de manutenção da paz

O Brasil participa das missões de paz da ONU desde 1948, tendo, entre 1948 a 2010, mobilizado e empregado mais de 32 mil militares (tropa, observadores militares e oficiais de Estado-Maior) e policiais em operações na África (Congo, Angola, Moçambique, Libéria, Uganda, Sudão, entre outros), na América Latina e Caribe (El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Haiti), na Ásia (Camboja, Timor-Leste) e na Europa (Chipre, Croácia). Em cinco destas operações o Brasil cedeu tropas, isto é, unidades militares formadas: Suez (Força de Emergência das Nações Unidas – UNEF I); Angola (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola – Unavem III); Moçambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique – ONUMOZ); Timor-Leste (Administração de Transição das Nações Unidas no Timor-Leste – UNTAET da Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste – UNMISSET); e Haiti (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – MINUSTAH). No caso específico da MINUSTAH, o componente militar da missão tem sido comandado por oficial brasileiro desde sua criação, em 2004.

Em dezembro de 2010, o Brasil assumiu a posição de 13ª maior contribuinte de tropas, com 25 policiais, 46 observadores militares e 2.196 militares, totalizando 2.267 pessoas envolvidas em nove missões (ONU, [s.d.]a) – tabela 19.

TABELA 19

Operações de manutenção da paz: total de homens e mulheres brasileiras por missão, local e função

Missão	Local	Função	Subtotal	Total
Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (Minurso)	Saara Ocidental	Observador militar	11	11
		Policia	3	
MINUSTAH	Haiti	Tropas	2.187	2.190
Força de Paz das Nações Unidas para o Chipre (UNFICYP)	Chipre	Tropas	1	1
Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)	Líbano	Tropas	2	1
Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL)	Libéria	Observador militar	2	4
		Tropas	2	
Missão das Nações Unidas no Nepal (UNMIN)	Nepal	Observador militar	6	6

(Continua)

(Continuação)

Missão	Local	Função	Subtotal	Total
Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS)	Sudão	Policial	2	24
		Observador militar	20	
		Tropas	2	
Missão de Paz no Timor-Leste (UNMIT)	Timor-Leste	Policial	20	23
		Observador militar	3	
		Observador militar	4	
Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (Unoci)	Costa do Marfim	Tropas	3	7
Total				2.267

Fonte: ONU ([s.d.].b).

A participação brasileira não pode ser entendida apenas como a estrita manutenção da segurança nesses países. As atividades das tropas brasileiras buscam ter impacto mais amplo e transversal, em conformidade com os mandatos da maioria das atuais missões de paz.

Vale aqui notar que as operações de manutenção da paz criadas a partir dos anos 1990 consolidaram o entendimento de que a estabilidade de países egressos de conflitos será mais facilmente alcançada por meio de operações multidimensionais. Ou seja, além de segurança, os mandatos passaram a incorporar outros elementos, conforme exemplificado a seguir.

- 1) Desmobilização, desarmamento e reintegração de combatentes.
- 2) Apoio à reconciliação social e política.
- 3) Organização e monitoramento de eleições.
- 4) Fortalecimento de instituições policiais, judiciárias e carcerárias.
- 5) Promoção e proteção de direitos humanos e combate à impunidade.
- 6) Reconstrução de infraestrutura básica.
- 7) Proteção de refugiados e deslocados internos.
- 8) Prestação de assistência humanitária.
- 9) Criação de ambiente propício à geração de empregos, ao investimento e ao desenvolvimento socioeconômico.

Em síntese, o estabelecimento de bases sólidas para o desenvolvimento é parte importante do esforço de garantir a sustentabilidade da paz. A falta de perspectivas e de inclusão social e econômica não causa, necessariamente, conflitos,

mas estes não serão superados de forma sustentável sem que as comunidades percebam, em sua realidade social e econômica, o valor da paz.

A decisão do envio de tropas brasileiras para integrarem as forças de paz da ONU envolve considerações políticas, militares e legais. O processo inicia-se com a decisão do CSNU de criar uma operação de manutenção da paz. O Secretariado da ONU, em seguida, consulta o Estado-membro sobre sua disponibilidade de contribuir com tropas, policiais e equipamentos.

No Brasil, a solicitação é inicialmente analisada pelo MD e pelo MRE. Caso o parecer seja favorável, os dois ministros enviam ao presidente da República exposição de motivos conjunta sugerindo o deslocamento de tropas. Em caso de decisão favorável do presidente da República, o assunto é submetido ao Congresso Nacional (CN), em cumprimento da Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Se concedida, a autorização congressional para o envio de força armada brasileira ao exterior é formalizada por decreto legislativo. Este procedimento se repete a cada operação de paz a ser estabelecida com envio de contingente brasileiro militar. Não há necessidade de autorização do CN quando a participação brasileira é efetivada mediante envio de observadores militares.

No âmbito interno, a participação brasileira em operações de paz é definida na estratégia nacional de defesa, com fundamento na Política de Defesa Nacional, como uma das prioridades e um dos vetores da projeção das forças armadas do Brasil no mundo (Brasil, 2005; 2008). Em uma perspectiva de longo prazo, o Estado brasileiro definiu como meta do Plano Brasil 2022 a participação em operações de paz e ações humanitárias de interesse do país, no cumprimento de mandato da ONU (Brasil, 2002).

Cumprir registrar que, em 2010, o governo estruturou o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), denominado Centro Sérgio Vieira de Mello, para preparar militares e civis, tanto brasileiros quanto de países amigos, para atuação em operações de paz e desminagem humanitária.

Do ponto de vista operacional, a participação de efetivos brasileiros é operação de considerável complexidade logística que consiste em mobilizar tropas, prover instrução e adestramento, transportar e manter determinado número de militares e seus equipamentos em uma área de operações em território estrangeiro, onde cumprem a missão atribuída pelo CSNU. As medidas operacionais necessárias à instituição dessas missões são deflagradas pelo MD e os gastos realizados pelas Forças Armadas são efetivados com recursos previamente incluídos na Lei Orçamentária Anual.

Essas medidas compreendem quatro fases: *i*) preparo e mobilização: avaliação médica e psicológica do pessoal selecionado, ensino de idiomas, realização

de cursos, estágios, adestramentos e exercícios visando à prontificação operativa do contingente e à concentração das tropas para estas atividades e para seu deslocamento; *ii*) viagens de reconhecimento, que propiciam informações da área de operações para o contingente, manutenção do material militar no local da operação, assegurando sua pronta disponibilidade, e procedimentos de logística vinculados à expatriação e à repatriação de material; *iii*) emprego do contingente; e *iv*) desmobilização: atividades necessárias ao retorno de pessoal e de material, caracterizada basicamente pela avaliação médica e psicológica dos militares que retornam da missão e pela guarda e transporte de material que foi substituído e sua manutenção para emprego em outras atividades.

6.2 O Brasil e a MINUSTAH no pós-terremoto

Em razão do terremoto que assolou o Haiti em 12 de janeiro de 2010, o CSNU autorizou o incremento de 2 mil militares na MINUSTAH (ONU, 2010). O Brasil, como principal contribuinte de tropas, foi convidado a deslocar um segundo batalhão de infantaria para aquele país. A tabela 20 apresenta a distribuição dos gastos do governo federal com a preparação, o apoio, o emprego e a desmobilização dos dois batalhões brasileiros no Haiti.

TABELA 20
Gastos do governo federal com a MINUSTAH: distribuição segundo a fase operacional – Cobradi (2010)

Fases operacionais	Primeiro batalhão (R\$)	Segundo batalhão (R\$)	Total (R\$)	Proporção (%)
Preparação e mobilização	45.371.215	117.441.015	162.812.230	34,8
Apoio logístico	22.770.231	58.939.551	81.709.782	17,5
Emprego da tropa	59.171.355	153.161.955	212.333.310	45,5
Desmobilização	2.877.199	7.447.479	10.324.678	2,2
Total	130.190.000	336.990.000	467.180.000	100,0

Fonte: MD.

A participação brasileira foi autorizada pelo Decreto Legislativo nº 75, de 25 de janeiro de 2010, que previu incremento de até 1.300 militares. Ademais, o Brasil realizou o engajamento de dois batalhões de infantaria na Missão de Paz da ONU no Haiti em quatro fases operacionais, custeadas com recursos orçamentários alocados ao MD (tabela 20). Da despesa executada, 80,3% concentraram-se nas fases de preparação (34,85%) e de emprego (45,45%).

Tendo presentes esses elementos, em 2010, as tropas brasileiras no Haiti, atuando sob a bandeira da ONU, prestaram importante apoio logístico ao esforço humanitário que se seguiu ao terremoto, inclusive no que se refere à campanha de

combate ao cólera. Também em cumprimento ao mandato da MINUSTAH, os militares brasileiros contribuíram para: a demolição de prédios condenados; a limpeza de canais; a remoção de escombros de vias públicas, escolas, hospitais e igrejas; e a reconstrução de prédios públicos, como a Penitenciária Nacional. A atuação das tropas brasileiras foi importante para a realização das eleições presidenciais, por meio da prestação de apoio logístico e de segurança para sua preparação e realização.

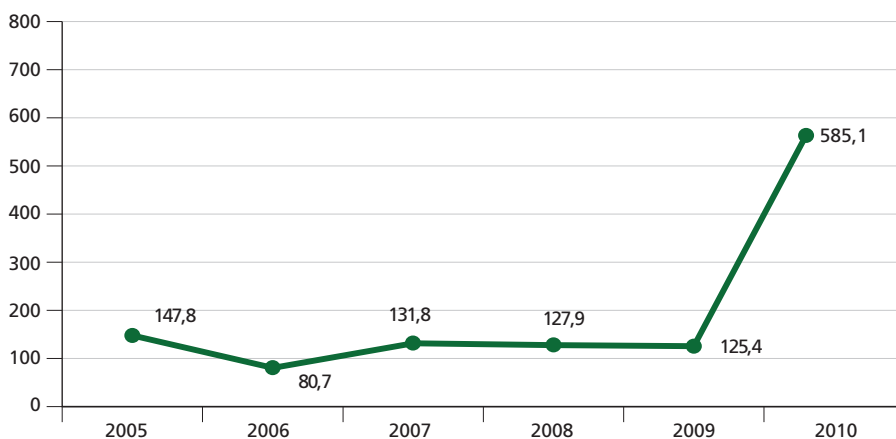
A cooperação brasileira deu-se, também, mediante a atuação da Companhia Brasileira de Engenharia em atividades de reconstrução, o que constitui iniciativa pioneira de parceria estratégica nas atuações bilateral e multilateral. As tropas brasileiras atuaram na recuperação de estradas nacionais e vias públicas de Porto Príncipe, em apoio aos esforços do governo haitiano de melhorar a infraestrutura local. A missão também atuou na construção de cem cisternas para captação e armazenamento de água de chuva na região de Ganthier.

A MINUSTAH incorpora atividades essencialmente militares (mobilização, desmobilização, desarmamento e reintegração de combatentes) e prestação de assistência humanitária – entre outras funções –, além de desenvolver ações de apoio ao desenvolvimento socioeconômico. Foram gastos R\$ 467 milhões nas atividades militares referidas (tabela 20).

GRÁFICO 14

Variação dos gastos do governo federal com operações de manutenção da paz – Cobradi (2005-2010)

(Em R\$ milhões)



Fonte: MD.
Elaboração: Ipea.

Em 2010, o MD executou R\$ 673 milhões de seu orçamento fiscal em operações de paz cujas despesas com atividades militares foram apresentadas à

ONU para fins de ressarcimento *ex post* dos itens de gasto elegíveis em norma da ONU que regula o assunto. A variação destes gastos no período de 2005 a 2010 está detalhada no gráfico 14, o qual evidencia forte incremento destes valores de 2009 a 2010, conforme memorando de entendimento assinado entre a ONU e o governo brasileiro.

Ainda em 2010, a ONU recolheu ao Tesouro Nacional o equivalente a R\$ 89 milhões, referentes aos reembolsos de atividades militares no âmbito das missões de manutenção da paz em anos anteriores a 2010. Neste trabalho, considera-se o valor de R\$ 585 milhões¹¹ como o total de gastos do governo federal com estas operações.

Cumprir registrar que o governo brasileiro repassou R\$ 23 milhões ao Sistema ONU – equivalentes a US\$ 13 milhões – destinados às missões de paz, conforme detalhamento constante da tabela 21. A fim de se evitar superposição de valores, este registro não está incluído na tabela 23, na qual são registradas as contribuições feitas a organismos internacionais.

TABELA 21

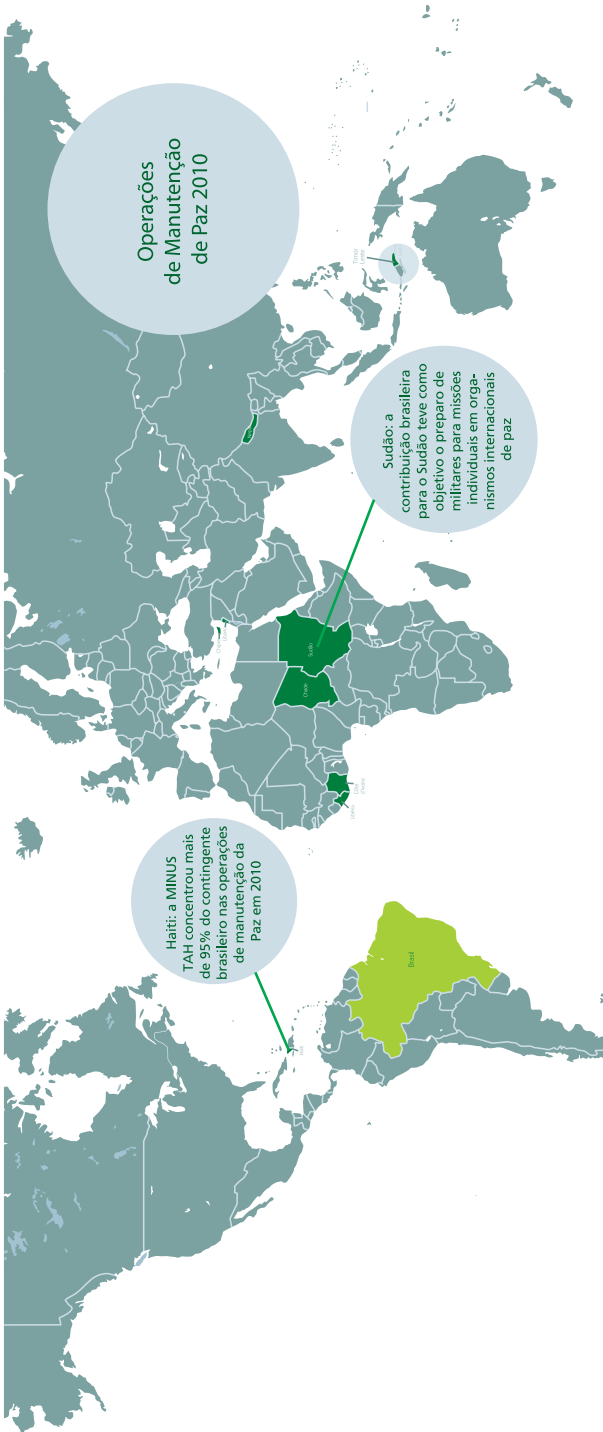
Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições para missões de paz da ONU – Cobradi (2010)
(Em R\$)

Missões de Paz	Valores
Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade (MINURCAT)	1.887.923
MINUSTAH	1.727.124
Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco)	5.130.820
Missão das Nações Unidas em Darfur (UNAMID)	7.112.706
Força de Observação e Desengajamento das Nações Unidas (UNDOF)	128.505
UNFICYP	79.219
UNMIL	2.063.954
Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS)	3.632.945
Unoci	338.970
Apoio das Nações Unidas à Missão da União Africana na Somália (Unsoa)	656.741
Total	22.758.907

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), SPOA/MP.
Elaboração: Ipea.

11. Cálculo: R\$ 673.855.000,00 - R\$ 88.791.592,52 = R\$ 585.063.470,48.

MAPA 5
Participação brasileira nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas



Fonte: acervo da ABC/MRE.

7 GASTOS COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Este relatório reúne nesta seção as despesas efetivamente realizadas em 2010 pelo governo federal com: *i)* pagamento de contribuições a organismos multilaterais; *ii)* integralização de cotas de organismos financeiros de desenvolvimento; e *iii)* outros gastos. Estas despesas totalizaram R\$ 548 milhões, as quais equivalem a US\$ 311 milhões (tabela 22).

TABELA 22

Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições para organismos internacionais – Cobradi (2010)

Discriminação	Total (R\$)	Total (US\$) ¹	Proporção (%)
(i) Contribuições regulares para organizações internacionais	236.224.475	134.218.452	43,1
(ii) Integralização de cotas de fundos de desenvolvimento	306.777.475	174.305.383	55,9
(iii) Outros gastos	5.360.000	3.045.455	1,0
Total (Cobradi)	548.361.950	311.569.290	100

Fonte: SEAIN/MP, SPOA/MP e SAIN/MF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Taxa média de câmbio PTAX, calculada pelo BCB.

A Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN), órgão integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), gerencia o processo de pagamento de contribuições para organismos internacionais financeiros e não financeiros dos quais o Brasil participa, competindo-lhe verificar o aparato legal necessário para sua efetivação.

Em 2010, o dispêndio do governo federal com o pagamento dessas contribuições totalizou R\$ 236 milhões, equivalentes a US\$ 134 milhões, que representam 43,1% do total de pagamentos feitos a organizações internacionais naquele ano (tabela 22).

Desse total de contribuições pagas, R\$ 102 milhões, equivalentes a US\$ 58 milhões, corresponderam à participação do Brasil no Sistema ONU, ou seja, 43,4% do total das contribuições feitas em 2010 (tabela 23).

TABELA 23
**Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições
 para organismos multilaterais – Cobradi (2010)**

Organismo	Total (R\$)	Total (US\$) ¹	Proporção (%)
Sistema ONU	102.482.566	58.228.731	43,4
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)	13.725.770	7.798.733	5,8
Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido)	13.156.029	7.475.017	5,6
Organização Pan-Americana da Saúde (Opas)	12.722.303	7.228.581	5,4
Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBTO)	12.211.994	6.938.633	5,2
Organização dos Estados Americanos (OEA)	11.124.854	6.320.940	4,7
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)	7.452.415	4.234.327	3,2
Organização Mundial da Saúde (OMS)	7.291.272	4.142.768	3,1
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (Iica)	6.007.786	3.413.515	2,5
Organização Meteorológica Mundial (OMM)	5.095.173	2.894.985	2,2
Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa)	4.156.661	2.361.739	1,8
Tribunal Penal Internacional (TPI)	3.640.454	2.068.440	1,5
Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)	3.498.181	1.987.603	1,5
Demais organismos ²	33.659.017	19.124.441	14,2
Total	236.224.475	134.218.452	100,0

Fonte: SEAIN/MP.

Elaboração: Ipea.

Notas: ¹ Taxa média de câmbio PTAX, calculada pelo BCB.

² Incluem-se na denominação "demais organismos" as seguintes entidades: Aecesis, Aladi, APPC, Associação Grupo de Tordesilhas de Universidades, Association Columbus, BIE, BIPM, Bireme, Caaci, CCAMLR, Cemla, CIA, AUGM, CGMW, CHDIP, CIC, CIEGB, CIMM, CIP, CITES, CISM, CLAD, CLAC, CLAF, Convenção de Basileia, Convenção de Estocolmo, Convenção de Ramsar, Convenção de Roterdã, Cosave, CPA, CPLP, EA, EIE, FIAF, Flasco, GIECZ, GIEN, IAAC, IAF, Iais, IAI, ICCA, ICCAT, ICCROM, Icom, IIF, Ifla, Ilias, IJCB, ILAC, ILANUD, IMO, Interpol, Ilpes, IOPS, IPC-IG, ISA, ISMN, IUGS, Mercosul, Oaci, OEI, OIA, OIC, OIE, Olade, OMA, OMC, OMT, Ompi, Opanal, OPAQ, UPOV, Otca, OIV, PEFC, Ritla, SEGIB, Sela, SRVSOP, TIDM, UGGI, UICC, UIT, UL, UNIDROIT, UPAEP e Wada.

Obs.: os significados das siglas dispostas na nota podem ser encontrados na seção *Glossário de siglas*, ao final da publicação.

O governo brasileiro atribuiu ao MP a atuação como órgão de enlace com os seguintes organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento (OFIDS): Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);¹² Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);¹³ Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); Fida; Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA); e Corporação Andina de Fomento (CAF).

12. No Grupo BID, estão incluídos a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

13. No Grupo BAD, está incluído o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD).

Ainda no âmbito da representatividade que o MP exerce junto às mencionadas instituições, estão sob a sua responsabilidade as integralizações de capital, decorrentes da participação do país nos processos de adesão ou de recomposição de recursos. O MP é, também, o foco operacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility – GEF) e responsável pelas operações do Brasil com instituições bilaterais, tais como o Banco Europeu de Investimentos (BEI), a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency – Jica), o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Os recursos dirigidos para as organizações multilaterais multipropósitos, como os bancos regionais, podem corresponder, em certos casos, a aportes que alavancam o capital e possibilitam a concessão de empréstimos aos beneficiários em termos favoráveis em relação a alternativas de mercado. Estas contribuições regulares não fazem parte do levantamento realizado neste relatório, dado que o Brasil beneficia-se deste tipo de crédito oficial para o desenvolvimento. Portanto, estas contribuições não se incluem entre os valores registrados na tabela 24.

Os bancos regionais dispõem de fundos chamados de “janelas concessionais” financiados, basicamente, com contribuições voluntárias, integralizadas por cotas, que possibilitam doações e empréstimos altamente concessionais e dos quais o Brasil não se beneficia – registrando-se, neste caso, como fundos de desenvolvimento. Em 2010, o Brasil destinou R\$ 168 milhões para a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) do Grupo Banco Mundial, correspondentes a cotas relativas às 13^a, 14^a e 15^a recomposições de capital da associação (tabela 24).

Já no FAD/BAD o Brasil integralizou cotas no valor de R\$ 4 milhões. Na última década, estas duas instituições – AID e FAD – têm aplicado os recursos privilegiando projetos de governança e administração pública, no caso da AID, e de transporte e governança, no caso do FAD.

O Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem) tem por finalidade aprofundar o processo de integração regional no Cone Sul, por meio da redução das assimetrias, do incentivo à competitividade e do estímulo à coesão social entre os países-membros do bloco. Criado em dezembro de 2004 e estabelecido em junho de 2005, o Focem se destina a financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e regiões menos desenvolvidas do Mercosul, impulsionar a produtividade econômica dos “Estados-partes”, promover o desenvolvimento social – especialmente nas zonas de fronteira –, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco.

O Focem é um fundo pecuniário criado pela Decisão CMC nº 45/04 (Conselho Mercado Comum), de 16 de dezembro de 2004, e implantado pela Decisão CMC nº 18/05, de 19 de junho de 2005. Em 2010, o Brasil destinou R\$ 134 milhões a este fundo (tabela 24).

TABELA 24
Gastos do governo federal com a integralização de cotas para fundos de desenvolvimento – Cobradi (2010)

Fundo	Total (R\$)	Total (US\$) ¹	Proporção (%)
AID	168.340.479	95.647.999	54,9
Focem	133.999.145	76.135.878	43,7
FAD/BAD	4.437.850	2.521.506	1,4
Total	306.777.475	174.305.383	100,0

Fonte: SEAIN/MP e SAIN/MF.

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Taxa média de câmbio PTAX, calculada pelo BCB.

Em 2010, o governo federal brasileiro contribuiu com o Acnur mediante o repasse de R\$ 3 milhões e com o Fundo Ibas de combate à fome e à pobreza no montante de R\$ 1,9 milhão (tabela 25).

O repasse ao Acnur foi efetivado pelo MRE e a contribuição para o Ibas destinou-se ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas que, mediante sua Unidade Especial para a Cooperação Sul-Sul, gerencia as dotações do fundo, estimulando projetos em países de menor desenvolvimento relativo (MDR) ou em situação de pós-conflito. O Fórum Trilateral de Diálogos Ibas foi instituído para disponibilizar experiências que possam contribuir na consecução das metas do milênio.

TABELA 25
Outros gastos do governo federal – Cobradi (2010)

Fundo	Total (R\$)	Total (US\$) ¹	Proporção (%)
Acnur	3.500.000	1.988.636	65,3
Fundo Ibas	1.860.000	1.056.818	34,7
Total	5.360.000	3.045.454	100,0

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (COF) do MRE e UNHCR (2010).

Elaboração: Ipea.

Nota: ¹ Taxa média de câmbio PTAX, calculada pelo BCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório Cobradi focalizou os gastos da administração pública federal em 2010 correspondentes aos desembolsos realizados por instituições públicas na consecução de responsabilidades assumidas em tratados, convenções, acordos, protocolos, atos institucionais e compromissos internacionais.

Trata-se de exercício de transparência das ações de governo e do emprego de R\$ 1,6 bilhão correspondente à cooperação para o desenvolvimento, significando, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da capacidade do governo para acompanhar essas ações e para melhorar a disponibilidade da informação pública.

O Brasil destinou R\$ 548 milhões a título de contribuição para 143 organismos internacionais e estabeleceu relações de cooperação com 124 países, construindo relações criativas e inovadoras comprometidas com o desenvolvimento sustentável de outros países.

Do total de R\$ 286 milhões de dispêndios públicos da Cobradi com ações de cooperação técnica (tabela 3), cooperação científica e tecnológica, cooperação educacional e cooperação humanitária diretamente com países, 68,1% correspondem aos processos de cooperação com a América Latina e Caribe, e 22,6% com países do continente africano.

A prevalência das ações da Cobradi nos países da América Latina reafirma os princípios constitucionais que fundamentam as relações internacionais do país, em especial quanto à “integração econômica, social e cultural dos povos” da região, “visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (Brasil, 1988, Artigo 4º, parágrafo único).

Diferentemente das relações tradicionais da cooperação internacional, o Brasil estabeleceu parcerias, compartilhou lições aprendidas e difundiu conhecimento mediante o emprego dos quadros técnicos da administração pública federal que foram engajados na compreensão, na reflexão e na busca conjunta de soluções para desafios comuns do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva. **Cooperación científica y tecnológica entre Argentina y Brasil**. Buenos Aires: MINCYT, [s.d.]. Disponível em: <http://www.mincyt.gob.ar/ministerio/estructura/dir_ndri/cooperacion_pais_2.php?Id_cooperacion=40>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Medida Provisória nº 480, de 27 de abril de 1994. Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/480.htm>.

_____. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco de ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: MCT, jun. 2002. 80 p. Disponível em: <http://www.cgce.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf>.

_____. Decreto Federal nº 5.484 de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, 2005.

_____. Decreto Federal nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Medida Provisória nº 486, de 30 de março de 2010. Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.429.428.268,00, para os fins que especifica. Brasília, 30 mar. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/486.htm>.

BRASIL; CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Livro azul: 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: CGEE; MCT, 2010.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Troop and police contributors**. [s.d.]a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors.shtml>>. Acesso em: 17 out. 2011.

_____. Department of Peacekeeping Operations. [s.d.]b. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/>>. Acesso em: 21 out. 2011.

_____. Assembleia-Geral das Nações Unidas. **Resolução nº 46/182**. 19 Dec. 1991. (A/RES/46/182). Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/46/a46r182.htm>>.

_____. Assembleia-Geral das Nações Unidas. **Resolução nº 58/114**. 5 Feb. 2004. (A/RES/58/114). Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N03/501/42/PDF/N0350142.pdf?OpenElement>>.

_____. **Resolução 1908 (2010)**: o papel da MINUSTAH na reconstrução do Haiti. 2010.

_____. **Peacekeeping budgets**. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/en/hq/dm/pdfs/oppba/Peacekeeping%20budget.pdf>>.

_____. **Segundo o departamento de operações de manutenção da paz**. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/factsheet_archive.shtml>.

UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **UNHCR Global Report 2010**. 2010. Disponível em <<http://www.unhcr.org/gr10/#/home>>.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABC	Academia Brasileira de Ciências
ABC/MRE	Agência Brasileira de Cooperação
ABIN	Agência Brasileira de Informação
ABTLuS	Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Acecis	Asociación Internacional de Consejos Económicos y Sociales e Instituciones Similares
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
Agnu	Assembleia Geral das Nações Unidas
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
Aisa	Assessoria de Assuntos Internacionais
Aladi	Associação Latino-Americana de Integração
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
Anatel	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANR	Agence Nationale de la Recherche
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APPC	Aliança dos Países Produtores de Cacau
Arcusul	Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul
ASAV	Associação Antônio Vieira
AUGM	Asociación de Universidades Grupo Montevideo
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCB	Banco Central do Brasil
BDC	Banco de Desenvolvimento do Caribe
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIE	Bureau International des Expositions
BIPM	Agência Internacional de Pesos e Medidas
Bireme	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOSS	Baryon Oscillation Spectroscopic Survey

BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
C&T	Ciência e tecnologia
Caaci	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Ibero-America
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAFP/BA	Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação entre Brasil e Argentina
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento
CAM	Cáritas Arquidiocesana de Manaus
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPG/BA	Centros Associados de Pós-Graduação entre Brasil e Argentina
Caricom	Comunidade de Países do Caribe
CARJ	Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
CASP	Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
CBERS	China-Brazil Earth Resources Satellite
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCAMLR	Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos
CCOPAB	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Guarulhos
CDEMA	Agência Caribenha para Manejo de Emergências e Desastres
CDHMP	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular
CEAMIG	Centro de Atenção ao Migrante
CeBEM	Centro de Biologia Estrutural do Mercosul
Cedami	Controle de Apoio aos Migrantes
CEDAPP	Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor
CEFET/RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro
CEITEC	Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada
Cemla	Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos
Cepal	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERN	Conseil Européen pour La Recherche Nucléaire
Cetem	Centro de Tecnologia Mineral
Cetene	Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste
CF	Constituição Federal
CFHT	Canada-France-Hawaii Telescope
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CGFome	Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome
CGMW	Comissão da Carta Geológica do Mundo
CGU	Controladoria-Geral da União
CHDIP	Conferência da Haia de Direito Internacional Privado
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CIAAT	Centro de Informação e Assessoria Técnica
Cibai	Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Integração do Imigrante
CIC	Comissão Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIEGB	Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia
CII	Corporação Interamericana de Investimentos
CIMM	Comitê Internacional de Medicina Militar
CIP	Comunidade Internacional da Pimenta do Reino
CISM	Conselho Internacional do Desporto Militar
C&T	Ciência e tecnologia
Cites	Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CLAC	Comissão Latino-Americana de Aviação Civil
CLAD	Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
CLAF	Centro Latino-Americano de Física
CMC	Conselho Mercado Comum
CN	Congresso Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	Centre National de La Recherche Scientifique
Cobradi	Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
COF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
COP 15	Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
Cosave	Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul
CPA	Corte Permanente de Arbitragem
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CT&I	Ciência, tecnologia e inovação
CTBTO	Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares

CTI	Centro de Tecnologia Renato Archer
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DCE	Divisão de Temas Educacionais do Departamento Cultural
DEAF/MRE	Departamento da África
DES	Dark Energy Survey
Dinte	Diretoria de Estudos, Relações Econômicas e Políticas Internacionais
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
DPR/MRE	Departamento de Promoção Comercial e Investimentos
DRI/Capes	Diretoria de Relações Internacionais
DRN/MRE	Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis
EA	Cooperação Europeia para a Acreditação
EIE	Escritório Internacional de Epizootias
EIRD	Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
ESAF	Escola de Administração Fazendária
FAD	Fundo Africano de Desenvolvimento
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FERMILAB	Fermi National Accelerator Laboratory
FIAF	Federação dos Arquivos de Filmes
Fida	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FINEP	Agência Brasileira da Inovação
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
Flacso	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Focem	Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
FUNFPA	
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GEO	Grupo de Observação da Terra
GEOSS	Sistema Global de Observação da Terra
GFDRR	Programa Global de Redução e Recuperação Pós-Desastres
GHD	Good Humanitarian Donorship

GIECZ	Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco
GIEN	Grupo Internacional de Estudos do Níquel
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTI-CHI	Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária Internacional
HIV	<i>Human immunodeficiency virus</i>
IAAC	Cooperação Interamericana de Acreditação
IAC	Inter-Academy Council
IAF	Fórum Internacional de Credenciamento
IAI	Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais
Iais	Associação Internacional de Supervisores de Seguros
Ianas	Rede Interamericana de Academias de Ciências
IAP	Inter-Academy Panel for International Issues
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ibas	Índia, Brasil e África do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICCA	Associação Internacional de Congressos e Convenções
ICCAT	Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Icom	Conselho Internacional de Museus
Icra	Institute for Cosmology and Relativistic Astrophysics
ICSU	International Council for Sciences
IDSMM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Ifla	Federação Internacional de Bibliotecas, Associações e Instituições
Iias	International Institute of Administrative Sciences
Iica	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIF	Instituto Internacional de Finanças
IJCB	International Journal of Central Banking
ILAC	Cooperação Internacional de Laboratórios Credenciados
ILANUD	Instituto Latino-Americano de Prevenção de Delito e Tratamento de Delinquentes
Ilpes	Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos

IMO	International Maritime Organization
Impa	Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Insa	Instituto Nacional do Semiárido
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
Interpol	Organização Internacional de Polícia Criminal
IOPS	International Organization of Pension Supervisors
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRBR	Instituto Rio Branco
ISA	Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos
ISMN	Número Padrão Internacional da Música
Iter	International Thermonuclear Experimental Reactor
IUGS	União Internacional dos Serviços Geológicos
Jica	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KfM	Kreditanstalt für Wiederaufbau
LGBT	Lésbicas, <i>gays</i> , bissexuais, travestis e transexuais
LHC	Large Hadron Collider
LNA	Laboratório Nacional de Astrofísica
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
LNLS	Laboratório Nacional de Luz Síncrotron
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Marca	Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCidades	Ministério das Cidades
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDR	Menor desenvolvimento relativo

ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MES	Ministério da Educação Superior de Cuba
MF	Ministério da Fazenda
MI	Ministério da Integração Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MINCYT	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina
MiniCom	Ministério das Comunicações
MINURCAT	Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade
Minurso	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MJ	Ministério da Justiça
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério das Minas e Energia
Monusco	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTur	Ministério do Turismo
Oaci	Organização de Aviação Civil Internacional
Ocha	Escritório das Nações Unidas para Assuntos Humanitários
ODM	Objetivos de desenvolvimento do milênio
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OFIDs	Organismos financeiros multilaterais de desenvolvimento
OIA	Organização Internacional do Açúcar
OIC	Organização Internacional do Café
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OIV	Organização Internacional da Vinha e do Vinho
Olade	Organização Latino-Americana de Energia

OMA	Organização Mundial das Aduanas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMM	Organização Meteorológica Mundial
Ompi	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ON	Observatório Nacional
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Operação das Nações Unidas em Moçambique
Opanal	Organização para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina
OPAQ	Organização para Proibição das Armas Químicas
Opas	Organização Pan-Americana da Saúde
Oseo	Financement de L'Innovation et de la Croissance des PME
Otca	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Projeto Amílcar Cabral
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde
PALOPs	Países Africanos de Língua Portuguesa
Panaftosa	Centro Pan-Americano de Febre Aftosa
PCB	Projeto Colinas de Boé
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PEFCC	Pan-European Forest Certification Council
Petrobras	Petróleo Brasileiro S/A
PFCM	Programa de Incentivo à Iniciação Científica
PIB	Produto interno bruto
PJAO	Projeto José Aparecido de Oliveira
PLLN	Programa da Linguagem das Letras e dos Números
PMA	Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PR	Presidência da República
Proáfrica	Programa de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com Países da África
Pró-Haiti	Programa Emergencial em Educação Superior para o Haiti
Promisae	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
ProSavana	Programa de Pesquisa Agrícola da Savana Tropical de Moçambique

Prosul	Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia
PTAX	Taxa média de câmbio
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
REHU	Reunião Especializada sobre Redução de Risco de Desastres Socionaturais, Proteção Civil, Defesa Civil e Assistência Humanitária
Ritla	Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
ROLAC	Regional Office for Latin America and the Caribbean
RRMIAH	Reunião Regional de Mecanismos Internacionais de Assistência Humanitária da América Latina e do Caribe
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SDSS	Sloan Digital Sky Survey III
SEAIN	Secretaria de Assuntos Internacionais
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
Sela	Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESC	Serviço Social do Comércio
Sesu	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira
SNJ	Secretaria Nacional de Justiça
Soar	Southern Astrophysical Research
Sogras	Soar Gravitational Arc Survey
SPM	Secretaria de Políticas para Mulheres
SPOA	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU	Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação da Argentina
SRVSOP	Sistema Regional para Vigilância da Segurança Operacional
STS Forum	Fórum Internacional de Ciência e Tecnologia para a Sociedade
SUS	Sistema Único de Saúde
TIDM	Tribunal Internacional do Direito do Mar
TPI	Tribunal Penal Internacional
TWAS	Third World Academy of Sciences

UAC	Universidade Amílcar Cabral
Udelar	Universidad de la República
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
Ufam	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
Ufla	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Ufra	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa

UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UGGI	União Geodésica e Geofísica Internacional
UICC	União Internacional Contra o Câncer
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UL	União Latina
UNAMID	Missão das Nações Unidas em Darfur
Unasul	União de Nações Sul-Americanas
Unavem	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UnB	Universidade de Brasília
UNDOF	Força de Observação e Desengajamento das Nações Unidas
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNFICYP	Força de Paz das Nações Unidas para o Chipre
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Unido	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
UNIDROIT	Instituto Internacional pela Unificação do Direito Internacional Privado
Unifel	Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
Unifil	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
Unirio	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria
UNMIN	Missão das Nações Unidas no Nepal
UNMIS	Missão das Nações Unidas no Sudão
UNMISSET	Missão das Nações Unidas de Apoio a Timor-Leste
UNMIT	Missão de Paz no Timor-Leste
Unoci	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
Unsoa	Apoio das Nações Unidas à Missão da União Africana na Somália
UNTAET	Administração de Transição das Nações Unidas no Timor-Leste
UPAEP	União Postal das Américas, Espanha e Portugal
UPOV	União Internacional para Novas Variedades Vegetais
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VLT	<i>Very large telescope</i>
Wada	Agência Mundial Antidoping

ILUSTRAÇÕES

Boxes

- 1 – Direitos humanos
- 2 – Saúde
- 3 – Agropecuária
- 4 – Educação e formação profissional
- 5 – Fontes de luz síncrotron e nanotecnologia
- 6 – Cosmologia, relatividade, astrofísica e física de alta energia
- 7 – Sistema Global de Observação da Terra (GEOSS) e mudanças climáticas
- 8 – Cooperação humanitária em saúde
- 9 – Aquisição, armazenagem e liberação de estoques públicos
- 10 – Ações internacionais de combate à fome
- 11 – Doação de alimentos e abrigos em calamidades

Gráficos

- 1 – Gastos com a Cobradi, por região (2010)
- 2 – Gastos do governo brasileiro com a cooperação técnica internacional (2005-2010)
- 3 – Cooperação técnica brasileira, por região – Cobradi (2010)
- 4 – Proporção de estudantes vinculados ao PEC-G, segundo a região de origem – Cobradi (2010)
- 5 – Proporção de estudantes beneficiados pelo Promisae, segundo a região de origem – Cobradi (2010)
- 6 – Gastos do governo federal com estudantes beneficiados pelo Programa Marca, segundo o país de origem – Cobradi (2010)
- 7 – Região de origem dos estudantes atendidos pelo PEC-PG – Cobradi (2010)
- 8 – Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica, por região – Cobradi (2010)
- 9 – Gastos do governo federal com a cooperação humanitária – Cobradi (2007-2010)
- 10 – Dimensão da cooperação humanitária – Cobradi (2010)

- 11 – Número de refugiados: população sob o mandato do Acnur (2010)
- 12 – Gastos do governo federal com apoio a refugiados – Cobradi (2008-2010)
- 13 – Variação do número de refugiados no Brasil (2002-2010)
- 14 – Variação dos gastos do governo federal com operações de manutenção da paz – Cobradi (2005-2010)

Mapas

- 1 – Países parceiros do Brasil na cooperação técnica
- 2 – Cooperação educacional brasileira no mundo
- 3 – Países parceiros do Brasil na cooperação científica e tecnológica
- 4 – Cooperação humanitária brasileira no mundo
- 5 – Participação brasileira nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas

Tabelas

- 1 – Gastos com a Cobradi, por modalidade (2010)
- 2 – Comparação dos gastos com a Cobradi (2009-2010)
- 3 – Gastos com a Cobradi, por região (2010)
- 4 – Gastos com a Cobradi, por região e país (2010)
- 5 – Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional, segundo a lateralidade – Cobradi (2010)
- 6 – Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional, por região ou país – Cobradi (2010)
- 7 – Gastos do governo federal com a cooperação técnica internacional, por instituição – Cobradi (2010)
- 8 – Gastos do governo federal com o PEC-G – Cobradi (2010)
- 9 – Número de estudantes vinculados ao PEC-G, segundo o país de origem – Cobradi (2010)
- 10 – Distribuição de estudantes estrangeiros por instituição de ensino superior – Cobradi (2010)
- 11 – Gastos do governo federal com o PEC-PG – Cobradi (2010)
- 12 – Estudantes do PEC-PG por instituição brasileira de fomento e país de origem – Cobradi (2010)

- 13 – Gastos totais do governo federal com os demais programas e projetos bilaterais acadêmicos – Cobradi (2010)
- 14 – Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica internacional bilateral e multilateral – Cobradi (2010)
- 15 – Gastos do governo federal com cooperação científica e tecnológica: os 25 maiores parceiros do Brasil – Cobradi (2010)
- 16 – Gastos do governo federal com a cooperação científica e tecnológica multilateral, por organismo – Cobradi (2010)
- 17 – Gastos do governo federal com cooperação científica e tecnológica internacional, por instituição – Cobradi (2010)
- 18 – Gastos do Ministério da Integração Nacional (MI) com a cooperação humanitária: doação de alimentos e barracas, por natureza da calamidade e por país – Cobradi (2007-2010)
- 19 – Operações de manutenção da paz: total de homens e mulheres brasileiras por missão, local e função
- 20 – Gastos do governo federal com a MINUSTAH: distribuição segundo a fase operacional – Cobradi (2010)
- 21 – Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições para missões de paz da ONU – Cobradi (2010)
- 22 – Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições para organismos internacionais – Cobradi (2010)
- 23 – Gastos do governo federal com o pagamento de contribuições para organismos multilaterais – Cobradi (2010)
- 24 – Gastos do governo federal com a integralização de cotas para fundos de desenvolvimento – Cobradi (2010)
- 25 – Outros gastos do governo federal – Cobradi (2010)

APÊNDICE

Lista de colaboradores por instituição

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

Ponto focal Andrea Mamprim Grippa

Colaborador Priscila Machado Reguffe

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

Ponto focal Lara Cristina Pereira

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Ponto focal Gustavo Pacheco Gondim

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

Ponto focal Renata Alves de Oliveira Carvalho

Apoio ao ponto focal Lilian Cunha

Mateus Rodrigues Cerqueira

Administradores

Alessandro Belisário

Ana Cláudia Bastos de Andrade

Maria Helena Figueiredo da Cunha

Telma Rodrigues Caldeira

Operadores

Bruno Zuffo Batalha

Cammilla Horta Gomes

Leandro Teixeira de Moraes

Mayara Roriz Nascimento

Rogério Luiz Ferreira

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Ponto focal	Paulo Araujo Roberto de Oliveira Araujo
Apoio ao ponto focal	Elba Cristina Lima Rego
Colaboradores	Francisco Ohana Pinto de Sant'Ana Anna Carolina Tofahrn Frederico Rezende Silva

Caixa Econômica Federal (CAIXA)

Ponto focal	Maria Letícia de Paula Macedo
Apoio ao ponto focal	Ana Lúcia Façanha Morelli Patricia Marie Jeanne Cormier
Administrador	Glauciney de Souza Lima
Operador	André Ricardo Maebashi
Colaboradores	Marcia Rocha de Aguiar Leandro Coelho Ferreira Rubenilson Cerqueira de Natividade

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Ponto focal	Thais Mere Marques Aveiro
Apoio ao ponto focal	Camila Saeko Kobayashi de Pinho Cristina Haffner Lívia Rejane do Amaral Roberta Peixoto Areas Silva Talita Moreira de Oliveira

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)

Ponto focal	Abdon Rocha Brandão
Apoio ao ponto focal	Luís Ricardo Brüggemann

Controladoria-Geral da União da Presidência da República (CGU/PR)

Ponto focal	Roberta Solis Ribeiro
Apoio ao ponto focal	Alexandre Andrade Pires

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Ponto focal	Ana Lúcia Curado
-------------	------------------

Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça (DPF/MJ)

Ponto focal	Maria Amanda Mendina de Souza
Administradores	Alberto Cargnin Filho
	Cleber Abreu Borges
	José Alberto Maciel Costa
	Júlio Danilo Souza Ferreira
	Selma Marcelli
	Erik França da Silva
	Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça
Operadores	Glauco Vanilson Urache Vieira
	Leonardo Vaz Pessoa
	Mariana Paranhos Calderon

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Ponto focal	Alfredo Eric Romming
Apoio ao ponto focal	Juliana Cristina Barbasa do Carmo
Colaboradores	Adriana Mesquita Corrêa Bueno
	Carlos Henrique Canesin
	Lynette de Andrade Lobo
	Marcos Aurélio Santiago França
	Michelline Carmo Lins
	Moacir Pedroso Júnior
	Osório Vilela Filho
	Paulo Camargo de Duarte

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)

Ponto focal	Luis Henrique D'Andrea
Apoio ao ponto focal	Ana Paula Soares Silva Vitor de Lima Magalhães
Operador	Laís Jordão Viana Carvalho

Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (ESAF/MF)

Ponto focal	Paulo Mauger
Apoio ao ponto focal	Tânia de Fátima Nunes Assunção
Colaboradores	Valéria Duque dos Santos Mila Lopes Mesquita

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Ponto focal	Luiz Eduardo Fonseca
Apoio ao ponto focal	Eduardo Arraes Norma Brandão

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Ponto focal	Rosane Nascimento
Apoio ao ponto focal	Eduardo Manyari

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR)

Ponto focal	Coronel José de Castro Gama
-------------	-----------------------------

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Ponto focal	Vitória Maria Bulbol Coelho
Apoio ao ponto focal	Henrique Saule Roselane Castelo Branco Gomes

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Ponto focal La-Fayette Côrtes Neto

Colaboradores Daniel Spitalnik Nathan

Antonio Fernando de Andrade Alves

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Ponto focal Juliana Von Sperling

Apoio ao ponto focal Flavio Daniel Baran

Instituto Nacional de Meteorologia (INMET)

Ponto focal Alaor Moacyr Dall'Antonia Junior

Apoio ao ponto focal Cristiana Alvez Motta dos Santos

Kelly Cristina Pereira de Morais

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ponto focal João Brígido Bezerra Lima

Apoio ao ponto focal Pedro Henrique Angotti de Moraes

Gestores Manuel José Forero Gonzalez

Rodrigo Pires de Campos

Gustavo Da Frota Simões

Ricardo Pereira

Douglas Silva

Leana Luz

Hilbernon Delgado Onofre

Clíneo Monteiro França Bisneto

Colaboradores Graziela Ferreira de Oliveira

Leônidas Pires Neto

Arno Luis Guedes Corrêa Junior

Gabriela da Silva Barreto

Carlos Roberto Paiva

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

Ponto focal	Juliano Vieira
Apoio ao ponto focal	Guilherme Henrique Figueiredo Marques Jucely Olindina de Lima Rabello
Administradores	Lêda Laboissiere Ricardo de Cunha Cavalcanti Junior Roberto Lorena de Barros Santos Sávio Rafael Pereira

Ministério das Cidades (MCidades)

Ponto focal	Davi Hoerlle Santos
Colaboradores	Samya Valeska Pedreira Oliveira Júlia Lins Bittencourt Daniel Alves de Medeiros

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Ponto focal	Lia Prado Arriavbene Cordeiro
Apoio ao ponto focal	Ana Lúcia Stival Leonardo Jordão Petronio Caldas Franca
Administradores	Aline Roberta Halik Ana Luiza Merçon Xavier Ana Paula Rodrigues Ana Rita Alves Andréa C. de Lima Rizzo Beatriz Ronchi Teles Bruno Castilho Carlos Oiti Berbet Fabiane Rabelo da Costa

Operadores

Flávio Cruinel Brandão
Flávio Velame Teixeira da Costa
Hilcea Santos Ferreira
José Jorge Abraim Abdalla
José Ribeiro Magalhães
José Rodrigues Camelo
Leon Sinay
Magalli Henriques
Márcia Reis Brandão
Maria Tereza Duarte
Maribel Alves Fierro Sevilla
Marylin Peixoto da Silva Nogueira
Paulo Egler
Samantha Nunes
Selmo Rachevsky
Valdemar Sérgio Silva
Alexandra Pinto Aniva
Ana Luiza Silva de Moura Libório
Antenor César Vanderlei Corrêa
Daniella Bonatto
Fernanda Torres
Henrique de Oliveira Miguel
Izaura Matiko Yamada
Luiz Fabrini
Marcelo André de Oliveira Barros
Maria Emília Sales
Maria Lucia Affonso Barcelos
Maria Lucilene Araujo Barros
Maurício Moutinho da Silva
Norma Santos Paes

Patricia Amelia Olano Morgantti
 Selma Santos de Freitas
 Wania Lucia da Mota
 Wilson Cury

Ministério das Comunicações (MiniCom)

Ponto focal Igor de Freitas Vasconcelos
 Operador Lillian Rodrigues Sena Assunção

Ministério da Cultura (MinC)

Ponto focal Elisabeth Rosemary da Silva
 Apoio ao ponto focal Ana Julia Castro Fernandes
 Administradores Moema Salgado
 Tiago Cordeiro
 Colaboradores Cyntia Uchoa
 Marcelo Brito

Ministério da Defesa (MD)

Ponto focal Coronel Roberto Simões Ferreira Filho
 Capitão-de-Corveta Reginaldo Pinto Sampaio
 Administradores Coronel Paulo Nogueira
 Coronel Vitor Carlos Antunes
 Tenente Coronel Péricles Cruz
 Capitão-de-Corveta Rejane Chagas
 Operadores Coronel Celso Luiz de Souza Lacerda
 Capitão-de-Mar-e-Guerra Virginia Cruz de Aragão
 Tenente Coronel Laudercy de Aguiar Dias
 Terceiro Sargento Juraci Rosa da Luz
 Colaboradores Coronel Fernando César Hernandes
 Capitão-de-Corveta Marcelo Augusto Teixeira

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Ponto focal	Leonardo Recupero
Apoio ao ponto focal	Leonardo Pereira Batista

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Ponto focal	Peter Ivan Stossel
Apoio ao ponto focal	Ramdas Couto e Silva
Administradores	Adriana de Azevedo Silva
	Arnaldo Oliveira Neto
	Clóvis Luiz Zimmermann
	Iloana Rocha Paes
	Keithy Garcia
	Luiz Maurício de Araújo Navarro
	Marcus Vinicius Ferreira de Mello
	Maria Beatriz B. Nogueira
	Maria Gracilene Roberto Belota
	Patricia Helena Vicentini
	Patricia lima Favaretto
	Yana Dumaresq Sobral
Operadores	Daniel França Oliveira
	Nanahira de Rabelo e Sant'Anna

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Ponto focal	Marcelo Lucio Saboia Fonseca
Apoio ao ponto focal	Aldelita Leite Paixão
	Amanda de Albuquerque Jardim Rocha
	Pollyanna Rodrigues Costa
Operadores	Ellen Cristine Bonadio Benedetti
	Heloína Suecena Fonseca

Ivone Alves de Oliveira
Luciane Pereira Soares
Luis Gabriel Dupret Carvalhal

Ministério do Esporte (ME)

Ponto focal Ana Maria Prestes Rabelo
Apoio ao ponto focal Diogo Vilhena Barroso

Ministério da Fazenda (MF)

Ponto focal Isabela Moori de Andrade
Administradores Artur Cardoso de Lacerda
Fernando Augusto Coimbra Gomes
Ines Aparecida Baptista do Nascimento
Operadores Eugênio Messer Rybalowsky
Fabiano Silvio Colbano
Colaborador Ludmila Vidigal Silva

Ministério da Justiça (MJ)

Ponto focal Renato Zerbini Ribeiro Leão
Operador Rosianne Santos Vidal

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Ponto focal Julio Cesar Baena
Apoio ao ponto focal Tatiana Lopes de Oliveira

Ministério de Minas e Energia (MME)

Ponto focal Helena Claudia Cantizano

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Ponto focal	Francisco Osvaldo Barbosa
Apoio ao ponto focal	Raquel De Menezes Barbosa Amorim

Ministério da Previdência Social (MPS)

Ponto focal	Eduardo Basso
Colaborador	Dagmar Alves Rabelo da Silva

Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Ponto focal	Laura Segall
Apoio ao ponto focal	Camila Guedes Ariza
Administradores	Bruno Carvalho Arruda
	Carlos Henrique Moscardo de Souza
	Celeste Cristina Machado Badaró
	Fernanda Asfora
	Jonas Paloschi
	Juliana Gaspar Ruas
	Michel Laham Neto
	Osvaldo Pizzá
	Paulo André Moraes de Lima
	Pedro Vinícius do Valle Tayar
	Roberto Avellar
Operadores	Ana Paula Fereira
	Denis Willrich
	Divina de Andrade
	Filipe Galheno Marques
	Flávio Santos Libório Barros
	Lorena Peterle Modolo Braz
	Luciano Neiva Cabral

Mariana Maciel Fonseca
Mateus Oliveira Rocha
Renan Costa Curtulo
Samantha Hamada Possi
Taís Amorim Cardoso
Thiago Balduino Romariz
Vicente de Azevedo Araújo Filho

Ministério da Saúde (MS)

Ponto focal	Mauro Teixeira Figueiredo
Apoio ao ponto focal	Marina Bolfarine Caixeta
Operadores	Caio Gonçalves de Oliveira Eneida Freitas Kátia Sousa Lícia Lemos Pollyana Silva

Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Ponto focal	Raquel Aparecida de Carvalho Oliveira
Apoio ao ponto focal	Charles Alyson Fonteneles Moura Warlen Soares Ferreira

Ministério do Turismo (MTur)

Ponto focal	Patric Krahl
Administrador	Soraya Magalhães da Costa

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR)

Ponto focal	Maria Cecília Costa Perez
-------------	---------------------------

Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEAIN/MP)

João Guilherme Machado

Benvindo Belluco

Henrique Pissaia

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)

Ponto focal Michelle Morais de Sá e Silva

Apoio ao ponto focal Tatianne Santos Ferreira

Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ)

Ponto focal Giuliana Biaggini Diniz Barbosa

Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)

Ponto focal Marcelo de Vargas Kilca

Colaboradores Marismar S. Pereira

Renata Laviola

Rosa Maria M. da Rocha

Rufino Correia

Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro)

Ponto focal Suzana Maria da Silva Castro

Colaboradores Ana Maria Amorim

José Maria Leocádio

Carlos Alberto Py Borba

Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC)

Ponto focal Paulo Mayall Guilayin

Operador Gabriel Portilho Moreira

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC)

Ponto focal	Rodrigo Torres de Araújo Lima
Apoio ao ponto focal	Ana Carolina Oliveira Batista
Operadores	Maximo Helder Meireles Nunes Filho Paula Wagner Grossi

Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ)

Ponto focal	Mariana Pimentel Pinto Eugênio
Apoio ao ponto focal	Denise Barros Pereira Sonja Valle Pio Corrêa

Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA/MP)

Roberto Trindade Machado
Isa Queiroz
Edivaldo Luciano

Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

Ponto focal	Maria Glícia da Nóbrega Coutinho
Apoio ao ponto focal	Fátima Maria do Nascimento

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Marcelo Araujo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Luana Signorelli Faria da Costa (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Cristiano Ferreira Araujo (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Esta obra foi impressa pela Imprensa Nacional
SIG, Quadra 6, Lote 800
70610-460, Brasília – DF
Tiragem: 1.000 exemplares

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE
SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA